



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
ÁREA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RICARDO LUIZ MOSNA FERREIRA DA SILVA

**TRAJETÓRIAS EM PAPEL E TINTA: Biografia e escritas autobiográficas de
Carlos Lacerda (1965-1977)**

Niterói, março de 2013.

RICARDO LUIZ MOSNA FERREIRA DA SILVA

**TRAJETÓRIAS EM PAPEL E TINTA: Biografia e escritas autobiográficas de
Carlos Lacerda (1965-1977)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

Linha de Pesquisa: Cultura e Sociedade

Área de concentração: História Social

Orientadora: **Prof.^a Dr.^a Giselle Martins Venancio**

Niterói, março de 2013

RICARDO LUIZ MOSNA FERREIRA DA SILVA

**TRAJETÓRIAS EM PAPEL E TINTA: Biografia e escritas autobiográficas de
Carlos Lacerda (1965-1977)**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre, ao Programa de
Pós-graduação em História da Universidade
Federal Fluminense.

Linha de Pesquisa: Cultura e Sociedade

Área de concentração: História Social

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Giselle Martins Venancio – Orientadora (UFF)

Prof.^o Dr.^o Jorge Ferreira – Arguidor (UFF)

Prof.a Dr.a Márcia Gonçalves – Arguidora (UERJ)

Prof.^o Dr.^o Mario Grinzspan – Arguidor / suplente (UFF)

Profa Dra. Leila Bianchi Aguiar – Arguidora/suplente (UNIRIO)

**TRAJETÓRIAS EM PAPEL E TINTA: Biografia e escritas autobiográficas de
Carlos Lacerda (1965-1977)**

RICARDO LUIZ MOSNA FERREIRA DA SILVA

GISELLE MARTINS VENANCIO (ORIENTADORA)

Resumo

Em março-abril de 1964, o Brasil passou por um período de grande instabilidade e incertezas. A grande radicalização política acabou por gerar o Regime Militar que, com seus generais, governou o país pelos 21 anos seguintes. Essa dissertação analisa a trajetória de Carlos Lacerda, um dos protagonistas políticos do período, depois do golpe civil-militar de 1964, centrando-se, particularmente, em seus escritos autobiográficos e na biografia elaborada por John F. Dulles. Busca-se perceber como Lacerda construiu sua imagem perante a população e os políticos; e como a sua vida foi reelaborada por suas palavras e também as de seus biógrafos.

PALAVRAS-CHAVE: CARLOS LACERDA – BIOGRAFIA - AUTOBIOGRAFIA

Résumé

En Mars-Avril 1964, le Brésil a connu une période de grande instabilité et d'incertitude. La radicalisation politique finit par créer le régime militaire qui avec ses généraux, a gouverné le pays par les 21 années suivantes. Cette thèse examine la trajectoire de Carlos Lacerda, l'un des protagonistes politique de la période, après le coup d'Etat civilo-militaire de 1964, en se concentrant, en particulier, sur ses écrits autobiographiques et sur la biographie élaborée par John F. Dulles. Nous cherchons à comprendre comment Lacerda a construit son image auprès du public et des politiciens, et comment sa vie a été retravaillée par ses paroles et aussi les paroles de leurs biographes.

MOTS-CLÉ: CARLOS LACERDA – BIOGRAPHIE - AUTOBIOGRAPHIE

Sumário

Introdução: Lacerda em trajetórias de papel e tinta	6
Capítulo 1 – Lacerda após o golpe civil-militar: uma trajetória em descenso.....	22
1.1 A política brasileira nos anos 60: breves considerações.....	22
1.2 Depois do Golpe: o lugar de Carlos Lacerda.....	32
1.3. O posicionamento de Lacerda e a Frente Ampla.....	38
Capítulo 2 – Carlos Lacerda após o golpe: construções narrativas em busca do alcance da presidência da República.	40
2.1. <i>Palavras e Ação</i> com vistas à Presidência da República.....	40
2.2. <i>Rosas e pedras em meu caminho</i> para a presidência da República.....	58
Capítulo 3 – Carlos Lacerda e sua narrativa autobiográfica no final dos anos 70..	68
3.1. <i>O Depoimento</i> : construção de si e estratégia de resistência.....	69
3.2. Um tema em destaque na autobiografia: a Frente Ampla.....	93
Capítulo 4 - Carlos Lacerda construído por John W. F. Dulles.....	102
4.1 Selecionando eventos e conformando uma memória sobre Lacerda..	108
4.2. Narrativas biográficas: monumentalizando trajetórias, imortalizando vidas.....	127
Conclusão.....	129
Bibliografia.....	133

Introdução: Lacerda em trajetórias de papel e tinta

O desejo de trabalhar com a figura de Carlos Lacerda surgiu ainda no meu primeiro período da graduação em História na Universidade Federal Fluminense. Despertou a minha atenção o fato de Lacerda ser um indivíduo criticado, constantemente, por diversos colegas de classe. Estes, com o passar do tempo, passaram a desenvolver algumas explicações para essa forte crítica em relação a Carlos Lacerda. Muitos o acusavam de antidemocrático, de golpista, ou até mesmo de ser o principal responsável pela ditadura civil-militar no Brasil. Devido a todas essas mencionadas características desfavoráveis em relação a uma pessoa, comecei a questionar sua veracidade, uma vez que poderiam resultar de um simples preconceito sobre essa figura da política brasileira.

Ao mesmo tempo em que ouvia todas essas grandes críticas a Carlos Lacerda, lia a respeito do mesmo. Assim, acabei por me deparar com as mesmas características sendo utilizadas por inúmeros outros agentes políticos brasileiros. Minha pesquisa, então, passou a ser tentar entender como uma figura política que chegou, no máximo, a Governador de um recém-criado Estado, como a Guanabara, podia, em sua biografia, ser acusado de derrubar dois presidentes da República brasileira, bem como pôde também mudar um regime no país e, principalmente, como sendo um golpista, antidemocrático, responsável pela censura, dentre outros adjetivos, ter sido eleito vereador, deputado, governador, sem nunca ter tido um cargo por indicação, aliado ao fato de ter ido de encontro à ditadura varguista e ainda assim, ser chamado de antidemocrático.

Como Jorge Ferreira anota golpista, antidemocrático, pelego e populista, é sempre o outro, sempre aquele que difere de nossa prática política ou de nosso pensamento político¹. Passei assim, a questionar-me sobre como essa figura pública poderia ter influenciado a política do país ou o porquê dessa figura ser apontada como “demolidor de Presidentes”, assim como de ser também um agente político que toca em nervos em razão da historiografia brasileira, tanto pelos ataques a sua imagem, como

¹ FERREIRA, Jorge. A Estratégia do Confronto: a Frente de Mobilização Popular. **Revista Brasileira de História**, vol 24, no. 47, 2004.

pela quantidade de vezes que é citado dentro da obra de diversas pessoas, sendo um interlocutor necessário da política no Brasil, pelo menos no período entre 1945 e 1968, pois neste último ano teve cassado os seus direitos políticos, tendo sido excluído da vida política nacional.

Minha primeira experiência escrevendo sobre Carlos Lacerda está ligada a monografia de conclusão de curso, sendo orientado, na ocasião, pelo professor Mario Grynzspan, momento em que tive a oportunidade de trabalhar com os artigos de Lacerda sobre a Ditadura Civil-Militar de 1964². Nesses artigos, ele debatia sobre os rumos tomados pelos militares após a chamada Revolução de 1964. Nesta época, Lacerda tomava o cuidado de não atacar diretamente o presidente Castelo Branco, tentava modificar as atitudes do governante através de ataques à política econômica, assim como por meio da crítica ao sistema de ensino brasileiro, usando de sua escrita para mostrar como o regime tornou-se impopular por não corresponder aos anseios das pessoas que haviam apoiado a retirada da vida pública de João Goulart, e dentre outros motivos, pela modificação de direção das propostas governamentais frente aos problemas internos e externos brasileiros.

Já no mestrado, pensei em trabalhar o período da vida de Carlos Lacerda após o golpe. Em pesquisa no portal CAPES de Teses, busquei entrar em contato com alguns trabalhos sobre Carlos Lacerda. Desta forma, foi possível fazer o levantamento, pelos meios institucionais sobre o que há escrito a respeito do meu objeto de estudo tendo sido encontrados poucos trabalhos sobre o assunto tratado nesta dissertação.

André Rodrigues de Meneses, no trabalho *Política e Educação: A ação dos empresários do Ensino no Rio de Janeiro entre os anos de 1946 e 1961*³ analisa o “substitutivo Lacerda” da Lei de Diretrizes e Bases, através do qual Carlos Lacerda acaba por conseguir tirar do arquivamento e colocar em discussão e votação a lei proposta por Clemente Mariani, em 29 de outubro de 1948. Anteriormente arquivada por determinação do então ministro Gustavo Capanema, a lei teve sua primeira

² SILVA, Ricardo Luiz Mosna Ferreira. **Análise da visão de Carlos Lacerda acerca do movimento de 64**. 1v. 50 p. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008 (Monografia).

³ MENESES, André Rodrigues de. **Política e Educação: a ação dos empresários do ensino no Rio de Janeiro entre os anos de 1946 e 1961**. 1v. 186p. Niterói: Universidade Federal Fluminense. (Mestrado).

discussão na Câmara apenas seis anos depois, gerando, por conseguinte, um forte debate entre os que apoiavam o ensino público e os que apoiavam o ensino privado.

Ao se referir ao período político da segunda metade dos anos 50, Dermeval Saviani, citado por Meneses, destaca a importância do “substitutivo Lacerda” na configuração das disputas no espaço educacional:

Enquanto os ânimos se acirravam e se multiplicavam as manifestações nos vários veículos de comunicação, espraiando-se o conflito pela sociedade civil, surgiu um fato novo no Congresso Nacional, que se destinaria a provocar um maior recrudescimento das disputas: foi apresentado em 26 de novembro de 1958 pelo deputado Carlos Lacerda um novo substitutivo que ficou conhecido como Substitutivo Lacerda. Calcado nas conclusões do Terceiro Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, realizado em São Paulo de 17 a 25 de janeiro de 1948, esse substitutivo irá contemplar claramente os interesses da escola particular. A partir daí o conflito que se encontrava circunscrito à figura de Anísio Teixeira se desloca para o centro do debate sobre as diretrizes e bases da educação nacional. O substitutivo Lacerda provoca uma intensa e extensa mobilização dos defensores da escola pública que o veem como o risco de um enorme retrocesso diante do pouco que se tinha realizado no âmbito da educação pública. Inversamente, os privatistas colocam-se a favor do Substitutivo.⁴

Outro trabalho encontrado sobre o período político de Carlos Lacerda é o de Ana Claudia Masagão de Paula Gomes⁵. A autora analisou o editorial e as publicações da *Tribuna da Imprensa* ressaltando a cruzada de Lacerda em oposição ao comunismo. Considerando ser a *Tribuna* o veículo oficial de propagação das ideias de lacerdistas por meio dos editoriais e de todos os artigos escritos pelo jornalista, que assinava tanto com seu próprio nome, quanto com o pseudônimo Julio Tavares. A autora dividiu a análise em quatro capítulos, quais sejam: o posicionamento do Jornal; o governo parlamentarista e plebiscito; o governo presidencialista de Jango e a crise do governo

⁴ DEMERVAL, Saviani. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados. 2007, p. 288.

⁵ GOMES, Ana Claudia Masagão de Paula. **A cruzada anti-comunista de Carlos Lacerda: a tribuna da imprensa na crise de 1961-1964**. São Paulo: PUC-SP, 1995 (dissertação de mestrado).

Jango. Nestes capítulos, ela investiga o recrudescimento do discurso crítico de Lacerda ao comunismo.

Edivaldo Batista Marchi⁶ é outro autor que se dedicou a estudar as ações políticas de Lacerda destinando-se, particularmente a escrever sobre a Frente Ampla. Sua análise sobre esse movimento centra-se na tentativa, realizada por Lacerda, de reunir os principais líderes civis, Juscelino Kubistchek e João Goulart, em um movimento suprapartidário visando lutar contra o regime civil-militar brasileiro para conseguir voltar ao regime democrático, no momento em que a euforia e a confiança no regime civil-militar já começavam a perder o fôlego, demonstrando claros sinais de insatisfação da população. Segundo o autor, esse movimento não teve o alcance esperado, pois não conseguiu reunir apoio popular em torno das três principais figuras civis brasileiras do período, mas que ao mesmo tempo eram inimigas na arena política e, por isso, não conseguiu convencer os eleitores das suas reais intenções.

Já Carlos Alberto Gasparini⁷ trabalhou os discursos de Carlos Lacerda, entendendo-os como manifestação dos pensamentos do mesmo. Nesta análise trata o pensamento e o discurso de Lacerda como sendo o principal porta-voz da burguesia e seus anseios. Retrata Carlos Lacerda como um produto do meio social que tem o pensamento relacionado à subordinação ao interesse e ao capital estrangeiro, acreditando nessa representação e, afirmando que a visão política e sua prática levaria o Brasil a submissão e ao “regime de exceção”, aquele mesmo defendido por Lacerda em 1954-1955, antes da posse de Juscelino e o mesmo que acabaria por gerar o rompimento dele com Jânio Quadros, durante a presidência do último.

Entre os trabalhos escritos sobre a trajetória de Carlos Lacerda, destaca-se o de Marina Gusmão. Defendido como tese de doutoramento em História Econômica na FFLICH/USP, *Trajatória política de um demolidor de presidentes (Carlos Lacerda: 1930-1968)*, resultou em um livro, publicado em 2002.⁸ O texto de Marina Gusmão

⁶ MARCHI, Edivaldo Batista. **Frente Ampla (1966-1968): aliança, contradições e limites**. 2001. 139p. Mestrado. PUC-SP.

⁷ GASPARINI, Carlos Alberto. **A ideologia conservadora de Carlos Lacerda: um “corvo” na história política brasileira (1954 - 1968)**. 2003. 170p. Mestrado. PUC-SP.

⁸ MENDONÇA, Marina Gusmão de. **O demolidor de presidentes**. Códex. São Paulo. 2002.

ganhou ampla circulação e acabou por conformar muito da forma como a trajetória de Carlos Lacerda é compreendida nos meios intelectuais e acadêmicos.

Marina Gusmão de Mendonça utiliza de modo sistemático recursos para poder, de forma abalizada, definir Lacerda como uma ameaça à política nacional. Baseia-se extensamente em documentos, mas, como podemos notar, seu principal objetivo é construir uma versão anti-lacerdista, como explicitado na passagem abaixo em que Marina comenta a relação de Carlos Lacerda com o seu pai:

(...) é importante assinar que, no tocante às relações entre Carlos e Mauricio de Lacerda, parece que o filho nunca suportou a grandeza e a ambigüidade da figura paterna, o eterno ausente que fazia “raras mas fascinantes intervenções em nossa vida, quase diria suas aparições”, um homem ao mesmo tempo capaz de ser adorado pelas mulheres enquanto deixava a sua sozinha.⁹

Baseada nesta ideia, Marina Gusmão lembra a falta de comentários de Carlos Lacerda sobre o pai em sua narrativa autobiográfica, o livro *O Depoimento*¹⁰. A autora assegura que Lacerda não faz muitas alusões à figura paterna. Segundo ela, são poucas as referências ao pai, como no momento da sua eleição para governador da Guanabara em que ele lembra que seu pai nunca havia tido chance de disputar o governo do Rio de Janeiro, embora tenha sido eleito para a prefeitura de Vassouras (1932-1935).¹¹

Ao explicar, na introdução de sua tese, o motivo de ter escrito sobre Carlos Lacerda, Marina Gusmão demonstra a dificuldade encontrada por pesquisadores para manter uma relação distante de seus objetos de pesquisa:

Tenho, pois, que admitir que a isenção foi sempre muito difícil e não creio que, num tema como esse, ela seja, de fato, possível. Em todo caso, essa é uma questão que os historiadores, principalmente aqueles que têm ou tiveram algum tipo de militância política, ainda não conseguiram resolver, o que, a meu ver, não invalida o trabalho, até

⁹ Ibidem, p. 27.

¹⁰ Este livro será analisado com maior atenção no capítulo três desta dissertação.

¹¹ MENDONÇA, Marina Gusmão de. **Op.cit.**, p. 27.

porque qualquer postura “apolítica” configura-se, na realidade, como uma posição político-ideológica.¹²

A autora utiliza princípios psicanalíticos em seu trabalho para, desta forma, traçar a personalidade de Carlos Lacerda. Trabalha a ideia de seu afastamento em relação ao pai, e com a noção de que ele ansiava o poder. Afirma que Lacerda possuía a necessidade de sempre colocar-se em debates e de vencê-los. Utiliza uma análise de Gondim da Fonseca, em artigo no jornal *Última Hora*, e também n’*O Semanário* para falar sobre a personalidade de Carlos Lacerda ao afirmar que o biografado quando criança não conseguia controlar seus impulsos e por isso, mais tarde, transfere, arbitrariamente, a figura de seu pai para todos os seus adversários e numa forma *edipiana* luta até vencê-los.

Nesta obra é necessário notar como a autora cria através de documentos, artigos de jornais e depoimentos uma figura política movida por ressentimentos, mágoas e desvarios¹³, utilizando-se, para isto, o jornal em que o próprio retratado havia lutado para fechar no ano de 1953.

Durante toda a leitura da obra, é visível a ligação de seus valores contra os valores defendidos por Lacerda, objeto de seu estudo. A seleção de documentos evidencia um maior desejo de produzir uma crítica a Lacerda do que de elaborar um estudo para entender suas ações. Embora afirme ter dado um enfoque mais amplo à ação política de Carlos Lacerda, a explicação elaborada por Marina Gusmão destaca, em sua totalidade, o lado mais irritado e irracional do político, baseada mais nas análises psicológicas do que nas ações relacionadas à conjuntura política do período.

Ao mencionar o artigo sobre o Partido Comunista¹⁴, por exemplo, Marina Gusmão não menciona o fato de Carlos Lacerda ter consultado pessoas ligadas ao Partido para receber orientação de como proceder nesta tarefa, nem a sua dúvida se deveria escrever ou não o artigo. Também aponta com estranheza o fato de o artigo, embora muito debatido, não ter reputado muita difusão. Ao relacionar o artigo em seu

¹² Ibidem. p.10.

¹³ Ibidem. p.65.

¹⁴ Este artigo foi publicado n’ **O Observador Econômico**, de Olimpio Guilherme, pela comemoração do primeiro aniversário do Estado Novo.

material de estudo ela trabalha com o fato de não ter muita divulgação, pois segundo a autora, o conteúdo acaba por mostrar uma face de Carlos Lacerda diversa da defendida anteriormente em sua vida, qual seja, uma visão liberal partindo daquele que era o jovem herói da esquerda¹⁵. Durante a leitura e análise do artigo, a autora mostra Carlos Lacerda atacando a principal figura do comunismo brasileiro¹⁶, duvidando dos propósitos do mesmo, desqualificando o *Cavaleiro da Esperança*¹⁷, e, finalmente, desmoralizando o principal nome do Comunismo depois de Marx e Lênin e criticando até mesmo o principal jornal do PCB. Este artigo inaugura uma nova forma de escrita de Carlos Lacerda. Se durante alguns anos ele havia falado contra as oligarquias, estava agora desconsiderando todo um passado e indo contra a ideia de comunismo na qual realmente acreditava e militava e, elogiando Vargas e a sua política implementada a partir de 1930: *Não poupava critica a todas as ações do PCB, voltando-se, até mesmo contra seu principal jornal (...)*¹⁸. Porém, o principal alvo do artigo era a figura do lendário comandante da Coluna Prestes, considerado por ele um verdadeiro traidor da Pátria:

*Como conseguiu Luiz Carlos Prestes adquirir prestígio a ponto de conseguir iludir as massas proletárias? É que o seu nome, servindo de paravento à comunizante do programa da Aliança Nacional Libertadora, [...] foi o fator do sucesso desse movimento, que só declinou quando o povo deparou com a brutal realidade da novembrada [...]*¹⁹

O estranhamento é causado pelo fato do autor pouco utilizar o artigo para falar sobre o episódio ao mesmo tempo em que conta a “história completa” sobre como foi feita a sua indicação para ser o autor do artigo²⁰. Posteriormente à distribuição do artigo, Carlos Lacerda acaba expulso do Partido Comunista Brasileiro, apesar de nunca ter

¹⁵ MENDONÇA, Marina Gusmão de. **Op.cit.**, p. 59.

¹⁶ *Ibidem*, p. 48.

¹⁷ Carlos Lacerda referia-se a Luiz Carlos Prestes.

¹⁸ MENDONÇA, Marina Gusmão de. **Op.cit.**, p. 47.

¹⁹ *Ibidem*, p. 48.

²⁰ *Ibidem* p. 52.

pertencido ao mesmo²¹. Entretanto, a forma de expulsão e as alegações para determinada expulsão acabaram por deixar Carlos Lacerda em uma situação muito difícil perante seus antigos amigos e mesmo perante a polícia.

Gusmão busca desenvolver as motivações de Carlos Lacerda no episódio. Em suma, a autora, desde o início procura “incriminar” Carlos Lacerda por suas ações, utilizando diversos meios de conseguir formar a imagem do biografado de forma negativa, como pode ser visto no exemplo²² em que fala sobre a vontade de Carlos Lacerda de ser candidato a vice-presidente e, ao mesmo tempo, ser candidato a Governador da Guanabara. Marina Gusmão enfatiza, a todo o momento, a grande vontade de Lacerda ser eleito vice-presidente de Janio Quadros, tendo seu nome aclamado para o cargo:

(...) há indícios de que toda a campanha de Lacerda contra Magalhães Pinto e seu empenho pela escolha de Milton Campos como substituto de Leandro Maciel era, na verdade, uma cortina de fumaça para encobrir outros objetivos: provocar um impasse no partido, de modo a que, no final, seu próprio nome fosse indicado para a disputa da vice-presidência. É o que se constata do relato de Juracy Magalhães, cuja insistência em favor do senador teria sido uma maneira de barrar a pretensão do jornalista: “O que o Lacerda jamais me perdoou foi a hábil intervenção que fiz para não deixá-lo candidatar-se à vice-presidência na chapa de Jânio”. Segundo ele, quando Leandro Maciel desistiu da campanha, Campos sugeriu sua substituição pelo nome de Carlos Lacerda, o que Juracy não aceitou.²³

Porém, em sua obra, Marina desenvolve essa ideia baseando-a somente em um relato de Juracy Magalhães, não apresentando nenhum documento ou mesmo outros textos relacionados a essa suposta vontade de Lacerda de ser o vice-presidente de Jânio Quadros, tendo o mesmo apoiado o nome de Milton Campos como evidenciado pela

²¹ DULLES, John W.F. **A Vida de um Lutador. Vol.2: 1960-1977**, Ed. Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 2000, p. 63

²² MENDONÇA, Marina Gusmão de. **Op.cit**, p. 242.

²³ Loc. cit.

pesquisadora. Logo após essa revelação, sem comprovação, Marina passa a falar sobre a indicação de Lacerda para o recém-criado Estado da Guanabara, afirmando sobre a possibilidade de ser eleito para o novo Estado, como algo que já estaria nos planos de Carlos Lacerda. Lançando certa dubiedade sobre os planos do político - pois ou queria ser candidato à vice-presidente ou queria ser candidato a Governador da Guanabara – e posto que qualquer escolha política demanda tempo e planejamento, não é possível, segundo a autora, considerar que essa escolha tenha sido feita de forma aleatória. A explicação dada por ela, no entanto, é pouco convincente. Diz ela:

Na verdade, é possível que a eleição para o governo da mais nova unidade da Federação já estivesse, há muito tempo, nos planos do jornalista, que a considerava um trampolim para saltos mais altos: afinal, a Guanabara, mesmo perdendo a condição de Distrito Federal, permaneceria ainda, e por vários anos, como o principal centro político e cultural da nação, pois, além de densamente povoado, era o Estado com o maior índice de urbanização e de alfabetização do país²⁴. Ademais, como ficara evidente em diversos pleitos anteriores, seu eleitorado demonstrava uma acentuada tendência para a oposição. Portanto caso fosse bem-sucedido, Lacerda se tornaria a mais importante liderança política do Estado. Simultaneamente, a eleição de Jânio o elevaria à condição de principal responsável pela primeira vitória nacional da UDN, possibilitando-lhe adquirir a projeção de que necessitava para vir a ser escolhido candidato presidencial do partido no pleito de 1965²⁵.

Perceba que a autora lança a explicação de que Lacerda teria uma grande ambição política, pois queria, inicialmente, ser vice-presidente e não conseguindo, quis ser governador da Guanabara, com o fim de utilizar esse pleito como trampolim para chegar à presidência. Neste aspecto, nenhuma das atitudes de Carlos Lacerda é pensada em razão da totalidade de suas ações, e sim de forma estanque. Mesmo quando apoia determinado candidato para o cargo e o mesmo consegue a nomeação, o que de certa

²⁴ Eu estranho esse comentário da autora, visto que, durante o governo da Guanabara, Lacerda teve de enfrentar muitos problemas em relação às vagas de ensino no novo Estado.

²⁵ MENDONÇA, Marina Gusmão de. **Op.cit.**, p. 242-243.

forma frustra os planos de Lacerda, pois queria aquela posição, ou mesmo que tentasse outra posição, que já há muito havia pensado em tentar, não existe a explicação de como fora feita a escolha, quem o apoiara, quem o indicara para determinado cargo. Isso torna obscuros esses períodos do livro de Marina Gusmão. Falta a análise de determinados acontecimentos e, em alguns momentos, parece ser somente a opinião da autora a contar, e desta forma, determinar as influências e as vontades dos atores políticos em cada fato, segundo a sua própria ótica. Um bom exemplo deste procedimento ocorre quando a autora narra a indicação para vice-presidente:

Quando Lacerda telefonou para Milton Campos pouco depois, o senador disse que preferia não se candidatar, mas o faria. “Se vocês entendem que a minha aceitação pode ser útil ao país, não me resta alternativa.” Quadros anunciou que Campos seria seu “único e legítimo candidato” a vice-presidente.²⁶

Um grande exemplo deste desgaste é a interminável batalha entre Magalhães Pinto e Lacerda, na qual Marina Gusmão foi buscar a informação sobre a vontade de Lacerda ser candidato à vice-presidente.

Além da política externa, Marina Gusmão também destaca a política interna como um grande problema para Jânio Quadros. Ao analisar esse período, mostra que ao tentar uma política conservadora no âmbito interno também desagradava aos partidos aliados, entre eles o principal aliado, a UDN. Jânio acreditava na política dos “bilhetinhos”, que acabou por transformar seus ministros em meros executores de suas determinações²⁷. Este foi um forte motivo para a perda completa de sua base de apoio, fazendo com que os partidos, antes aliados, passassem a não apoiar mais seu governo, tornando insustentável a manutenção de suas bases de apoio que já não eram muitas, mas que acabaram por tornar esses partidos hostis ou indiferentes às suas atitudes personalistas²⁸.

²⁶ DULLES, John W. F. **Op.cit.** p. 359.

²⁷ MENDONÇA, Marina Gusmão. **Op.cit.** p. 250.

²⁸ Loc. Cit.

Para o relato da visita de Lacerda a Janio Quadros, Marina Gusmão utiliza a narrativa do livro *O Depoimento*²⁹ onde há um breve trecho sobre o que ocorreu no Brasil naquele período, destacando a renúncia de forma rápida e trivial. A autora encerra a narrativa apresentando a renúncia e traçando também uma ponte sobre a figura de Carlos Lacerda, na qual descreve as motivações do mesmo sobre o fato de ter retornado a Guanabara no dia 19 de agosto de 1961, somente indo denunciar o ocorrido em Brasília no dia 24 de agosto do mesmo ano.

Marina Gusmão destaca ainda o simbolismo da data da “vitória” de Lacerda sobre Vargas. Dentre os motivos que levaram Lacerda a denunciar a trama golpista, a autora nos trás informações baseadas em Juracy Magalhães e Roberto Campos. Segundo ela, Carlos Lacerda articulava seu nome, “de forma desesperada”³⁰ para assumir a cadeira de presidente da República, em uma eleição indireta feita pelo Congresso, uma vez que, já vislumbrava a hipótese de não assunção de João Goulart à presidência da República pelas suas ligações com os comunistas e o fato do mesmo encontrar-se na China comunista. E como sempre, destaca um perfil antidemocrático para o biografado, retratando-o como um ator político que assumia o papel de paladino da democracia, e também de vítima e missionário³¹:

Seja como for, no que tange ao governador da Guanabara, é preciso indagar os motivos que o levaram a denunciar a trama no rádio e na televisão. A hipótese apresentada por Roberto Campos, e baseada num episódio narrado por Juracy Magalhães, é bastante verossímil: logo depois da renúncia, Lacerda teria telefonado ao governador da Bahia, afirmando-lhe, categoricamente, que Jango não assumiria a Presidência da República. De acordo com Juracy, ele “articulava desesperadamente seu próprio nome, numa eleição indireta pelo Congresso”³².

²⁹ LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Prefácio de Ruy Mesquita; organização de texto, notas e seleção de documentos de Cláudio Lacerda Paiva. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1978.

³⁰ MENDONÇA, Marina Gusmão. **Op cit.** p. 259.

³¹ *Ibidem*, p. 258.

³² *Ibidem*, p. 260.

Assim, o texto de Marina Gusmão apresenta um Carlos Lacerda movido pelas paixões e ódios políticos e com uma ambição desmedida. No entanto, embora muito centrada na ideia da personalidade autoritária de Carlos Lacerda, o livro de Marina Gusmão conforma, ainda hoje, grande parte das interpretações realizadas sobre a trajetória do político fluminense.

Recentemente, um novo trabalho sobre a trajetória de Carlos Lacerda foi escrito por Isabel Auler: *Carlos Lacerda – evocação de um passado presente*. Esta pesquisa se aproxima da análise que desenvolvo nesta dissertação por buscar compreender a escrita de Carlos Lacerda sobre os acontecimentos de sua vida e as formas como este político conformou uma dada memória sobre si.

Em sua dissertação de mestrado Isabel Cristina Fernandes Auler trabalha, exclusivamente, a análise do livro de Carlos Lacerda, *Rosas e pedras em meu caminho*³³. Sua análise opera com a hipótese de que de que a ideia de escrever o livro, o ímpeto de Carlos Lacerda para construir uma autoimagem e dar sentido a sua trajetória política, está em seu grande sonho de chegar à presidência da República.

A homogeneidade criada pelo relato de Carlos Lacerda fez surgir todo o sentido de sua vida e toda a explicação relacionada à sua capacidade política e ao seu lugar enquanto político e líder democrático.

A união da história de sua família e a própria trajetória de Carlos Lacerda é outro ponto importante da análise de Isabel Cristina Fernandes Auler. Neste ponto crucial, ela percebe que o autor, em suas memórias, utiliza o recurso de associação de sua trajetória e a de sua família para ganhar credibilidade enquanto o homem mais bem preparado para ocupar o cargo futuro de presidente da República.

Toda uma vida voltada para servir, essa é principal força do relato de Lacerda, segundo Auler. A vida de um político altruísta, de um verdadeiro líder, mais preocupado com o povo do que com sua própria ambição. Essa imagem consolida-se durante a leitura da dissertação de Isabel Cristina, quando a autora demonstra que ela é criada e ressignificada pelo objetivo por trás do ato de escrever a sua própria história.

³³ LARCERDA, Carlos. **Rosas e Pedras de meu caminho**. Brasília: UNB. 1992

Concordo, em grande parte, com as afirmações da autora. Lacerda realmente se utiliza da sua capacidade de escrita e oratória para criar uma imagem do melhor político. Utiliza até mesmo fatos que seriam controversos para demonstrar a coerência de sua trajetória, como, por exemplo, no momento que se refere à aliança com Juscelino Kubistchek ou quando da resignificação do suicídio de Getúlio Vargas, afirmando que o mesmo o cometeu, por não conseguiu viver com seu fracasso político e não conseguir controlar as pessoas que o rodeavam.

Segundo Isabel Auler, Lacerda ressignifica cada movimento de sua trajetória. Essa resignificação busca lançar uma nova interpretação de suas atitudes e também amenizar às resistências a seu nome.

Desta forma Isabel Auler cria uma análise que demonstra de forma eficaz como Carlos Lacerda cria, em torno dele mesmo, uma nova figura e ganha fôlego, novamente, com vistas a conseguir conquistar a presidência da República.

Assim, apesar dos trabalhos citados, ao longo da minha pesquisa - tanto na graduação quanto no mestrado - surpreendeu-me a reduzida quantidade de escritos sobre Carlos Lacerda. Quando digo reduzida quantidade, refiro-me a outras personalidades políticas que participaram ativamente de seu período de atuação e que possuem inúmeros escritos, tanto sobre eles como sobre seus feitos³⁴. Notei também, durante a leitura de diversas obras sobre o período em que viveu e atuou e sobre a sua figura pública, que muitos autores simplesmente reproduziam a imagem de destruidor de presidentes, de antidemocrático, de golpista, entre outros adjetivos. Percebi ser algo recorrente a falta de atenção sobre a opinião favorável em relação à Lacerda, como se realmente o Corvo do Lavradio³⁵ só tivesse uma única forma de ação, não tivesse amigos, e somente conspirasse contra o regime democrático. A recorrência dos mesmos adjetivos para se referir a Lacerda, foi algo que realmente me chamou atenção.

³⁴ Com Lacerda acontece algo semelhante ao que Jorge Ferreira aponta para João Goulart, ou seja, a valorização de sua imagem negativa faz com que Lacerda não esteja presente na memória que se constrói sobre os episódios nos quais tomou parte e/ou foi protagonista. Ver, sobre João Goulart: FERREIRA, Jorge. **João Goulart**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 11.

³⁵ Alcinha de Lacerda faz referência tanto a sede da *Tribuna da Imprensa* como a charge famosa do Lan. MAGALHÃES, Mauro. **Carlos Lacerda: o sonhador pragmático**. 3 ed. Editora. N/D. Ano N/D. Pág. 5.

Por esse motivo, nesta dissertação, analiso os escritos de Lacerda no período pós-golpe de 1964 – os livros *Pedras e rosas no meu caminho* e *Palavras e ação* – e suas narrativas de si – particularmente o livro *O Depoimento*³⁶ - com vistas a compreender as construções escriturárias das imagens que Lacerda elabora sobre si. Investigo ainda o livro, *Carlos Lacerda – a vida de um lutador*, de John F. Dulles, que se mantém até hoje como a principal narrativa biográfica sobre Carlos Lacerda e fonte fundamental para os estudos sobre o político. Meu interesse é trabalhar com as representações elaboradas por Lacerda e por Dulles, buscando perceber as narrativas construídas a partir de um perfil traçado em contraste a uma crítica negativa esboçada por opositores de Lacerda, no momento imediatamente posterior ao golpe de 1964, e nos anos subsequentes, até a morte de Lacerda, ocorrida em 1977.

Assim, o objetivo central desta pesquisa é analisar a história escrita *por e sobre* Carlos Lacerda, observando a forma como foi trabalhada a figura pública do homem, jornalista e político, que ocupou a cena nacional entre os anos de 1945 e 1968. Um homem que ganhou o título de “demolidor” pelo fato de ter conseguido retirar dois presidentes eleitos de seus cargos, sendo visto como um grande opositor, uma metralhadora giratória e que, posteriormente, teve a oportunidade de administrar um Estado recém-criado e de deixar impresso em livro o registro pessoal de sua trajetória.

Seguindo a proposição de François Dosse³⁷ de que as biografias têm o objetivo de relatar a vida do biografado com suas características - tanto as boas como as ruins, tentando, ao máximo, chegar à realidade vivida por ele -, analisarei, inicialmente, o contexto da atuação de Carlos Lacerda e suas práticas políticas para, em seguida, investigar, a partir de sua própria escrita, suas motivações e como seus atos foram representados por seu principal biógrafo.

Para isso, a organização dos capítulos estabeleceu-se da seguinte maneira:

O primeiro capítulo - **Lacerda após o golpe civil-militar: uma trajetória em descenso** -, traça brevemente a conjuntura do golpe civil-militar de 1964 e narra o lugar

³⁶ Esta dissertação priorizou a análise do livro *O Depoimento*, embora também dê atenção, secundária, aos livros *A Casa de meu avô* e *Rosas e pedras no meu caminho*.

³⁷ DOSSE, François. Entrelinhas Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=xZJYMxrNgTs>. Acesso em: 24 de abril. 2012.

ocupado por Carlos Lacerda na vida política nacional após o golpe. Este capítulo encerra narrando a decisão de Lacerda “dar sua versão” sobre sua vida, contratando um autor para escrever sua biografia.

O segundo capítulo, intitulado **Carlos Lacerda depois do golpe: construções narrativas em busca do alcance da Presidência da República**, dedica-se à análise dos livros *Rosas e pedras no meu caminho* e *Palavras e ação*, publicados depois do golpe de 1964. Estes livros, da segunda metade dos anos 60, evidenciam a visão de Lacerda sobre os acontecimentos pós-golpe. Eles foram escritos no período compreendido entre o golpe civil-militar de 1964 e o AI-5, momento em que Lacerda passaria a ter seus direitos políticos cassados. Neste período – entre 1965 e 1967 - Lacerda acreditava que seria ele o candidato ideal à presidência da República. Assim, nestes livros, busca organizar sua trajetória de vida e sua reflexão sobre o Brasil de modo a construí-lo como candidato à presidência da República e à elaboração de um programa de ação.

O capítulo três, **Antes do Silêncio: Carlos Lacerda e sua narrativa autobiográfica no final dos anos 70**, trata do livro autobiográfico de Carlos Lacerda: *O Depoimento*, publicado na segunda metade dos anos 70. A importância deste reside no fato de que no período em que foi escrito, o citado autor – depois de dez anos com seus direitos políticos cassados - considerava que faltava muito pouco para recuperá-los. A relevância deste livro para o trabalho é enorme, pois, apesar de Lacerda sempre demonstrar seus pensamentos através de seus textos ou pronunciamentos, a compilação de sua visão política no estilo autobiográfico é uma oportunidade única de analisar toda a sua vida, bem como todos os seus passos enquanto figura pública somada à possibilidade de relatar também trechos de sua vida com a sua própria crítica. A análise da visão de Carlos Lacerda de sua própria trajetória e de suas atitudes é de extrema importância para entender melhor como Lacerda enxerga a sua atuação enquanto político e seu papel na história do país, utilizando a justificativa do próprio para assim adensar a análise sobre sua ação. A leitura do livro foi utilizada para traçar o lugar de Carlos Lacerda no campo político, segundo a sua própria ótica, e investigar de que maneira ele considerava que pôde influenciar a história brasileira até o seu expurgo final.

O quarto capítulo, intitulado **A trajetória de Lacerda por Dulles**, centra-se na principal obra biográfica escrita sobre o político em foco. Este livro busca tratar todos os fatos da vida de Carlos Lacerda, pontuando acontecimentos relevantes. O objetivo de analisar essa biografia é examinar como o autor narra as ações de Lacerda, evidenciando suas motivações e suas concepções políticas, de modo a justificar escolhas e caminhos percorridos³⁸. Neste último capítulo pode-se identificar como foi construída a imagem do político e como também a sua profissão de jornalista acabou influenciando as análises do biógrafo.

³⁸ Esta biografia não escapa da criação cronológica ou mesmo da criação fictícia de que toda a conquista está relacionada a uma capacitação passada da forma como Bourdieu no texto *A ilusão biográfica* explícita. BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: M.M. FERREIRA e J. AMADO (orgs). **Usos e Abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV. 2005, p. 187.

Capítulo 1: Lacerda após o golpe civil-militar: uma trajetória em descenso

1.1 A política brasileira nos anos 60: breves considerações

Embora muito rápido, o governo de Jânio Quadros deixou marcas profundas no Brasil pelas consequências de sua atitude de renúncia. Durou apenas sete meses, e as principais características lembradas deste período são sua forma peculiar de trabalhar, onde se valia de bilhetinhos para orientar seus subordinados, proibição de biquínis em desfiles de beleza, brigas de galo e corridas de cavalos nos dias de semana. Mas, por outro lado, foi também este governo que começou com a ideia de país grande, de política externa independente, reatando laços diplomáticos com a URSS e acabando também por condecorar Ernesto “Che” Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul, maior comenda brasileira. Sua ascensão meteórica foi ainda notada, no fim de seu governo, com uma queda rápida, pois que pediu para afastar-se de seu cargo depois de um pronunciamento de Carlos Lacerda na televisão contra sua forma de governar. Não possuindo apoio nas camadas populares e isolado politicamente, lançou o Brasil em uma crise político-institucional muito séria, onde até mesmo a guerra civil foi uma das saídas pensadas entre os partidários de Jango e Brizola e os militares contrários à sucessão presidencial.

Jorge Ferreira - em seu texto *A Estratégia do Confronto: a Frente de Mobilização Popular*³⁹ - analisa esse período destacando as diversas possibilidades de explicação do que teria ocorrido para o desenvolvimento posterior do Golpe Civil Militar de 1964. Observa, particularmente, a falta de análise relativa ao papel das esquerdas na radicalização ocorrida no período, o que acabou por transformar a estrutura política.

Segundo o autor, dentre as análises, existe sempre a explicação de que as esquerdas foram vítimas, seja do complexo IPES-IBADE, que eram órgãos preocupados em desestabilizar o regime, seja pela traição do presidente João Goulart que se recusou

³⁹ FERREIRA, Jorge. *A Estratégia do Confronto: a Frente de Mobilização Popular*. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47, 2004.

a resistir à intervenção militar, figurando a esquerda como imobilizada e que, por acreditar nas regras democráticas, acabou vítima dos acontecimentos de forma passiva.

Existe ainda, na opinião de Jorge Ferreira, a explicação baseada nas estruturas econômica e política. Essa explicação, segundo o autor, é interessante posto que ninguém é culpado de forma direta pelo ocorrido, pois o colapso do populismo e da estrutura econômica passa a ditar a ação dos atores sociais e com isso eles não podem ser responsabilizados por algo que iria, inexoravelmente, acontecer, visto que essa explicação ignora a ação dos mesmos.

Essas explicações baseadas nas conspirações de direita, na culpa das estruturas e no colapso de um modelo de governo podem até ser aceitas ainda hoje e difundidas. Entretanto, Jorge Ferreira aponta para outra forma de observação do período e trabalha com o papel das esquerdas nesse episódio. Indo em oposição às versões já explicitadas e também contra aquelas que colocam a culpa no “estrangeiro” - isto é, na ligação de organismos internacionais a organismos nacionais e conservadores, que acabariam por determinar a Ditadura Militar brasileira - , Ferreira anota:

A culpa, portanto, é do “Outro”. Ora, desde 1954 grupos conservadores brasileiros tentaram golpear as instituições: em agosto daquele ano, em novembro de 1955, em duas tentativas no governo de Juscelino e em uma decisiva em agosto de 1961. Não conseguiram. Não encontraram apoio da sociedade. Em outras palavras, não basta conspirar, mesmo que com o apoio de potências estrangeiras. É preciso encontrar uma ampla base social para levar a conspiração adiante. Foi o que ocorreu em março de 1964.⁴⁰

Propondo estruturar melhor as explicações - que acabaram sempre por reafirmar a vitimização das esquerdas ou minimizar seu papel nos acontecimentos, esquecendo-se, por exemplo, da frase “Reforma agrária na lei ou na marra” e dos discursos proferidos por Brizola, e sua não disposição de negociação em relação às Reformas com o centro

⁴⁰ Ibidem. p. 3.

político brasileiro -, o autor trabalha mapeando as esquerdas e estudando suas atitudes de forma a gerar um melhor entendimento do que realmente veio a ocorrer no período citado.

Segundo Ferreira, quando João Goulart conseguiu assumir o governo brasileiro, mesmo que através do parlamentarismo e com seus poderes diminuídos pelo Congresso dominado por conservadores, passou a ter de enfrentar uma demanda histórica das esquerdas, as Reformas de Base, que era uma bandeira também da própria carreira política de Jango. A necessidade de mudanças estruturais na parte econômica, social e política, baseada na concepção de que elas iriam permitir o desenvolvimento e a justiça social entre a população, acabava sempre indo de encontro com a postura conservadora do Congresso Nacional. Este, composto em sua maioria por políticos conservadores, não estava disposto a atender essa mudança estrutural que poderia acabar por diminuir-lhe o poder. Assim, afirma Jorge Ferreira,

“embora heterogêneas e nem sempre unidas, as esquerdas formaram, logo no início do governo Goulart, o que Argelina Figueiredo chamou de “coalizão radical pró-reformas”⁴¹.

Essa união foi fundamental para o clima de radicalização que tomou conta de todo o período de Goulart na presidência da República, posto que inicialmente, durante o período parlamentarista, as esquerdas estavam unidas até mesmo com políticos conservadores, não ligados ao novo sistema de governo, e desejosas da volta do presidencialismo, por considerarem que esse regime de governo era mais associado às tradições de uma cultura política nacional⁴². As esquerdas dentro dessa coalizão eram muito heterogêneas e com isso tinham diferentes demandas, apesar de, na verdade, todas estarem coligadas. Brizola era o principal porta-voz dessas demandas, posto que era também a principal liderança da esquerda nacionalista. Além do grupo a ele

⁴¹ Ibidem. p. 4.

⁴² Toda a análise que se desenvolve nesta parte do capítulo sobre as alianças entre os grupos de esquerda e também sobre a ação dos políticos conservadores é baseada no texto de FERREIRA, Jorge. A Estratégia do Confronto: a Frente de Mobilização Popular. **Revista Brasileira de História**. Vol. 24. No. 47. 2004

associado, havia o PCB, apesar de ainda ilegal, que era muito forte nos sindicatos ligados com os trabalhistas, e a CGT forte central sindical, ligadas ao PCB e ao PTB que dividiam sua direção e que também defendiam a intervenção do Estado na economia e a retenção das remessas de lucro para o exterior. A UNE e o Movimento intelectual estavam cada vez mais politizados, começando a falar em “Revolução”, “união operário-estudantil-camponesa” e partindo para uma era de radicalização crescente, com o movimento intelectual também criando sua própria organização para que pudesse reivindicar demandas de sua categoria, através da união entre ele e o aumento de poder de negociação. Neste mesmo momento, no campo, Francisco Julião, líder e advogado das Ligas Camponesas, começava também a empreender uma maior radicalização, comparando as ligas ao movimento agrário cubano que chegou ao poder e instituiu um governo comunista. Julião defendia a ligação entre os estudantes, os operários, os camponeses e os intelectuais para a “libertação nacional e social” através da reforma agrária radical. O movimento dos suboficiais das Forças Armadas também pode ser citado como uma maior onda de confronto e instabilidade. A elegibilidade dos sargentos era algo que há muito estava nas demandas dessa suboficialidade, mas que, entretanto, não era permitida pelo Congresso Nacional.

Todas essas alianças de esquerda eram vistas com desconfiança pela ala conservadora da política nacional, com seus principais representantes nas Forças Armadas e na UDN. A união entre os sargentos e os movimentos sociais era apreciada pelos dois lados. Tanto os sargentos acreditavam agora possuir maior representatividade e poder de pressão, quanto os movimentos sociais passaram a acreditar que possuíam o que ainda faltavam para eles, “povo com armas”.

A liderança exercida por Brizola em relação às demandas da esquerda política brasileira foi conseguida principalmente em razão de sua atuação durante a Rede da Legalidade e também com as posturas que teve no governo do Rio Grande do Sul e com a estatização de empresas estrangeiras. Brizola pressionava o presidente João Goulart a ter uma postura mais ligada às esquerdas e contra a política de conciliação implementada por ele desde que assumiu o governo para que, desta forma, pudesse, primeiramente, voltar ao sistema presidencialista e, posteriormente, instituir as reformas de base através do Congresso Nacional.

No início do ano de 1963, baseadas na liderança e capacidade de união que a figura de Brizola emanava nas esquerdas, surgiu a (FRENTE DE MOBILIZAÇÃO POPULAR) FMP para assim criar um fórum de discussão entre os mais diversos segmentos das esquerdas e traçar metas e formas de ação e assim também legitimar os discursos brizolistas em relação às reformas de base e ao confronto declarado à direita e aos conservadores. A principal ideia contida nessa união das esquerdas era que assim ligadas à implementação das reformas unicamente com o apoio das massas acabaram por ignorar o Congresso, este conservador em sua maioria. Algumas correntes afirmam que essa postura de Brizola enfraqueceu o presidente João Goulart. Entretanto, é importante lembrar que Brizola apenas falava em favor de uma união de operários, camponeses, estudantes e vários setores de esquerda que o reconheciam como líder exatamente por exprimir a demanda deles e não o contrário.

Com a subida ao cargo de presidente da República e com a implementação do parlamentarismo visando tirar-lhe os poderes, João Goulart de início tentou de todas as formas boicotar o novo sistema e mostrar sua inviabilidade. Queria também conseguir juntar a aliança de centro-esquerda, entre o PTB e o PSD, para assim conseguir uma maioria no Congresso Nacional e aprovar as reformas de forma que o Congresso estivesse junto dessas mudanças estruturais da sociedade brasileira, visando assim aumentar sua capacidade política e não gerar confronto entre o centro e a esquerda. Entretanto, as esquerdas passaram a pressionar mais e mais o presidente para a implementação da Reforma Agrária e da mudança constitucional para a alteração da forma de pagamento por desapropriação. O PSD até aceitou a mudança de dinheiro para títulos públicos, no entanto, dizia que somente poderia ser desapropriado por interesse público o latifúndio improdutivo ou inadequadamente aproveitado. Essa proposta não era aceita pelos parlamentares da “Coalizão Pró-Reformas” uma vez que mudava o sentido do projeto. Eles não estavam dispostos a negociar e estavam cada vez se direcionando para o radicalismo político.

Durante esse período de radicalização das esquerdas contra um governo que pela primeira vez tinha ministros de esquerda e comunistas em suas fileiras, a direita aproveitava também para conspirar. Através do complexo IPES-IBADE, passaram a promover uma campanha publicitária destacando a possibilidade de João Goulart

comunizar o país. Essa radicalização ocorria e João Goulart, ainda querendo as reformas, se preocupava com a questão de voltar a deter seus poderes presidencialistas, porque acreditava que somente assim poderia implementar as reformas da forma que havia propagandeado.

Depois de ter seus poderes restaurados, em 1963, João Goulart, por meio do Plano Trienal e com a intensificação das medidas relacionadas à Reforma, passou a ter a possibilidade, real, de implantar a Reforma Agrária e também melhorar a economia do país. Entretanto, desde o início da implementação do Plano Trienal, as esquerdas passaram a criticar frequentemente as ações do presidente, alegando ser mais uma política de conciliação com os inimigos da nação. Afirmavam que este era um plano que já nascia sem possibilidade de triunfar, uma vez que era um compromisso entre os mais diversos setores da economia e também acabava por prejudicar o trabalhador com a restrição sobre o aumento salarial. Luis Carlos Prestes foi contra o plano, assim como Francisco Julião, a ponto de exigir a revogação da política econômica do governo. Os sindicalistas atacavam o plano por acreditar que era de conciliação e que estava a serviço do imperialismo e do latifúndio, taxando-o de ter “caráter reacionário”.

As esquerdas brasileiras, com a constante radicalização de suas posições e acreditando cada vez mais terem o movimento sindical e os suboficiais das forças armadas juntos em suas demandas, e o povo compactuando com suas ideias, passaram a crer ser mais poderosa do que a centro-direita e, com isso, a pressionar cada vez mais o presidente João Goulart para que ele deixasse de lado a política de conciliação e passasse a governar o país somente com o apoio do povo e do grupo de esquerda. Sentiam-se consolidadas e realmente fortes para sustentar uma política popular-nacionalista em detrimento do jogo democrático já estabelecido. Acreditavam ainda, como Luis Carlos Prestes, que se houvesse um golpe por parte da direita ocorreria uma guerra civil, certos do apoio que detinham em relação à população civil da época, e do movimento estudantil defensor de Cuba, da limitação das remessas de lucro, da reforma universitária, combate ao imperialismo e defensores de uma política externa independente.

A união entre os sargentos, o movimento estudantil e sindical era uma realidade e começavam a aparecer demonstrações de apreço relacionadas às figuras de esquerda,

como em 1963, em relação ao Comandante do I Exército, General Osvino Ferreira Alves, na qual os sargentos reunidos para a homenagem passaram a proferir discursos relacionados à radicalização e ameaças relacionadas à arma de trabalho do sargento: o fuzil.

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a inelegibilidade dos sargentos também foi um episódio a mais no crescente radicalismo político da época. Isto porque, ao serem declarados inelegíveis e perderem seus mandatos, os sargentos marcaram uma reunião para definirem as formas de protesto. Tomaram Brasília de assalto, como em uma rebelião, sequestraram um ministro do STF e convocaram outras unidades da federação a tomarem parte desse movimento. Essa grande radicalização política dos sargentos passou a influenciar até os oficiais neutros da Instituição e começaram a surgir manifestações sindicais de figuras esquerdistas em favor dos sargentos levando a alta cúpula das Forças Armadas a ficar preocupada em razão da manutenção da ordem e da hierarquia dentro das mesmas. O governo sofreu também com a tomada de Brasília, pois entre os sargentos envolvidos no movimento estavam dois brizolistas, e pôde ligar esse movimento a radicalização do principal líder esquerdista.

Neste momento conturbado, uma entrevista de Carlos Lacerda, ao correspondente no Brasil do *Los Angeles Times*⁴³, falando sobre a infiltração comunista e baseando sua análise na falta de vontade dos militares de tirar João Goulart do poder por não saber direito o que deveria ser feito com ele, acaba por gerar uma revolta do alto comando militar que pede a decretação do Estado de Sítio. Entretanto, esse pedido de decretação ao Congresso gera a oposição da ala esquerdista que acredita na ameaça aos seus quadros e demandas, e também da ala direitista por temer que Jango pudesse vir a imitar seu padrinho Vargas e torna-se um ditador.

Como é possível ser observado, as esquerdas rompendo com João Goulart e a direita isolando-o cada vez mais, pelo fato de o considerarem uma figura ligada às

⁴³ Nesta entrevista Carlos Lacerda expressou, ao repórter Julian Hart, que havia um golpe em ação no Brasil, entretanto ainda faltava aos militares saberem se iriam tutelar o presidente da República, se iriam retirá-lo do poder ou se o deixavam terminar seu mandato, com isso gerando agitação e instabilidade política no país. A entrevista foi publicada nos dias 29 e 30 de setembro de 1963. <http://www.politicaparapoliticos.com.br/interna>. Acessado em: 12 de agosto de 2012.

demandas de esquerda, o presidente passou a ter de construir novamente sua base de sustentação, ligando-se aos extremistas de esquerda e tendo de radicalizar a política nacional. O desmantelamento da aliança PTB e PSD e, com isso, o fim da própria governabilidade com a política de conciliação, levou a um isolamento ainda maior do Governo em relação aos partidos políticos. San Tiago Dantas tenta, então, formar uma Frente Progressista de Apoio as Reformas de Base. A criação desta Frente surge porque, na interpretação de Dantas, havia um isolamento e uma crescente conspiração da direita contra o regime político brasileiro. Porém, ele não contava com a falta de apoio e falta de união das esquerdas “positivas” (não ligadas a Brizola) em razão da manutenção do sistema político e da implementação das reformas julgadas necessárias. Muitos foram os pontos discordantes dessa Frente de Dantas, pois ela unia elementos dos mais diversos setores, e isso não era encarado com bons olhos em razão da esquerda estar certa de sua força e de sua capacidade de pressionar o presidente da República.

O Congresso também era atacado pelas esquerdas devido ao seu imobilismo e por possuir um grande número de políticos conservadores. A convocação de uma Assembleia Constituinte era proclamada tentando destruir a imagem do Congresso, associando-o a figuras antipovo.

Com essa postura, ainda segundo Jorge Ferreira, as instituições democráticas passaram a ser atacadas sistematicamente pelas esquerdas, jogando com o apoio popular e com a retórica de seus líderes. Julgavam serem maiores do que o Congresso, maiores até mesmo que a Constituição e por isso atacavam as instituições, elevando o nível de radicalismo ao máximo até onde as estruturas políticas poderiam aguentar. Através de ataques a uma “ordem jurídica obsoleta, aviltante da condição humana”, tornando-se assim “imoral e perniciosa”⁴⁴, segundo afirmou um sindicalista.

Essa postura cada vez mais firme das esquerdas estava ligada as manifestações de Prestes, que afirmava ser possível a reeleição de João Goulart, e também à possibilidade de Jango e Brizola desempenharem, no Brasil, papel semelhante ao desempenhado, em Cuba, por Fidel.

⁴⁴ Citado em FERREIRA, Jorge. **Op. Cit.**, p. 5.

Durante todo o período governamental, o presidente João Goulart tentou, de todas as formas, juntar o movimento de esquerda com o centro, unindo o PTB e o PSD. Ao fracassar nesse intento, passou a tentar trabalhar com as reuniões e acordos entre eles, não conseguindo também unir através do acordo e da conciliação e ficando cada dia mais isolado pelas alas conservadoras e esquerdistas que tentava unir. João Goulart acabou por se decidir pela ida para a esquerda radical, sendo que já havia sido isolado pela direita depois do pedido do Estado de Sítio e também pela esquerda. Entretanto a esquerda ainda era sua base de sustentação política e a radicalização iria ligá-lo às demandas pelas Reformas.

O Comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro - principal reduto de um de seus maiores opositores, Carlos Lacerda -, marcou o início de uma série de comícios marcados para acontecer nas principais cidades do Brasil levando a mensagem de radicalização da esquerda, defendendo as Reformas e atacando o ordenamento jurídico brasileiro, que Jango considerava ultrapassado e que, segundo ele, deveria passar por reforma através de uma Assembleia Constituinte. A luta pelo fechamento do Congresso e a bandeira da legalidade levantada pelos conservadores não permitiram aos esquerdistas verem a diferença entre agosto de 1961 e o momento vivido por eles em 1964. Depois da renúncia de Jânio Quadros as esquerdas, com o apoio da sociedade, lutaram pela legitimidade e contra o golpe dos ministros militares. Já em março de 1964, lutavam contra a Constituição, queriam a mudança da mesma e, neste momento, o grupo conservador assumia a postura de defensor da legalidade e pregava ser a “Constituição Intocável”. Por isso passaram a contar com o apoio da sociedade, enquanto a ilusão política da esquerda a levava mais e mais para o extremismo.

Nos dias posteriores ao Comício da Central, todos sabiam que a política de conciliação havia acabado, não haveria mais espaço para negociações e Goulart manda ao Congresso uma Mensagem com o objetivo de implementar as tão sonhadas reformas. Incluiu, nesta mensagem, um mecanismo a respeito da reforma agrária baseado na utilização da terra, não sendo lícito deixar a terra improdutiva. Assim, o governo passaria a ter o direito de requisitar as terras improdutivas sem ter de pagar nada por elas. Outras mudanças muito importantes dessa mensagem foram: a possibilidade de serem elegíveis e alistáveis os parentes consanguíneos e afins, em uma clara alusão ao

parentesco de Brizola e João Goulart; a possibilidade da reeleição do próprio João Goulart; e, mais importante ainda, um realização de um plebiscito para a delegação de poderes do legislativo para o executivo indo de encontro à divisão dos três poderes.

Estas medidas claramente criaram desconforto entre os políticos de centro e direita, bem como clara a ideia de que um golpe vinha sendo arquitetado por João Goulart. A Revolta dos Marinheiros, por exemplo, foi um dos graves casos ignorados pela esquerda brasileira, eles não perceberam que a hierarquia e a forma de ser militar estavam em jogo quando o governo acabou por anistiar todos os envolvidos em detrimento do ministro militar e com isso fazendo os militares ligarem-se a minoria golpista brasileira para assim destruir a democracia.

Nenhum dos grupos políticos brasileiros ligava para a democracia ou mesmo para o jogo democrático quando este atrapalhava os ideais em jogo. A direita sempre querendo derrubar a democracia, e a esquerda, para a instituição das reformas, querendo ir contra o jogo democrático. O golpe ocorrido em seu governo, desencadeado por militares, viria a mudar a história de nosso país. Por mais de 20 anos no poder, os militares puderam modificar a diretriz do governo e puderam eles mesmos desenvolver uma forma de governo. A polarização política ficou ainda mais evidente depois que o general Castelo Branco assumiu o poder no lugar do deposto João Goulart, com os indivíduos esquerdistas pegando em armas e a direita militar acabando por utilizar da força para manter o regime criado por eles. A radicalização, segundo Jorge Ferreira, foi fatal para o regime, posto que gerou todo o desenrolar para a ditadura.

O primeiro presidente do Brasil neste período foi Castelo Branco. Ao assumir, os membros dos movimentos ligados a João Goulart e diversos políticos sofreram a chamada cassação de seus direitos políticos. Este período, conturbado da história do Brasil, começou realmente a desenhar-se durante o governo de João Goulart e desenvolveu-se baseado na ideia da Escola Superior de Guerra (ESG), de segurança nacional, que priorizava o combate ao comunismo internacional.

O autoritarismo deste período pode ser medido pela quantidade de atos institucionais, conhecidos como AI's. Sendo os de número dois, quatro e cinco os mais cruéis com a sociedade brasileira, pois o de número dois acabava com os partidos

políticos então existentes, mantendo somente um sistema bipartidário, no qual um partido apoiava o governo e o outro seria a oposição; o de número quatro visava à elaboração de uma nova Constituição para o país, elaborada esta no ano de 1967; e, por fim, o de número cinco, o mais cruel de todos os AI's, acabava com o direito do cidadão, já que o Estado poderia intervir em qualquer esfera do poder público, perseguir os opositores e decretar o Estado de Sítio. Com esses instrumentos em suas mãos, os presidentes durante o período militar puderam realmente governar como ditadores militares e, através deles, promover a cassação de mandatos políticos dos opositores do regime.

Carlos Lacerda seria um dos indivíduos atingidos pelo regime militar. Foi cassado por um decreto emitido por Costa e Silva, segundo presidente durante o período, no dia 30 de dezembro de 1968, em reunião do presidente com o Conselho de Segurança Nacional.

1.2 Depois do Golpe: o lugar de Carlos Lacerda

Em decorrência do Movimento Civil-Militar de 64, o governador Carlos Lacerda passa a estar no centro dos debates sobre o futuro desta “operação” que acabou por retirar João Goulart da vida pública e a implementar a operação limpeza que começou logo após o Gen. Artur da Costa e Silva sentar-se na cadeira de ministro de Guerra e proclamar-se o comandante-em-chefe da Revolução.

Já no dia 2 de abril, o Governador passou seu dia dando entrevistas para jornais e revistas brasileiras e estrangeiras sobre o significado da derrubada de Jango da presidência da República. No dia 4 de abril houve a primeira reunião dos governadores da qual Lacerda participou ativamente, e que contava além dele, governador da Guanabara, com Mauro Borges (Goiás), Nei Braga (Paraná), José Monteiro de Castro (Representante de Magalhães Pinto, Minas Gerais) e Ademar de Barros (São Paulo), entre outros. Nesta reunião ficou decidido a escolha do nome de Castello Branco para a presidência, porém Costa e Silva não aceitou a indicação sob o argumento de que sendo aceito um militar como presidente ocorreria a divisão do comando revolucionário e com isso a operação limpeza que estava sendo implementada por ele não poderia ter êxito

caso insistissem em indicar alguém para presidência, devendo transcorrer os 30 dias para a escolha de um presidente. Enquanto isso, Ranieri Mazzili continuaria na presidência. A vontade de Costa e Silva de manter Mazzili, pode ser entendida devido a possibilidade de manobra do político pelo “Comandante-em-Chefe”⁴⁵.

Porém, algum tempo depois, uma reunião foi convocada pelo próprio Costa e Silva e foi aceito o nome de Castello Branco para a presidência. Entretanto nesta reunião Lacerda não compareceu devido ao seu desentendimento com o ministro da Guerra na primeira reunião. Mandou, em seu lugar, Juracy Magalhães, como seu legítimo representante.

Durante o início do Governo de Castello Branco, Lacerda foi intimado pelo novo presidente a sair do país em direção a Europa para que pudesse fazer propaganda da Revolução. Tendo assim a oportunidade de colocar todas as suas energias em defesa do movimento vencedor de abril de 64, movimento há muito defendido em suas ideias. Castello Branco acreditava que Lacerda seria capaz de acabar com a corrupção e a entrega do Brasil pelos militantes comunistas ao imperialismo soviético. Já no aeroporto de Orly no dia 23 de abril de 1964, na França, ao ser questionado sobre a Revolução Civil-Militar Lacerda acabou por responder com grande agressividade as perguntas dos jornalistas presentes, causando um intenso mal-estar, tanto em relação à posição lacerdista quanto em relação à propagação da propaganda do novo regime. Lacerda considerou que os jornalistas estavam “fazendo perguntas (...) insultuosas ao seu país”. Assim,

“...Lacerda rompeu o silêncio e se pôs a contestar. Transtornado ao ouvir falar de torturas no Brasil, negou categoricamente. Lacerda acabou por achar-se na sala de imprensa do aeroporto, ao lado do restaurante. Nesse recinto, sob as luzes de três câmeras de televisão, enfrentou um batalhão de microfones de emissoras de rádio e televisão, 40 repórteres e mais de 20 fotógrafos. (...) as perguntas sobre o Brasil levaram Lacerda a dizer que alguns correspondentes da imprensa francesa, torcendo completamente os fatos, ou eram “imbecis” ou “vendidos”. Continuou: “Creio que a imprensa francesa também nada

⁴⁵ DULLES, John W.F. **A Vida de um Lutador. Vol.2: 1960-1977**. Ed. Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 2000.

divulgou de exato na crise de 1939, quando uma parte da imprensa vendeu a França aos nazistas. (...) Indagado sobre se a revolução brasileira sofrera “pressão estrangeira”, Lacerda respondeu na afirmativa, aludindo à “pressão de alguns jornais de Paris. Mas isso não nos impressionou. Foi apoiada pelos norte-americanos? Lacerda respondeu que não, porque, nós não tivemos o Plano Marshall como vocês aqui, pelo menos até agora.”⁴⁶

Durante essa “missão” de propagandista do novo regime de Castello Branco, Lacerda encontra, em Paris, com Sandra Cavalcanti, antiga secretária da Guanabara. O objetivo era que ela pudesse aplacar os ânimos do governador e transmitindo a mensagem de Castello Branco de que ele era contra a extensão de seu mandato presidencial e demonstrando ser de interesse do presidente não contrariar seu aliado político. A continuidade da viagem, a ida para Portugal, acabou por revelar-se muito produtiva, tanto para Lacerda quanto para a propaganda oficial, devido ao fato da ovação recebida na sua chegada e também em relação a suas entrevistas e respostas para a melhora da imagem brasileira em pleno regime de Salazar.

Quanto à imprensa, a grande pergunta que tinham para Carlos Lacerda era referente à cassação de Juscelino Kubitschek. Lacerda respondia que gostaria de ganhar dele nas urnas e que sentia ser capaz deste feito, pois Juscelino tinha sido o “criador” da inflação e não poderia nunca livrar-se disso. Por isso não poderia nunca vencer Lacerda nas urnas que, logicamente, usaria sua administração na Guanabara e também acreditava contar com o apoio de Castello Branco para o pleito de 1965.

Entretanto, com a continuação do mandato do presidente Castello Branco e a discordância de Lacerda sobre essa prorrogação - alegando ser contra o jogo político e indo frontalmente contra os idealizadores desta ideia, como Afonso Arinos, Daniel Krieger e João Agripino – a situação de Lacerda mudaria. Afonso Arinos, por exemplo, apoiou a prorrogação do mandato presidencial, justamente, por esta significar um obstáculo contra as pretensões de Lacerda de chegar a Presidente da República.

⁴⁶ Ibidem, p. 259.

Carlos Lacerda havia tentado construir boas relações com Castello Branco durante seu período na presidência da República, baseadas nas críticas aos ministros, mas não abertamente ao presidente para assim manter-se como o principal candidato civil à eleição presidencial. Porém, durante o governo de Castello, o governador da Guanabara acabou, aos poucos, se desgastando perante os olhos da linha-dura comandada pelo General Costa e Silva que, como já falado anteriormente, na primeira reunião dos governadores havia tido uma discussão áspera com Lacerda.

As principais críticas de Carlos Lacerda aos militares tinham sido em relação ao plano econômico e ao mandato tampão. Marly Motta⁴⁷ analisa as razões desta insatisfação: primeiro porque este mandato acabava por prejudicá-lo perante à opinião dos cidadãos da Guanabara, pelo atraso no repasse de dinheiro por parte do Governo Federal, levando assim a um atraso no pagamento dos salários já no fim de seu mandato; segundo, porque com a política anti-inflação diminuiria o poder de compra tanto do trabalhador como do próprio Estado da Guanabara atrasando também o dinheiro referente ao pagamento de empreiteiros. Assim, na opinião da autora,

*“Rapidamente, Lacerda percebeu que o mandato-tampão era uma armadilha para sua candidatura presidencial, uma vez que perderia o controle sobre a fase final do programa de obras, uma das mais importantes plataformas de sua campanha. Apesar de ter se distanciado da administração cotidiana na Guanabara, em função das viagens ao exterior e do envolvimento da política nacional, Lacerda sabia perfeitamente que nessa área os problemas teriam que ser solucionados sob pena de comprometer sua caminhada para Brasília. A previsão orçamentária conferia à Secretaria de Obras quase o dobro da verba destinada à Educação, segundo setor mais aquinhado pelos investimentos estaduais”.*⁴⁸

Em 1964, Lacerda acreditava que poderia estar sendo beneficiado com o golpe Civil-Militar, pois seus principais opositores haviam sido retirados da vida pública

⁴⁷ MOTTA, Marly Silva da. **RIO DE JANEIRO: de cidade-capital a estado da Guanabara**. Ed. FGV. Rio de Janeiro. 2001.

⁴⁸ Ibidem, p. 225.

brasileira⁴⁹. Ao ter uma audiência com o presidente Castello Branco, em abril de 1964, ainda nutria o desejo de ocupar a cadeira presidencial, em 1966, acreditando que Castello Branco seria presidente durante um período e depois iria convocar eleições livres. Lacerda sabia ser o preferido de Castello e ainda esperava contar com a sua administração na Guanabara para alavancar a sua candidatura para presidente.

No entanto, a emenda constitucional elaborada para aumentar em 14 meses o mandato de Castello Branco transformou Lacerda num opositor sistemático do governo, tanto através de artigos nos jornais, como em pronunciamentos que deveriam ser lidos por seus correligionários, como a carta escrita a Emílio Nina Ribeiro, visando que o mesmo lesse em um claro ataque ao Golpe Civil-Militar de 1964. Deste momento em diante as relações de Carlos Lacerda com os militares, cada vez mais se deterioraram, e os ataques aos ministros de Castello Branco passaram, irremediavelmente, a serem direcionados também contra o presidente.

A contínua insistência de Carlos Lacerda para manter a sua indicação pela convenção da UDN à presidência acabou também por minar a sua relação com o presidente da República, pois o mesmo não acreditava ser apropriado aos partidos lançarem candidatos, pois considerava que ainda não havia sido consolidado o novo poder instituído.

A radicalização de Carlos Lacerda provocou aos seus inimigos políticos a retirada das eleições diretas para presidente da República, pois quanto mais pressionava e escrevia contra a prorrogação do mandato do presidente da República, mais enfraquecido ficava perante a linha e correligionários de Castello e também da chamada “linha dura” correligionária de Costa e Silva.

O estilo Lacerda de fazer oposição, fez com que ele publicasse um importante artigo de jornal no dia 20 de maio de 1966. No texto, intitulado “PORQUE A REVOLUÇÃO É IMPOPULAR”⁵⁰,

“Carlos Lacerda começa a descrever os motivos que levaram ao Movimento de 64 que, no primeiro instante, é

⁴⁹ É bom lembrar que Juscelino Kubistchek e João Goulart haviam sido cassados e estavam fora do país não fazendo mais parte do panorama político brasileiro.

⁵⁰ LACERDA, Carlos. Rio de Janeiro: **Diário de notícias**, 20 de maio. 1966.

apoiado de forma ostensiva pela população, passar a não mais gozar do apoio popular segundo sua análise. Dentre os pontos elencados para justificar a sua análise, Lacerda parte de sua visão como porta-voz de toda uma população e de um ideal de governo e reformas, que estaria insatisfeita com os rumos da chamada Revolução, tendo o marechal Castelo Branco como governante e principal peça do quebra-cabeça institucional”⁵¹.

Na opinião de Lacerda, a falta de políticos ligados aos ideais revolucionários dentro das fileiras do governo, a partir do momento em que a grande burocratização atingiu o poder, também é alvo de crítica. Segundo o autor, apesar do Movimento ter sido orquestrado para acabar com a corrupção dos governos anteriores, e combater a ideia do comunismo no Brasil, ele acabou por apoderar-se da burocracia que, junto com os líderes dos ideais anteriormente combatidos, acabaram por fazer parte da composição do governo e a continuarem a exercer domínio sobre o povo. Se a ideia da Revolução, como definiam os militares, era extirpar da vida pública esse homens para promover a Operação Limpeza, não foi isso que ocorreu.

Outro artigo de forte crítica ao governo veio a público no dia 9 de Jun de 1966, ainda com Lacerda como Governador da Guanabara. Publicado no jornal *Diário de Notícias*, o artigo intitulado *TANTO FAZ*⁵², demonstra sua opinião sobre o AI-2⁵³ do Governo Federal. Neste artigo de forma não violenta, porém contundente, Lacerda fala sobre a falta de legitimidade dos novos partidos, criticando sua montagem através de um decreto presidencial e não relacionada à vontade popular; evidencia o caráter elitista do governo militar e denuncia os atos de quem estava no poder, apontando o grande medo que os indivíduos no poder tem do julgamento popular, que somente poderia ser manifestado através de eleições livres.

⁵¹ SILVA, Ricardo Luiz Mosna Ferreira da. **Análise da visão de Carlos Lacerda acerca do movimento de 64**. Niterói, UFF, Monografia de graduação em História. 2008, p. 29.

⁵² LACERDA, Carlos. *TANTO FAZ*. **Diário de Notícias** em 9 jun. 1966.

⁵³ Ato Institucional Nº 2 – Redefiniu de forma autoritária os termos do AI-1, estabelecendo, entre outras, a eleição indireta para presidente da República e a dissolução de todos os partidos políticos então existentes. Previa ainda que, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, o presidente poderia ordenar a intervenção federal nos estados e decretar o recesso do congresso.

O Ato Institucional n. 2 tinha sido a resposta dos governos militares às eleições para governadores que acabaram por eleger políticos da oposição - Israel Pinheiro em Minas, político ligado a Juscelino, e Negrão de Lima, na Guanabara, opositor de Lacerda e político também ligado a Juscelino.

1.3. O posicionamento de Lacerda e a Frente Ampla

A Frente Ampla foi um movimento arquitetado por Carlos Lacerda, que conquistou a adesão de Juscelino Kubitschek e, posteriormente, de João Goulart. A Frente provoca estranheza pela união dessas três figuras da política brasileira que eram, até anteriormente ao golpe militar de 1964, opositores ferrenhos.

Ao ser lançado, o manifesto que continha primeiramente a assinatura solitária de Carlos Lacerda, foi, posteriormente, assinado também por JK em um manifesto que defendia “... união popular para libertar, democratizar, modernizar e desenvolver o Brasil”⁵⁴.

Essa aliança controversa, e aparentemente impossível, durante anos, passou a ser a principal forma de combate dos civis contra os militares no poder. Por meio desta aliança, Carlos Lacerda buscava respaldo com uma parcela da população que não lhe era favorável, mas que ainda considerava líderes as duas outras figuras com que a aliança era formada. As opiniões já manifestadas por Carlos Lacerda em seus artigos de jornais criticando a posição do governo tanto na economia quanto na política - defesa dos trabalhadores expulsos de suas comunidades pelas ligações comunistas, a defesa do poder aquisitivo do povo que estava declinando desde a implementação do primeiro governo revolucionário e principalmente a defesa do direito do cidadão de existir e aspirar a melhores condições de vida – ganhavam novos adeptos com a organização da Frente Ampla.

O governo respondeu de forma dura em relação ao manifesto. Apesar da posição anterior de Lacerda, de apoio aos militares, ao unir-se com os dois líderes opositores do regime de abril de 64, o governo considerou que Lacerda estabelecia uma significativa

⁵⁴ DULLES, John W.F. **Op cit.** Vol.2. p. 463.

ruptura de relações com os eles. Entretanto, afirmavam que “não recorreriam a cassação de seus direitos políticos apesar de o mesmo estar pedindo e praticamente implorando para ser cassado.”⁵⁵ Porém, a indecisão de Castelo Branco em cassar Lacerda não era a mesma que corria nos meios militares brasileiros.

Os militares da chamada linha-dura do Exército agiriam de maneira diferente. Durante o Governo de Costa e Silva foi criado o AI-5, o mais poderoso instrumento de repressão política de todo o Governo Militar brasileiro e Carlos Lacerda foi cassado no dia 30 de dezembro de 1968. O Conselho de Segurança Nacional impunha silêncio ao mais eloquente opositor do movimento de 64.

Lacerda havia sido aparentemente silenciado pelo AI-5. Ao se dedicar a sua profissão de jornalista e a sua editora, a Nova Fronteira, Lacerda encontraria o caminho para se inserir nos debates nacionais ao publicar livros sobre o Brasil e a respeito de sua própria trajetória.

Após o AI-5, Carlos Lacerda publica *Palavras e ação, Rosas e Pedras em meu caminho e O Depoimento*, entre outros textos.

Lacerda escrevia suas análises sobre o Brasil e suas memórias como estratégia para reinserir-se no debate e justificar sua trajetória, numa tentativa de explicar suas ações e de estabelecer uma ilusão⁵⁶ de sentido para a sua vida. Criava coerências e linearidades narrando suas ações desde seu nascimento até o momento da escrita do relato, num esforço de, como afirma Philippe Artières a respeito do arquivamento do eu, de “*por-se no espelho (...) contrapor a [sua] imagem social à imagem íntima de si próprio*” e, assim, construir, simultaneamente, uma “*(...) prática de construção de si mesmo e de resistência*”⁵⁷.

⁵⁵ Loc. cit.

⁵⁶ Esse sentido de Ilusão biográfica é inspirado no sugerido por Bourdieu no texto A ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta e AMADO, J. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 185.

⁵⁷ Artières, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, vol. 11, n. 21, 1998, p. 11.

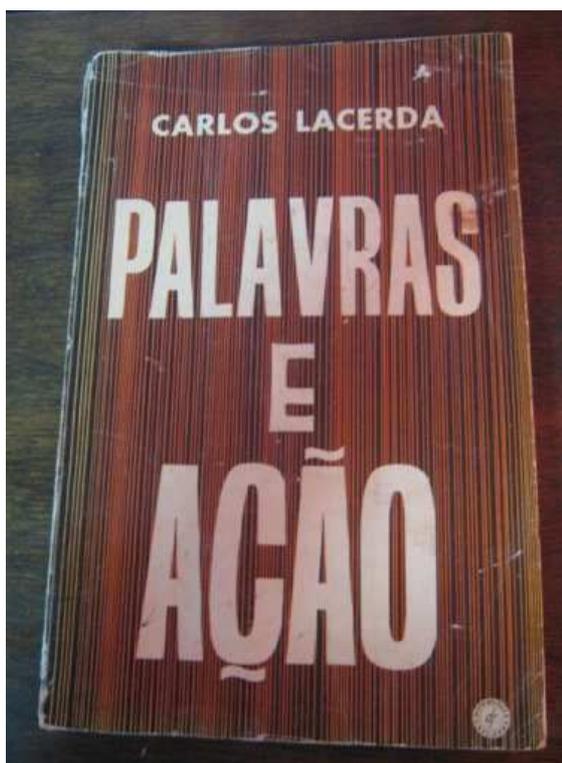
Capítulo 2

Carlos Lacerda após o golpe: construções narrativas em busca do alcance da Presidência da República

2.1. *Palavras e Ação* com vistas a Presidência da República:

Conquistei, com sacrifício e exemplo, o direito de falar porque cumpri o dever de fazer. Continuarei, pois, a falar e a fazer. (Carlos Lacerda)

O livro *Palavras e Ação* foi impresso no ano de 1965 após a prorrogação do mandato do general Castelo Branco na presidência da República brasileira.



Neste livro a ideia de que seria Lacerda o candidato “natural” dos militares no retorno da Presidência da República a um civil aparece desde o prefácio.

O prefácio é uma espécie de paratexto⁵⁸ muito importante para analisarmos as obras de Carlos Lacerda. No início de suas obras, o prefácio já começa por introduzir o entendimento daquilo que iremos encontrar em suas palavras dentro do texto. Através do prefácio já poderemos vislumbrar que o discurso adotado pelo autor está relacionado a democracia e a sua vontade de ser presidente da República. No período analisado, o lançamento de livros e artigos relacionados a construção da imagem de o melhor homem para gerenciar o país, através de eleições livres e diretas, passa a ser uma imagem que Carlos Lacerda tenta construir a todo custo, através de todos os seus livros. O paratexto é, assim, coercitivo e, como afirma Genette, elemento essencial para reforçar a mensagem do texto:

*Essas observações sobre a força ilocutória conduziram-nos, portanto, sem perceber, para o essencial, que é o aspecto funcional do paratexto. Essencial, porque ao que tudo indica e salvo exceções pontuais que encontraremos aqui e ali, o paratexto, sob todas as suas formas é um discurso fundamentalmente heterônomo, auxiliar, a serviço de outra coisa que constitui sua razão de ser: o texto.*⁵⁹

Com essas palavras Genette mostra a importância do paratexto, prefácio, para uma obra. O prefácio irá sempre está de acordo com o conteúdo da obra e procurando o melhor sentido para aquele indivíduo que é o objeto da biografia, da autobiografia ou mesmo da entrevista.

Carlos Lacerda se apresenta como a principal liderança da política nacional para assumir o cargo, já em janeiro de 1965, pontuando que sua vida pública foi o que permitiu aos “revolucionários” conseguirem se organizar para o movimento em que lutou sozinho diversas vezes. Lacerda cita as questões referentes à exportação de minério, a abertura do Parque Lage e a estatização das concessionárias de serviço público, para acusar seus inimigos de calúnia. Diz ele:

⁵⁸ GENETTE, Gérard. Introdução. In: _____. **Paratextos Editoriais**. São Paulo: Editora Ateliê Editorial, p. 17.

⁵⁹ Loc. cit.

*Toquei, afinal, no fundo do problema brasileiro. A minha candidatura está sendo alvejada pelo silêncio e pelos ataques mais desleais. Inventam-se o que eu não disse, deforma-se o que eu digo não se divulga o que realmente disse.*⁶⁰

E a sua candidatura sendo obstruída pelas ideias de prorrogação do mandato, com ideias de que não deveria ser Carlos Lacerda o candidato à presidência da República por tudo isso exposto. O livro foi desenvolvido por Lacerda visando principalmente a sua imagem pública, sua vontade de candidatar-se e ser a principal voz civil da “Revolução”, como ele chama, ou do que ficou mais comumente conhecido, Golpe Civil-Militar brasileiro.

O livro é composto de diversos artigos, anteriormente publicados na imprensa, sobre os grandes problemas enfrentados pelos brasileiros na época, como a Reforma Agrária, a Reforma Universitária, o serviço público, o tema Revolução, e principalmente sobre o pensamento político de Carlos Lacerda e sua candidatura⁶¹.

Em seu primeiro capítulo “O que penso e o que farei”, é o discurso de aceitação de sua candidatura à presidência pela UDN. Lacerda começa a exaltar a capacidade da UDN de manter-se unida, de ser democrática em suas escolhas e em seus princípios. Neste primeiro capítulo Lacerda traça o panorama político brasileiro, fazendo já de seu discurso de aceitação um grande apanhado de problemas e de ideias acerca dos problemas brasileiros e de como deverá proceder durante seu governo. Neste texto, Lacerda elabora seu programa governamental para a presidência. Lacerda se descreve como candidato a presidência da República. Pode-se identificar, claramente, a alusão a sua própria personalidade. Afirma que ele é tido como agitador e é criticado por nunca ter sido conhecido como um administrador capaz. Afirma, então, que “na imprensa, na tribuna, no governo, ele tem passado como um furacão devastador”⁶², sendo seus

⁶⁰ LACERDA, Carlos. **Palavras e Ação**. Distribuidora Record. Rio de Janeiro. 1965. p 9.

⁶¹ Foram selecionados apenas alguns artigos, em detrimento de outros, posto que, consideramos que estes lançam uma melhor luz sobre o que a dissertação se predispõe a investigar: o relato de Carlos Lacerda sobre seu próprio pensamento político.

⁶² LACERDA, Carlos. **Op. cit.**, p. 14.

discursos “um brado de guerra, um grito de despeito, uma explosão de ódio”.⁶³ Comparando-se a Ruy Barbosa, mesmo dizendo não ter a intenção, tenta mostrar que ele é a continuidade de um movimento há muito existente na República. Colocando-se como um porta-voz de pessoas ilustres que o precederam e também lutaram pela Democracia, pela liberdade do povo, Lacerda afirma:

*Não precisei mudar para ser seu candidato. Creio que o sou exatamente porque não mudei, senão adquiri uma virtude a quem governa – a paciência – sem perder a qualidade indispensável a quem fiscaliza o governo – a vigilância. Isto, sem perder uma condição essencial a quem pretende reformar, isto é, governar contra a rotina, a inércia, os vícios que se transformaram em hábitos: a capacidade de me indignar, escândalo de alguns, neste país em que a indignação contra a injustiça é considerada mais chocante do que a própria injustiça.*⁶⁴

E mostra-se como um verdadeiro líder democrático:

*O líder carismático, o líder totalitário, e sua moderna versão que é uma caricatura de liderança, com seus esgares e suas objurgatórias, é ainda fácil de improvisar. O falso líder depende mais da temeridade do que da coragem, vive mais da petulância do que da Constancia, se afirma na ignorância audaciosa mais do que pela reflexão corajosa. O falso líder não sobrevive a uma crise. O líder carismático só sabe viver dentro dela. Quanto ao líder democrático autêntico não se faz só por si, não surge com aparência de perfeição, forma-se ao longo de uma penosa seleção.*⁶⁵

Então se constrói como o verdadeiro líder democrático através de uma seleção penosa, tendo tido na vida diversos percalços, tendo lutado por vezes sozinho contra a máquina governamental através de seus artigos e discursos. Assim, diz que conseguiu a

⁶³ Loc. cit.

⁶⁴ LACERDA, Carlos. **Op. cit.**, p. 15.

⁶⁵ Loc. cit.

sua posição de destaque agora, conseguindo a nomeação para candidatar-se em nome da UDN e seus ideais, em nome do povo e dos simpatizantes do Movimento de 1964:

Sobre o Golpe Civil-Militar de 1964, Lacerda cria uma cronologia sobre a Revolução brasileira, desde “Ruy Barbosa e do Brigadeiro Eduardo Gomes, ela vem da legislação social de 1930 e da queda da ditadura”⁶⁶.

Ao mesmo tempo em que se mostra o líder democrático, também busca a identificação com a “Revolução” e a forma como ela deve continuar através de seu governo. Como um político “revolucionário”, com um governo ligado aos anseios da “Revolução” e na construção de uma nova imagem para o Brasil, afasta, de uma vez, a velha imagem criada pelos provocadores já expulsos da vida pública brasileira. Essas expulsões levariam a novas caras na política nacional, novos personagens que iriam continuar o Movimento de 1964 e fariam o Brasil chegar ao patamar de um país adiantado, em uma comunidade integrada:

A Revolução exige uma política de transformações do Brasil. Essa transformação não pode ser apenas nos fins, mas igualmente nos meios, no estilo e até nos personagens. Ela se processa a partir de certas verificações. A democracia não é um regime pronto, que se possa encomendar aos juristas e entregar aos políticos, para simplesmente vesti-la, como roupa feita. A democracia é um processo de constante aperfeiçoamento ao qual o povo ascende à medida que se educa e adquire condições para se governar.⁶⁷

Lacerda considera que o Golpe Civil-Militar de 1964 era um movimento baseado na democracia, pois a sua candidatura foi lançada pela UDN ainda no início das movimentações políticas que iriam acabar na prorrogação do mandato de Castelo Branco. Então Lacerda acreditava que os militares iriam mobilizar-se expulsar alguns

⁶⁶ LACERDA, Carlos. **Op. cit.**, p 16. Lacerda refere-se à legislação de Vargas e também a ditadura é a varguista.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 19-20.

“provocadores”, como ele mesmo chama, e posteriormente o poder seria entregue aos civis novamente. Por isso a ideia também levantada por ele de ter o povo na rua, para fiscalizar a democracia que iria surgir depois das movimentações de maio-abril de 1964:

Só haverá um perigo de voltarmos a ter uma ditadura no Brasil, é o de não usarmos com suficiente vigor as armas da democracia para evitar que ela degenera. E a democracia só se arma quando o povo está na rua, do seu lado, esclarecido, vigilante, mobilizado. Foi assim que nós o preparamos para a ação militar. É assim que o vamos preparar para a eleição⁶⁸.

Apresentando o programa de governo, as ideias contidas em suas manifestações visando à reforma do Estado brasileiro, tentando, segundo o autor, retirar a mentalidade arraigada de ligação entre o público e privado com o público sendo privado. Descrevendo ainda como deveria ser a sua atuação, indicava a necessidade de uma mudança de mentalidade:

Com a mudança de mentalidade, uma administração revolucionária deverá promover no Brasil, em primeiro lugar, uma reforma administrativa, verdadeira, que simplifique, descentralize, humanize e acelere o funcionamento da máquina administrativa⁶⁹.

Temos de promover a mudança de mentalidade para atender às exigências de uma sociedade em mudança. O Brasil é uma sociedade entreaberta, cujos esforços para atingir a maturidade devem ser estimulados por uma política que depende exatamente da mobilização, de um ímpeto criador que não se confunde com a agitação subversiva. O que mais devemos temer é o marasmo, a rotina, a mediocridade, o excesso de prazer com as amenidades do poder, o vagar em esclarecer e a precipitação no afirmar. Neste sentido devo dizer que me

⁶⁸ Ibidem, p. 21.

⁶⁹ Ibidem, p. 25.

*parece necessário façam cessar a máquina de intriga que constantemente procura nos dividir.*⁷⁰

Quanto à estrutura administrativa do Estado Brasileiro, Lacerda anota:

A estrutura administrativa está marcada por uma tradição de burocratismo e centralização, de irresponsabilidade e falta de autoridade, com fiscais para fiscalizarem fiscais de fiscais, tratando o público com a desconfiança e o descaso de quem recebe um intruso. Centros defeitos dessas estrutura foram agravados com a irrupção do técnico, que passou a ser adorado em vez de respeitado; substitui-se na mitologia nacional o culto do bacharel pelo tecnocrata. Este seria, no momento, o nosso maior risco: conversarmos com os políticos, mas cultivarmos os técnicos, às vezes não os melhores. Não se deve cultivar os técnicos como certos colecionares adoram a pintura abstrata, sem o cuidado de distinguir o que é autêntico do que é falsificado. É preciso não temer os líderes e procurar neutralizá-los, e abraçar os assessores, aos quais não se deve conferir a autoridade que cabe aos estadistas.

E afirma também sobre os mecanismos de planejamento do Estado Brasileiro:

*O Planejamento não se faz sem estatística, sem o conhecimento da realidade. O recenseamento de 1960, último oficial, não pode ser publicado até hoje porque foi tumultuado pela corrupção e a politicagem. No entanto, de 1960 para cá já tivemos um Plano de Emergência, que não foi concluído, um Plano Trienal que não foi aplicado, e agora um Plano de Ação Econômica, que está fazendo exame vestibular no Fundo Monetário Internacional. Todos mais ou menos preparados mais ou menos pelos mesmo assessores...*⁷¹

⁷⁰ Ibidem, p. 26.

⁷¹ Loc. cit. Neste momento Lacerda está se referindo aos assessores antigos, dos outros governos e lembrando que o mesmo afirma que quem tem de ter a autoridade é o Estadista.

Neste programa mostra também a ideia de transição, após o Golpe Civil-Militar. Segundo o autor ainda haveria muito a ser feito, e com isso busca mostrar as diversas “faces” do que ele chama de “Revolução”. O revolucionário improvisado que está satisfeito de ver seus inimigos políticos cassados de seus direitos e o falso revolucionário que fica satisfeito de pensar que a Revolução foi seu capanga para garantir sua conta bancária contra os comunistas que iriam tomar o poder no Brasil. Porém, segundo o autor, o ponto primordial deste período pós-revolucionário que precisa ser mantido é o debate sobre a candidatura à presidência. Segundo Carlos Lacerda, só com um debate sério o legislativo manteria sua função primordial de ser um instrumento essencial para a transformação, pois poderia garantir as mudanças em forma de leis. Uma visão muito legalista para alguém que estava defendendo uma “Revolução” que acabara de expulsar do poder o presidente legal do país.

Ao final de seu discurso de aceitação da candidatura o autor passa a falar sobre a “Revolução” e as formas como deveriam proceder no futuro, através da defesa do direito a saúde, a educação e a propriedade. Segundo ele, sem esses três pilares, O Brasil não poderia chegar a ser um país desenvolvido. Não haveria, em sua população, quadros preparados para o desenvolvimento do país. A descentralização também era outro tema citado. Com a descentralização política, o país poderia chegar a melhores resultados, pois poderia conhecer melhor a realidade de cada problema e assim conseguir chegar a sua solução de forma mais célere e balizada, baseada numa política de inteligência e numa administração de bom senso:

A descentralização, segredo que decifrei para o êxito da Guanabara, ali apenas iniciada, a substituição do sistema rotineiro e asfixiante da centralização, dará ao Brasil, em nosso governo, vida real ao velho ideal do municipalismo. Os municípios como órgãos do poder local poderão assim ter recursos para ação executiva, porque a União lhes delegará poderes para fazer tudo o que estiver ao alcance deles.⁷²

⁷² LACERDA, Carlos. *Op. cit.*, p. 33.

A partir daí, Lacerda passa a enumerar as medidas necessárias para administrar o pessoal do serviço público. Neste capítulo do livro, Lacerda utiliza a visita de Léopold Sédar Senghor⁷³, para falar sobre a sua obra durante o governo da Guanabara. O governo da Guanabara, segundo o autor, passou a por uma descentralização visando uma maior autoridade para o funcionário público, pois com a descentralização, o funcionário passa a deter maior poder de decisão tirando a falsa imagem de que a decisão final é do governador, e assim, causando uma demora elevada nos processos devido a grande burocratização do serviço.

O funcionário público para Lacerda possui fundamental atenção. O político refere-se a Senghor como exemplo:

*No Senegal esse lúcido homem de Estado compreendeu que a revolução tecnológica é o único meio de fazer progredir uma nação atrasada; e que para fazê-la é preciso preparar pessoal, inclusive e principalmente para o serviço público.*⁷⁴

Traçando a trajetória do funcionalismo público da Guanabara enquanto era governador, Lacerda passa a falar sobre o salário móvel, para aumentar o salário do trabalhador quando a renda do Estado aumentasse. E a instituição de reenquadramento e readaptação do funcionário para que o mesmo não se aposentasse e continuasse trabalhando para o Estado.

Essa reforma administrativa na Guanabara e a comparação para o serviço prestado pelo DASP, apesar de não citar dados para que possamos fazer a comparação, mostra o interesse de Carlos Lacerda com o serviço público e é também uma das suas formas de expressar que como governador de um Estado do tamanho da Guanabara conseguiu proporcionar mais quadros para o seu funcionalismo do que o DASP em tantos anos.

⁷³ Presidente de Senegal de 1960-1980

⁷⁴ LACERDA, Carlos. **Op. cit.**, p. 50.

Atribuindo também esse fenômeno a falta de indicações políticas para os cargos públicos, agora preenchidos por concurso público e não por indicações de políticos ligados a máquina estatal. Essas indicações políticas, segundo o autor, ainda são uma grande mania entre as pessoas que visam conseguir algo do serviço público, pois sempre utilizam cartas de recomendações, utilizam hábitos de pedir a alguma grande figura pública por uma ajuda com sua influência e que tem de acabar, por não ser benéfico para o Estado, embora seja usual no Brasil:

Não nos livramos ainda, é certo, da mania do pistolão, do vício da carta de recomendação, hábito em que não incorre apenas o humilde, mas igualmente e ainda mais o importante, o figurão. Usa-se, ainda, recorrer até a mãe do governador para obter alguma coisa no serviço público. E se ele não atende, dir-se-á até que é mau filho. Não menos grave e, ao contrário, muito mais, é o hábito de intimidar o servidor público por meio de ameaças, claras ou veladas, na imprensa. Assim muitos abusos eram cometidos.⁷⁵

A promoção ou organização do serviço público cabia somente ao governador do Estado, segundo a Constituição do Estado da Guanabara. Por isso, Lacerda cita todas as leis e decretos para basear a sua administração. A grande citação que faz de diversos decretos visa a mostrar a sua capacidade de administrar o funcionalismo público e fala sobre algumas de suas realizações:

Criamos também o Instituto de Assistência ao Funcionário, o IASEG, em que se transformou o antigo Departamento de Assistência ao Servidor, com o seu hospital. Sobre isto, desejo aqui dizer uma palavra. Não vamos repetir na Guanabara o erro de não ousar. Vamos caminhar corajosamente para o sistema de livre escolha do médico pelo servidor, descentralizando e democratizando o uso do serviço médico, assim desobrigando em parte o Estado e, sobretudo,

⁷⁵ Ibidem, p. 53.

*dignificando a própria medicina. Será uma tarefa para o último ano do nosso governo.*⁷⁶

O serviço público durante o governo de Carlos Lacerda precisou ser reorganizado e estruturado de forma única na história do Estado da Guanabara, mas precisamente por ser um Estado novo e possuir um novo governador e uma nova Constituição. Lacerda possuía a oportunidade de organizar o serviço público diferente de outras regiões ou esferas da federação brasileira que já estavam consolidadas no momento em que o mesmo chegou ao cargo de governador. Assim, Lacerda conseguiu organizar o funcionalismo utilizando os decretos e leis para conseguir montar a infraestrutura do mesmo, até mesmo. Contou, ainda, para essa obra, com os decretos federais, do início do Golpe Civil-Militar de 1964:

*Seja como for, entendeu o Governo do Estado que é da sua atribuição, em virtude do Ato Institucional que regula as relações entre os poderes públicos através da Constituição Federal, à qual tem de obedecer as demais, (...). A lei estadual, promulgada nos termos do Ato Institucional é uma carta de alforria ao servidor público da Guanabara. E é sobretudo a carta constitucional de sua Escola de Serviço Público. Ela organiza os quadros de pessoal, ela regulariza os desvios de função mediante transferências, julgadas as habilitações isoladamente ou competitivamente pela ESPEG.*⁷⁷

Posteriormente, Lacerda passa a justificar sua candidatura à Presidência da República. Neste capítulo, um dos mais importantes do livro, mostra toda sua vontade de ser candidato e evidencia seu pensamento ainda mais firme sobre ser candidato e até mesmo, possível presidente do país. Suas opiniões são firmes em relatar a forma como as eleições deveriam ser estabelecidas. Preocupado com a falta de eleições, com a

⁷⁶ Ibidem, p. 55.

⁷⁷ Ibidem, p. 59.

prorrogação do mandato de Castelo Branco e com a possibilidade de extinção dos Partidos Políticos existentes e implementação do bipartidarismo⁷⁸, Lacerda anuncia:

Sou candidato porque entendo que a revolução ou não tem programa, ou tem o meu programa, que não é só meu, porque é nosso, do povo. Não inventei nada, não descobri a pólvora, não fiz a reforma agrária nem a quadratura do círculo. Apenas comecei a fazer uma coisa que não fazia há muito tempo no Brasil: governar. É inacreditável como acontecem coisas quando a gente começa governar. No Brasil, governar é como mexer em caleidoscópio. Cada movimento da mão provoca novos desenhos – são escolas, viadutos, hospitais.⁷⁹

Ao afirmar que o único programa de governo viável era o seu, Lacerda associa a sua candidatura as coisas boas feitas pela “Revolução”. Benefícios como sanear o serviço público de comunistas, sanear o serviço público da corrupção, fazendo um governo honrado e acima de tudo sem negociatas, são características que Carlos Lacerda coloca em sua conta em relação à sua postura de ser candidato a presidência da República:

Sou candidato porque conheço minha especialidade. Sou político. Não sou oficial de artilharia nem entendo em economia dos países subdesenvolvidos. Nem sequer sou bacharel. Sou especialista em Brasil. Está é a minha matéria. E aprendi que governar é comandar os outros de maneira que os outros façam e a gente veja que eles estão fazendo certo.⁸⁰

E afirmando ser o mais capaz pela experiência adquirida por tanto tempo, destaca:

Eu não podia jogar fora trinta anos de aprendizado. Tantos ficamos pelos caminhos, tantos desanimamos, tantos não resistimos ao desgaste e à coação. Já que pude

⁷⁸ Pelo Ato Institucional número 2, surgiu a Arena e o MDB.

⁷⁹ LACERDA, Carlos. **Op. cit.**, p. 67.

⁸⁰ *Ibidem*, p. 67-68.

*resistir a tudo isto, tenho que dar alguma aplicação a essa resistência, a fim de que ela tenha um sentido útil.*⁸¹

A sucessão presidencial para Carlos Lacerda era a única chance de chegar à presidência da República. Por isso a determinação em conseguir que as eleições não fossem suspensas, que o processo democrático não fosse interrompido. Se houvesse o cancelamento das eleições, Lacerda sabia que não iria ter apoio irrestrito dos partidários de Costa e Silva, iria acabar sendo muito mais difícil conseguir ser eleito para presidente. Por esse motivo, as eleições eram muito importantes para Carlos Lacerda e como haviam cassado já seus principais inimigos políticos, sua caminhada para alcançar esse sonho estava muito mais pavimentada pela via direta. Assim, defende, veementemente, eleições diretas:

*O Brasil nunca sofreu por causa de eleições, e sim por falta delas. Foi a falta de eleições, campanha eleitoral, candidatos verdadeiramente democráticos, que deseducou e despreparou o Brasil, entregando-o à demagogia. É um erro pensar que a demagogia é um privilégio dos candidatos. Os maiores demagogos no Brasil foram homens instalados no governo.*⁸²

E finaliza com as seguintes palavras, mostrando-se como o líder democrático e necessário para o povo:

Sou candidato porque quero eleições. Quero eleições porque quero que o povo tenha ocasião de fazer valer a sua vontade para fazer valer a sua vontade para fazer valer a revolução. Revolução com medo do povo tem outro nome – chame-se reação. Povo com medo da revolução tem outro destino: a escravidão. Para evitar isso, e para realizar aquilo é que sou candidato até o dia

⁸¹ Ibidem, p. 68.

⁸² Ibidem, p. 70

*da eleição, quando espero deixar de ser candidato para ser o presidente do Brasil.*⁸³

Neste livro, Carlos Lacerda traça também a história de sua trajetória na vida pública. Em resposta a David Nasser⁸⁴, Carlos Lacerda utiliza um artigo do seu companheiro jornalista, para campanha política ao Estado da Guanabara. No artigo, David Nasser afirma que Carlos Lacerda tinha todos os defeitos possíveis em razão de sua irritabilidade, de sua intransigência, de sua franca capacidade de opor-se a outros políticos e em razão de ser um eterno opositor. Porém, frisa que, em momento algum, se pode acusar o político de corrupção, de beneficiar os amigos, de usar a carreira pública para ter uma clientela, e afirma que a retidão moral do candidato e, até mesmo, a falta de amigos por essa retidão faz de Carlos Lacerda a melhor opção para ser votada para o pleito na Guanabara. Nasser lembra, ainda, sua vocação totalitária, embora considere que seu totalitarismo não era fascista.

A campanha política que Lacerda faz sobre o artigo é pontuada pela enumeração das causas sobre o fato de não ter amigos. O fato de não ter amigos poderia ser algo muito prejudicial, porém David Nasser, em sua narrativa, faz desta característica algo importante para o ato de governar. Ele considera que não ter amigos impede o governante de tentar beneficiar as pessoas a ele ligadas.

Carlos Lacerda afirma não ser um homem desprovido de amigos, mas ao mesmo tempo fala sobre se seriam mesmo amigos, aqueles que se afastam por não serem beneficiados. Mostrando não concordar com a política de benefícios, de integração entre o público e privado, responde:

Sem amigos, eu? Mas, David, creio que sou neste país quem mais numerosos e melhores amigos possui. Não somente na multidão, amigos anônimos, amigos desconhecidos, que me tem dado todos os amparos,

⁸³ Ibidem, p. 72.

⁸⁴ Resposta ao artigo de David Nasser publicado na Revista O Cruzeiro no ano de 1960, durante a campanha para o Governo da Guanabara.

*sobretudo os do conforto moral e do estímulo da sua solidariedade (...).*⁸⁵

Falando sobre os eleitores que acreditaram em suas propostas durante anos e ainda votam nele, das amizades que perdeu quando mais jovem por ordem do Partido Comunista. Lacerda anota:

*Mas tenho também razão ao pensar que a amizade não é um sentimento capaz de justificar o silêncio e a cumplicidade quando o amigo erra. Não o erro da vida privada. Mas, o erro da vida pública, que prejudica inocentes, milhares, milhões de inocentes, vítimas do erro desses que se perdoam tudo entre si porque encobrem as suas complacências recíprocas com o forte e doce nome da amizade. Isso não é amizade. Tem outro nome. Chama-se cumplicidade.*⁸⁶

Sobre a sua vocação para ser totalitário e sua incoerência política, Lacerda fala que é exatamente o oposto. A sua vocação para ser totalitário é rebatida sobre o argumento de que a verdadeira liderança democrática não está relacionada à forma como o líder se apresenta para a população, está em como ele deve proceder no governo. Não há incoerência entre ser um líder democrático e defender com a passionalidade que lhe é atribuída, o valor da democracia. A incoerência sobre suas atitudes é explicada de forma a valorizar seus princípios, usando a imagem de que novas soluções podem ser tentadas e até mesmo adotadas para que os ideais não sejam mudados. E esses princípios que Carlos Lacerda se refere neste momento são democráticos, liberais, contra o comunismo, contra qualquer véis totalitário:

Se mudam as soluções para levar à prática os princípios que defendo, adoro as novas soluções e não mudo os princípios. Seria incoerente mudar os princípios para servir as soluções diversas que se impõem a uma consciência verdadeiramente livre, aberta às retificações

⁸⁵ LACERDA, Carlos. **Op. cit.**, p. 97.

⁸⁶ *Ibidem*, p. 98.

do tempo e da experiência.⁸⁷ Os meus fins são invariáveis. Procurei, na adolescência, através do que me parecia ser uma revolta generosa, defender a liberdade e a justiça. É o que até hoje procuro. Mas, os meios eram maus – e eu os rejeitei. Procurei, na oposição a maus governos, atingir esses fins. Hoje, procuro chegar ao governo, também pelos mesmo fins. Mudam os meios. Os fins permanecem. Sacrifico amizades, tempo, descanso, fortuna, tudo o que tenho e o que poderia ter, tudo o que for necessário, ara não perder de vista esses fins. Por eles, retifico constantemente os meus erros, procuro suprir as minhas deficiências. Presto-me a ser mal julgado, mal querido, silencio em vez de explicar – por uma certa ponta de orgulho, talvez, defeito que anda muito enrolado na timidez.⁸⁸

A explicação sobre a capacidade de mudar os meios e não mudar os fins é também orientada pela sua rejeição ao ideal comunista. Essa rejeição, posta neste artigo, pode ser vista também como forma de mostrar que a decisão de se afastar do Partido Comunista foi dele. Porém, a sua expulsão é de conhecimento público devido aos diversos ataques que patrocinou e que sofreu durante sua vida política. Neste artigo Carlos Lacerda tenta resignificar o afastamento como algo escolhido por ele, como uma escolha pessoal sobre seu destino por perceber que os meios não eram ideais para alcançar a liberdade e a justiça, segundo o autor seus fins imutáveis.

Por último, destaco a forma como Lacerda se refere à questão da prorrogação do mandato de Castelo Branco. A prorrogação do mandato de Castelo Branco gerou em Carlos Lacerda uma frustração muito grande sobre a sua perspectiva de chegar a presidência da República. Com a manobra de aumentar o tempo do mandato e não haver mais uma eleição direta para a Presidência da República quando Lacerda iria sair do Governo da Guanabara, fez com que perdesse o momento em que estava em grande destaque com as obras de seu governo. Lacerda ficaria um período no ostracismo

⁸⁷ Ibidem, p. 100.

⁸⁸ Ibidem, p. 100-101.

político, pois perderia toda a projeção alcançada durante seu mandato na Guanabara e teria que fazer a sua campanha já sem o grande destaque de suas obras.

A crítica feita a Congresso Nacional sobre a prorrogação vai ao encontro das críticas feitas por Leonel Brizola⁸⁹, pois como relata Carlos Lacerda, a vergonha da aprovação da prorrogação foi o fato de ter sido feita de forma ilegal e fora do horário de funcionamento do Congresso. Logo, a emenda era ilegal do ponto de vista jurídico. Relata ele:

De madrugada, o Congresso chegou a 204 votos para aprovar a prorrogação de mandatos e a instituição da maioria absoluta como forma de entregar ao Congresso e tomar do povo o direito de escolher o seu presidente.

Foi difícil chegar a 204 votos que eram exigidos, pelo menos, 205 para atingir a maioria. Para chegar a 204, foi preciso demorar durante horas a votação, acordar pessoas em casa, trazê-las quase debaixo de vara para votar. Nunca, em nenhuma das mais tumultuadas câmaras de vereadores do Brasil se assistiu a tão vergonhoso espetáculo como o desta madrugada em Brasília.(...)

Declarada encerrada a votação, em todos os parlamentos do mundo, inclusive nos do Brasil, até esta madrugada, ninguém mais pode votar. Mas, alguns parlamentares, empenhados em entregar, a qualquer preço, a revolução aos seus inimigos, foram buscar numa sala da Câmara um deputado que se recusara a entrar para votar, porque não queria votar contra a sua consciência.⁹⁰

Alguns dias depois, o Jornal do Brasil narraria o episódio:

Prorrogado o mandato do Presidente Castelo Branco Na madrugada de 17 de julho o Congresso aprovou por 205 votos (maioria absoluta), a emenda João Agripino com uma subemenda apresentada pelo Deputado Ulisses Guimarães (PSD – São Paulo) sobre a maioria absoluta.

⁸⁹ Referindo-se a postura de Brizola de fechar o Congresso Nacional.

⁹⁰ LACERDA, Carlos. **Op. cit.**, p. 102-103.

O voto n. 205, do deputado Luís Bronzeado, favorável à prorrogação do mandato presidencial foi tomado quando já havia sido anunciado o encerramento da votação, dando origem a protestos de vários congressistas. O Presidente da Sessão era o Senador Auro de Moura Andrade⁹¹.

Carlos Lacerda, ao comparar o Congresso Nacional e uma Câmara de Vereadores critica a postura dos integrantes do poder Legislativo do Brasil. Afirma que o direito do povo de escolher seu presidente deveria provocar manifestações em fábricas, escolas e, até mesmo, na rua, por ter sido esse direito retirado por pessoas que não possuíam essa atribuição.

O presidente Castelo Branco é ainda poupado em suas críticas, apesar do descontentamento com a política econômica, com a prorrogação do mandato e a possibilidade de nunca disputar a presidência em função desta mudança:

O Congresso não existe, nem foi eleito para transformar o presidente da República em presidente perpétuo ou a prazo fixo, além do prazo de seu próprio compromisso.

Tenho a certeza de que ninguém estará mais humilhado neste país, mais envergonhado da conduta do Congresso, do que o presidente Castelo Branco, ao saber em que condições o Congresso, nesta madrugada, votou a prorrogação do seu mandato, caçando deputados em casa e nos corredores, para tangê-los como gado, para dentro do curral em que se transformou a Câmara de Brasília.⁹²

O apelo final, a palavra final de Lacerda, a respeito desta manobra elaborada em Brasília. Afirma ao povo que continuará a buscar os direitos dos indivíduos, irá continuar na luta pela liberdade e pela democracia, pois nem todos haviam concordado com a prorrogação do mandato, apesar de o povo brasileiro ter sido traído por essas medidas. Também Lacerda sentia-se traído e por isso o apelo ao povo para rebelar-se, para fazer a greve que muitas vezes combateu na Guanabara. Esse sentimento de traição

⁹¹ *Jornal do Brasil*, 24 jul. 1964.

⁹² LACERDA, Carlos. **Op. cit.**, p. 106.

pode ser entendido como a retirada da oportunidade de sua vida para a concretização de seu sonho, a presidência da República.

2.2. *Rosas e pedras em meu caminho* para a presidência da República



Como afirma Isabel Auler, ao analisar, em sua dissertação de mestrado, o livro, *Rosas e pedras em meu caminho*, de autoria de Carlos Lacerda, o autor elaborou essa narrativa “(...) para torná-la coerente com a visão que possuía e/ou pretendia apresentar de si neste período temporal. Para (...) [Lacerda] o seu projeto para o futuro – acelerar o processo de liberalização política para candidatar-se à Presidência da República – solidificar-se-ia através dessa reconstrução de seu passado”⁹³.

Assim, em conformidade com a proposta apresentada por Auler, consideramos que os livros publicados por Carlos Lacerda na segunda metade dos anos 60, tiveram a proposta de organizar sua trajetória de vida e apresentar um programa de reflexão sobre o Brasil de modo a para construí-lo como o ideal candidato à presidência da República. Nesse sentido, neste capítulo, analisaremos os dois livros escritos neste período: *Rosas e pedras em meu caminho*⁹⁴ e *Palavras e ação*.

Rosas e pedras em meu caminho foi publicado, em primeira edição, somente em 2001, pela editora da Universidade de Brasília. No entanto, seus textos foram escritos em 1967 e dizem respeito ao contexto político do final dos anos 60 no Brasil.

⁹³ AULER, Isabel. P. 29

⁹⁴ Na análise do livro *Pedras e Rosas em meu Caminho* sigo, detidamente, a interpretação realizada por Isabel Auler no trabalho *As memórias de Carlos Lacerda – Evocação de um passado presente*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2010.

Embora Isabel Auler, em sua dissertação, não dê atenção específica a este aspecto, a história editorial do livro *Rosas e pedras em meu caminho* possui uma importância fundamental para a compreensão dos textos que o compõe. Estes, foram publicados, inicialmente, na Revista Manchete, ao longo do ano de 1967. A escolha deste periódico como veículo de divulgação dos textos indica que eles se destinavam à um público ampliado, pois a revista era um dos impressos de maior circulação do país na época.

Criada em 1952, por iniciativa de Adolpho Bloch, a revista Manchete tinha sucursais, correspondentes e representantes comerciais em várias regiões do país. Inspirada na proposta gráfica da revista francesa *Paris Match*, a *Manchete* utilizava o fotojornalismo como principal forma de linguagem. A impressão colorida e com muitas fotografias evidenciava que a revista se destinava à leitura de um amplo público⁹⁵.

E foi, justamente, esse veículo que Lacerda escolheu para publicar a síntese de sua trajetória, o que justificaria, a sua ambição política do momento, a conquista da presidência da República.

Como afirmei anteriormente, concordo com a autora quando ela diz que o livro de Carlos Lacerda é uma tentativa de lançar um sentido lógico para sua trajetória como político, uma justificação para suas atitudes durante toda a sua vida, em uma trajetória linear levando em consideração a sua capacidade de observação política e também a sua educação, tendo tido sempre, ao seu redor políticos como o seu avó, Sebastião Lacerda e seu pai, Maurício de Lacerda⁹⁶.

Por esses motivos, por possuir políticos na família – podemos destacar também seus tios no Partido Comunista Brasileiro⁹⁷ -, Lacerda trabalha seu relato utilizando essas peculiaridades para desenvolver o sentido coerente de que a carreira política já

⁹⁵ ARAGÃO, Georgy P. V. **Meios de comunicação como construtores de uma imagem pública: Juscelino Kubitschek através das revistas Manchete e O Cruzeiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2006 (dissertação de mestrado)

⁹⁶ Sebastião Lacerda já havia sido deputado federal, ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas em 1896 e ministro do Supremo Tribunal Federal em 1912. Maurício de Lacerda foi vereador e deputado federal pelo Rio de Janeiro

⁹⁷ Os tios Fernando e Paulo, eram militantes importantes do PCB, tendo o segundo dado o **ABC do Comunismo** para Lacerda.

estava previamente definida para ele. Entretanto, isso não deveria ser tão naturalizado assim, pois os irmãos de Carlos Lacerda não se tornaram políticos.

Porém, como é comum em um relato autobiográfico, como já afirmou Bourdieu⁹⁸, é necessário criar um sentido e uma busca de coerência lógica para a trajetória descrita. A crítica de Bourdieu recai sobre essa busca, esse sentido, denunciando a ilusão estabelecida e demonstrando que esta é uma forma de instituir esse sentido, pois as vidas não possuem trajetória linear, não possuem forma de justificar os fins através dos meios como algo homogeneizante.

Ao estabelecer as coerências de sua vida no seu relato, diz Lacerda:

Fui criado num meio político. Ouvi falar de política em casa desde que me entendo por gente. Meu pai foi a vida inteira, sempre de oposição e meu avô nessa época era um político em recesso, era ministro do Supremo, mas nem assim deixava de acompanhar pelo menos a política municipal de Vassouras.⁹⁹

A construção da memória envolve a rememoração dos acontecimentos e por isso o ordenamento da vivência acaba por garantir o sentido que o autor busca. Esse sentido é o que irá garantir para Carlos Lacerda a volta a cena política e participação nas eleições que ele julgava que iriam ocorrer no ano de 1970, pois com a eleição indireta do General Artur da Costa e Silva, Lacerda acreditava poder concorrer a eleição também com o apoio que estava estruturando através da Frente Ampla.

Esse projeto é a base das suas memórias, pois a vontade de Lacerda de (re)escrever sua vida está intimamente ligada a seu projeto político. Por esse motivo, podemos ver em sua escrita a justificativa de sua capacidade política. Auler destaca este aspecto ao afirmar:

A busca do passado por uma validação da imagem que Lacerda almeja construir no presente o fez

⁹⁸ BOURDIEU, Pierre. **Op cit**, p. 183-192.

⁹⁹ LACERDA, Carlos. **Rosas e pedras de meu caminho**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2001. p. 27.

selecionar momentos que coincidiam com tal persona, a de um homem possuidor de uma vocação política “inata”¹⁰⁰.

Durante a narrativa que estabelece para a sua vida, pode ser visto como a construção, como os momentos selecionados para a elaboração de sua imagem são utilizados para criar uma explicação de sua vocação natural de político e também para justificar seus posicionamentos até mesmo sobre suas incoerências. Isso é recorrente em seus artigos, e também em sua autobiografia, sempre que a explicação de suas contradições é evidente. Em todos os momentos em que pode justificar a acusação de ser um político passional e incoerente, principalmente depois da criação da Frente Ampla, Carlos Lacerda fala sobre o orgulho que possui sobre a sua capacidade de brigar pelo bem comum e reconciliar-se pelo bem comum, sempre afirmando ser uma pessoa capaz de elogiar as pessoas quando fazem as coisas certas e criticar as mesmas pessoas quando fazem as coisas erradas e afirmar que incoerente seria aquele que elogiasse as pessoas mesmo quando essas fizessem coisas das quais ele discordasse.

Interessante é notar que com a criação dessa imagem Lacerda pretendia consolidar-se ainda mais como principal líder democrático brasileiro. No ano de 1967, momento em que os textos são escritos, Lacerda possuía ainda seus direitos políticos e fundando-se no apoio da Frente Ampla, acreditava que se manter no imaginário político brasileiro era de vital importância para seu projeto.

Isabel Auler trabalha esse período de Carlos Lacerda, criando uma linha do tempo para falar sobre o que ela chama de projeto malogrado. A autora opera com a hipótese que, desde o período de 1964, houve uma radicalização crescente no cenário político brasileiro, pois houve a renúncia de Jânio Quadros, e a restrição militar a sucessão presidencial que acabou por gerar o parlamentarismo no Brasil e posteriormente a radicalização gerou o Golpe Civil-Militar de 1964.

Esse período da história do Brasil já foi analisado por Jorge Ferreira¹⁰¹ e também no primeiro capítulo desta dissertação. Como já demonstramos, tanto a direita, como a

¹⁰⁰ Auler, Isabel Cristina Fernandes. **As memórias de Carlos Lacerda – Evocação de um passado presente**. Rio de Janeiro: Puc-RJ, p. 20 (dissertação de mestrado).

esquerda, no Brasil, ansiavam pelo golpe. Esse golpe acabou concretizado pelos militares no dia 31 de março expulsando do poder o presidente na ocasião que era João Goulart.

Alguns fatos bastante conhecidos demonstram o nível de radicalização existente no país naquele período: o Comício da Central do dia 13 de março, no Rio de Janeiro, e também a, já citada, entrevista de Carlos Lacerda ao jornalista do *Los Angeles Times* no Brasil, Julian Hart.

Como é de amplo conhecimento, o Comício da Central reuniu 200 mil pessoas e teve como oradores Brizola e João Goulart com vistas a pressionar o Congresso a reformar a Constituição e aprovar as reformas de base, bandeira máxima de seu governo. Já a entrevista de Carlos Lacerda ao jornal americano afirmava que um golpe já estava em gestação e deveria ocorrer, mas que ainda faltava a certeza dos militares, que não sabiam se deveriam, ou não, colocá-lo em ação ou deixar o governo de João Goulart acabar.

A articulação política para o golpe começou a se intensificar na ocasião em que passaram a medir forças tanto a direita como a esquerda, pois neste momento de grande efervescência, foi iniciada uma movimentação militar, liderada por um general de Minas Gerais, Olimpio Mourão Filho, saindo de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro. Assim, ficam evidentes as articulações e o Golpe Civil-Militar de 1964 se concretiza acabando com a democracia no Brasil.

Lacerda, num primeiro momento, apoiou ao golpe, isso é inegável. Utilizou, até mesmo, no Estado da Guanabara, o Ato Institucional nº 1, mas não participou da estruturação do mesmo. Apoiou por ter defendido durante toda a sua trajetória essa solução política de um movimento para tirar os comunistas da vida pública e, obviamente, visando também, com a primeira onda de cassação, a possibilidade de se tornar o principal líder civil no Brasil, pois Juscelino Kubitschek e, principalmente, Goulart, foram cassados já no primeiro momento da “Operação Limpeza”¹⁰²:

¹⁰¹ FERREIRA, Jorge. op cit.

¹⁰² Essa operação visava tirar da vida pública algumas personalidades políticas ligadas ao comunismo. Pois os militares acreditavam que dentro do Estado brasileiro havia comunistas com o intuito de forçar a comunização do Brasil ou a Implantação de uma República sindicalista no Brasil, por isso o AI-1 serviu

De acordo com suas declarações para os jornais brasileiros em 1964 sobre o Ato Institucional 1, para Lacerda os objetivos da dita “Revolução” consistiam em limpar o país daqueles que “desrespeitam a Lei afetando a segurança nacional” e preparar a nação para as eleições de 1965. Ele não apenas manifestou-se favorável ao Ato Institucional como também apoio as prisões e cassações políticas de personagens como Goulart, Luiz Carlos Prestes e Kubitschek.¹⁰³

Esse apoio ao golpe pode ser visto também nas declarações de Carlos Lacerda para a imprensa nacional. Primeiramente, por apoiar e elogiar Castelo Branco. Considerava-o um homem de bem e honrado na presidência da República, afirmando também a esperança de estar sentado na cadeira presidencial depois que o mandato de Castelo Branco terminasse, em uma clara demonstração de estar intimamente ligado a proposta dos militares para o futuro do país.

O apoio vai diminuir com o andamento do governo do novo presidente. Como demonstrado no capítulo anterior, acabando por criar em um mal estar em razão das reiteradas críticas ao governo.

O projeto malogrado, apontado por Isabel Auler, foi a vontade de chegar a Presidência da República e a articulação da Frente Ampla, em junção com Juscelino Kubitschek e João Goulart para restaurar a democracia e a eleição direta no Brasil. Lacerda também não logrou êxito nesta empreitada, pois acreditava que ao finalizar o governo de Costa e Silva, teria a oportunidade de voltar a vida pública como candidato a presidente. Ele expressa este desejo ao afirmar: “seu medo de chegar a presidência no momento em que não tiver mais saúde”¹⁰⁴. Lacerda construía essa ascensão a presidência da República como um sentimento de missão, de uma preparação de uma vida para chegar a um cargo, dando o sentido anteriormente falado sobre a sua

para cassar o mandato de muitas pessoas ligadas as três citadas no texto e que possuíam um viés comunista.

¹⁰³ Auler, Isabel Cristina Fernandes. **Op cit.**, p. 33.

¹⁰⁴ LACERDA, Carlos. **Op cit.**, p. 81.

trajetória, que deveria ser organizada em função de um ideal coerente de ações e com um fim lógico para toda uma trajetória de vida.

Assim, Isabel Cristina Fernandes Auler destaca a forma como Lacerda justifica sua participação na Frente Ampla e seu apoio ao movimento de 1964. Diz ela:

Mesmo que defenda a Frente Ampla e ambicione as eleições que tirariam os militares do poder e o colocaria – era o que esperava – na presidência da República, Lacerda não podia criticar o ocorrido em 64 por dois importantes motivos: apenas três anos se passaram e sua participação ativa na derrubara do governo de Jango não seria esquecida tão rapidamente por seus opositores, ávidos por desconstruir a imagem coerente que ele pretendia orquestrar. Outro ponto importante é a ligação com Costa e Silva, pois apontar que a crítica não se refere ao governo militar vigente e sim a Castelo significa que agora com Costa e Silva na presidência nada o impede de participar ativamente do governo”¹⁰⁵.

No entanto, em nossa opinião, esta parte da análise da autora pode ser contestada em seu final, pois Carlos Lacerda e Costa e Silva não nutriam boas relações desde o primeiro encontro dos governadores para com o Comando da Revolução, quando Costa e Silva declarou-se seu principal chefe e organizou a já mencionada “Operação Limpeza”. Neste momento a análise da autora mostra-se, a meu ver, equivocada para com a suposta intenção de Carlos Lacerda. Acredito que Lacerda buscava não criar inimizades com o presidente para conseguir dar continuidade a Frente Ampla sem sofrer represálias. Lacerda tenta reorganizar sua memória visando demonstrar que sua trajetória e sua discordância com Kubitschek e, até mesmo, com Vargas, estava ligada ao interesse da nação, afirmando não ter sido a pessoa de Vargas ou mesmo de Juscelino, que o motivou a ser oposição a ambos, mas sim os grupos políticos que os apoiavam.

Concordamos, no entanto, que a lembrança de Lacerda tinha como mais importante objetivo credenciar-se como o principal candidato para a presidência da República, como Auler anota:

¹⁰⁵ Auler, Isabel Cristina Fernandes. **Op cit.**, p. 45.

A apropriação de uma memória familiar e de uma memória tida como comum entre seus contemporâneos contribui para a compreensão desta coerência argumentativa que Lacerda conseguira manter e suas evocações, a despeito de todas as mudanças políticas e inconstâncias em sua própria posição ante essas transformações. Lacerda pretende demonstrar que em toda a sua vida manteve um compromisso com a legalidade democrática e, por isso, torna-se o melhor homem para assumir a Presidência da República.¹⁰⁶

No capítulo de sua dissertação, intitulado *Memória de uma Geração*, Auler analisa como Lacerda tenta unir a história familiar com a história de sua trajetória política. Como demonstra a autora, a construção dessa memória está intimamente ligada ao seu projeto de chegar à presidência. Assim sendo, precisamos pensar em como sua reconstrução passa pela história de seu pai, de seu avô e pela sua própria, pois há a necessidade de demonstrar a história familiar como algo necessário para a sua formação como político nato, e como preparação para a sua demanda maior, a presidência da República. Auler argumenta:

Devemos, portanto, analisar certas recorrências argumentativas presente em suas evocações do passado, no intuito de compreendermos a identidade narrativa que nosso autor desejava arquitetar. Ele, não só, tentara convencer o leitor da coesão da sua rememoração com o contexto no qual estava inserido, como também intentava demonstrar, através da evocação do passado, sua vocação para o cargo que almejava conquistar.¹⁰⁷

Ao contar sua história, Lacerda utiliza também a trajetória do pai, político de oposição combativo e também ligado a UDN, ligado aos tenentistas, ao golpe que depôs Washington Luís, que colocou Vargas no poder, envolvido na Revolta Comunista de 1935, para mostrar a sua condição de homem preparado para a função que almejava, refletindo em suas ações essa herança política familiar que possuía e utilizando desta

¹⁰⁶ Ibidem, p. 51.

¹⁰⁷ Ibidem, p. 54.

memória para criar a identidade que desejada. A autora destaca, em sua análise, o que Paul Ricoeur caracteriza como cruzamento de memórias, isto é,

(...) como sequência das gerações, uma vez que inclui o tempo vivido na vastidão do tempo cósmico. Essa perpetuação da memória ancestral consiste em uma experiência marcante que contribui para estender o círculo dos próximos, ampliando-o rumo a um passado, que nos coloca em comunicação com a vivência de uma geração que não é a nossa.¹⁰⁸

Essa ligação de trajetória pode ser visualizada também no fato dele e seu pai terem, ambos, participado de uma Revolução e, posteriormente, terem se indisposto com essa mesma Revolução que ajudaram a criar. Além disso, Lacerda define o pai como alguém que fala quando outros se calam e que faz oposição a governos que pensa ser injusto. Essa herança relatada de seu pai pode ser entendida como uma forma de Carlos Lacerda definir-se a si mesmo.

A autora ainda trabalha com Lacerda usando a memória de sua família cruzada com a história do país. Os serviços prestados pelos elementos da família de Carlos Lacerda o credenciam, ainda, para seu objetivo, pois seus familiares foram participantes ativos da história nacional, preocupados com a população e opositoristas à governos ditatoriais. A imagem da família passa pela construção da democracia no país, da não conformação com as atitudes injustas, do combate às ditaduras e da paixão pela pátria.

A memória de uma geração também está ligada ao local onde essa geração acabou por crescer. A associação do Rio de Janeiro como uma parte da sua própria memória também é utilizado por Lacerda na construção de sua identidade, de sua representação como uma pessoa preparada para governar o país. A autora fala sobre a lista de realizações concretizadas por Carlos Lacerda que o mesmo faz para conseguir ligar além da memória de sua família como atuante na história brasileira, ele próprio como construtor de um Estado, pois ao chegar no governo da Guanabara muitas das obras de infraestrutura foram feitas por ele enquanto governador do Estado. A união da história do Estado, sua administração com o histórico familiar poderia garantir ao leitor

¹⁰⁸ Ibidem, p. 56.

de sua autobiografia uma imagem positiva sobre suas capacidades de exercer o cargo de Presidente da República para o qual ele havia se preparado a vida inteira.

O político Carlos Lacerda é construído com inúmeros entrecruzamentos de histórias. Essas histórias perpassam décadas e episódios vividos por Lacerda, como os atentados que sofreu, a perseguição da qual foi vítima, e, principalmente, a oportunidade de ter sido governador da Guanabara e de poder utilizar sua administração para conseguir conjugar suas duas imagens políticas: a de opositorista e altruísta em suas ações, e a de administrador efetivo, capacitado para gerir o país.

Isabel Auler examina, muito criteriosamente, a narrativa sobre essa junção dos episódios políticos em sua dissertação. O atentado na Rua Toneleiros, que vitimou o Major Vaz e a tentativa de atentado no Hospital Miguel Couto durante uma visita agendada quando governador do Estado. Ela demonstra, de forma efetiva, a capacidade de Carlos Lacerda em trabalhar com fatos distantes temporalmente, mas que, em sua escrita, passam a possuir uma ligação que favorece a construção de sua imagem como uma pessoa habilitada para ajudar os militares a colocar a chamada Revolução 1964 nos rumos corretos, não negando o movimento, mas já fazendo uma crítica sobre como as atitudes dos governos militares o prejudicava, posto que o impedia de chegar ao cargo máximo do país, ainda que fosse o mais preparado segundo a sua própria narrativa.

Capítulo 3

Antes do Silêncio: a narrativa autobiográfica de Carlos Lacerda no final dos anos

70

“(...) todos se detêm diante da imobilidade e do silêncio de Carlos Lacerda, pela primeira vez quieto, pela primeira vez mudo, e como adormecido, fora do mundo, livre de nossa realidade contingente”.(Josué Montello)¹⁰⁹.

No texto em epígrafe, Josué Montello destaca o silêncio de Carlos Lacerda. Para o autor somente a morte foi capaz de calar aquele que usava, particularmente, da palavra impressa para atacar adversários e valorizar-se. A morte o tinha calado de vez... Antes disso, porém, Lacerda tinha deixado seu registro, construído em papel e tinta sua trajetória para deixá-la, na sua versão, ao futuro. Assim, neste capítulo, analisamos o livro que registra sua trajetória e que foi, “escrito” nas vésperas de sua morte: *O Depoimento*, que veio a público em 1977. Consideramos que este é o texto que melhor expressa a hipótese trabalhada nesta dissertação, qual seja, a de que após o seu afastamento compulsório da vida política, Carlos Lacerda dedicou-se a escrever e produzir textos que lhe permitiram deixar a sua versão dos fatos, construir uma narrativa de sua vida, de forma coerente e linear, com vistas a monumentalizar sua trajetória.

Em um momento de descenso de sua posição no campo político, Lacerda recorreu a uma estratégia comum aos “indivíduos cuja trajetória se encontra em declínio”¹¹⁰: a escrita de memórias ou autobiografias. Sérgio Miceli destaca que

O investimento no gênero memórias é tanto maior e mais frequente quanto mais baixo o grau de consagração relativa [no campo], fazendo com que o próprio produtor

¹⁰⁹ MONTELLO, Josué. **Diário do entardecer**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991, p. 818 apud CALDAS, Fábio. Carlos Lacerda: ação e reflexão de um obstinado profissional. **Revista Intercom**, ano 2, ano 7, jan./abr. 2010, p. 15.

¹¹⁰ MICELI, S. **Poder, sexo e letras na República Velha: estudo clínico dos anatolianos**. São Paulo: Perspectiva, 1977, p. 16.

*assuma, ele mesmo, o encargo de proceder, de maneira dissimulada à sua própria consagração*¹¹¹.

Assim, talvez em busca da consagração, e, certamente em função da possibilidade de dar a sua versão, Lacerda concedeu a entrevista que deu origem ao livro *Depoimento*.

3.1. O Depoimento: construção de si e estratégia de resistência

Em 1977, no momento em que Carlos Lacerda concede a entrevista que viria a ser publicada no livro *O Depoimento*, o cenário político nacional estava sob o comando de Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva, dois importantes personagens do Regime Civil-Militar implementado em 1964. Os dois não eram partidários da chamada Linha Dura do exército e por isso mesmo, não eram aliados daquele que acabou por tirar Lacerda da vida pública, Artur da Costa e Silva.

Ernesto Geisel era gaúcho, filho de um alemão protestante luterano que emigrou para o Brasil em 1890. Ao lado da carreira no Exército, o general ocupara postos administrativos, sendo o mais importante o de presidente da Petrobrás. Tinha também os olhos postos na política. Colaborou com o governo Dutra e ajudou a formular o compromisso que garantiu a posse de João Goulart em 1961¹¹². Suas ligações com o grupo castelista¹¹³ eram notórias, como membro permanente da ESG¹¹⁴ e chefe da Casa Militar de Castelo Branco. Nesse cargo, contribuiu para manter a “linha dura” a distância. No âmbito da corporação militar, Geisel não foi escolhido por ser favorável à liberalização do regime, mas pela valorização de sua capacidade de comendo e suas qualidades administrativas. Pesou também na escolha o fato de ser irmão do ministro do Exército, Orlando Geisel¹¹⁵.

¹¹¹ MICELI, S. **Op.cit.**, p. 17.

¹¹² Inserção do Parlamentarismo no Regime Político Brasileiro.

¹¹³ Grupo ligado ao primeiro presidente após o Golpe Civil-Militar de 1964, Castelo Branco.

¹¹⁴ Escola Superior de Guerra.

¹¹⁵ GASPARI, Elio. **A Ditadura Derrotada**. São Paulo. Cia das Letras. 2003

O governo Geisel ficou marcado na história brasileira como o governo que começou a “Abertura Política”, que, nas palavras dele, deveria ser “lenta, gradual e segura”. O governo percebia a necessidade de ampliar o panorama político brasileiro, acabando com a ditadura.

Elio Gaspari¹¹⁶ trabalha a ideia de que Geisel assumiu um reino onde não havia um líder, e deixou o governo como um reino organizado e sem poder para o líder, pois fica claro que, ao suspender o Ato Institucional número 5, retirou muito do poder do presidente seguinte, Figueiredo.

Boris Fausto elenca também o motivo da hierarquia do Exército para falar sobre a proposta de acabar com a ditadura e com o AI-5. Esse motivo ao que parece serve para legitimar o golpe em seu início e também para acabar com a ditadura já no final do governo de Ernesto Geisel, pois a quebra de hierarquia alegada pelos oficiais militares para investir contra o governo de João Goulart foi a mesma alegada, anos depois, para legitimar a abertura política implementada por Geisel e Golbery¹¹⁷.

O milagre econômico aqueceu a economia brasileira durante o período de 1968-1973. Neste período, a economia brasileira chegou a crescer 10% (dez) anualmente. Com esse grande crescimento, baseado nas grandes obras¹¹⁸, foi possível promover o aquecimento da economia e consolidar uma visão ufanista do Brasil “ame-o ou deixe-o”, “ninguém segura esse país” e, aliada à vitória na copa de 1970, criar um intenso clima de euforia no Brasil.

O período do chamado “milagre” estendeu-se de 1969-1973, combinando o extraordinário crescimento econômico com taxas relativamente baixas de inflação. O PIB cresceu na média anual de 11.2% no período, tendo seu pico em 1973 com uma variação de 13%. A inflação média anual não passou de 18%. O milagre tinha explicação terrena. Os técnicos que o planejaram, com Delfim à frente, beneficiaram-se, em primeiro lugar, de uma situação da economia mundial caracterizada pela ampla disponibilidade de recursos. Os países em desenvolvimento mais avançados aproveitaram as novas oportunidades para tomar empréstimos externos. (...) Ao

¹¹⁶ Loc. cit.

¹¹⁷ FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. Edusp. São Paulo. 2006.

¹¹⁸ Itaipu e Ponte Rio-Niterói, exemplos de obras.

lado dos empréstimos, cresceu no Brasil o investimento de capital estrangeiro. Em 1973, os ingressos de capital tinham alcançado o nível anual de US\$4.3 bilhões, quase o dobro do nível de 1971 e mais de três vezes o de 1970¹¹⁹.

Entretanto também estavam presentes a censura e a tortura. Com o fim do milagre com o choque do petróleo, com o cartel da OPEP¹²⁰, elevando os preços e aumentando as taxas de juros, o regime civil-militar brasileiro passou a não gozar de grande credibilidade perante a população. Isso fica claro na grande vitória eleitoral conseguida pelo MDB em 1974, avanço que foi sentido nos principais centros urbanos desestabilizando o governo, e levando o presidente Geisel a colocar o congresso em recesso, conforme noticiado pela *Folha de São Paulo*¹²¹ e a elaborar as diretrizes conhecidas como “Lei Falcão” que diziam:

1. O mandato do Presidente será de 6 (seis) anos.
2. Os governadores serão eleitos por um Colégio Eleitoral
3. Um em cada 3 (três) senadores serão eleitos de forma indireta
4. A Constituição poderá mudar com maioria absoluta
5. A partir de 1982 haverá coincidência de mandatos eletivos
6. Fica reduzido o tempo para inelegibilidade de 6 meses para 3 meses
7. Extensão da lei Falcão para todas as eleições diretas no Brasil
8. Possível criação de imposto ainda no decurso deste ano (1974)¹²²

É neste contexto político, do ano de 1976 que Carlos Lacerda escolhe para ser o de sua entrevista. Neste depoimento, Lacerda teve a oportunidade de expressar suas ideias políticas e explicar sua atuação durante toda uma vida de lutas no cenário nacional, tendo o mesmo observado o grande crescimento do partido de oposição e também o desgaste do regime civil-militar implementado 1964. Lacerda morreria um ano depois, em 1977. O livro foi lançado já em outro contexto, momento em que o

¹¹⁹ FAUSTO, Boris. **Op. cit.**, p. 298.

¹²⁰ Organização dos Países Exportadores de Petróleo.

¹²¹ Folha de São Paulo. 15 de abril de 1977.

¹²² Folha de São Paulo. 15 de abril de 1977.

regime havia endurecido em sua reforma política. Por esse motivo, é preciso sublinhar que operamos, neste trabalho, com dois momentos distintos: o do depoimento propriamente dito e o momento de retirada das fitas de áudio do depoimento; o momento de liberalização e o momento de repressão.

A entrevista concedida por Carlos Lacerda no ano de 1977 pode ser lida, como sugere o prefácio do livro como uma forma de deixar aos pesquisadores e às futuras gerações uma “chance” de conhecer a História Nacional, não somente uma História Oficial, mas uma História contada por um dos principais participantes ativos do campo¹²³ político nacional.

Escrito por Julio de Mesquita Filho, o prefácio do livro afirma que, até aquele momento, os melhores estudos sobre a história do Brasil eram realizados por brasilianistas. Julio de Mesquita Filho destaca as razões para a elaboração do livro *O Depoimento*:

Era mais um serviço que prestaríamos a coletividade em um país a tal ponto despreocupado com registrar sua história que ultimamente o melhor que se tem feito em matéria de estudo da história recente do Brasil é obra de estudiosos norte-americanos. Elaborada a lista¹²⁴, o nome que a encabeçava era o de Carlos Lacerda, como não podia deixar de acontecer. Em torno dele, pelo menos nos últimos 30 anos, girou a vida política da nação.¹²⁵

A entrevista foi realizada pelos jornalistas Antonio Cunha, Ayton Baffa, Claudio Lacerda Paiva, Melchiades da Cunha Junior, Ruy Mesquita Filho, Ruy Portilho e Antero Luiz¹²⁶, da *Folha de São Paulo* e do *Jornal da Tarde*, de propriedade dos Mesquitas, amigos pessoais de Carlos Lacerda. Isso sugere que Carlos Lacerda visava,

¹²³ Utilizo a noção de campo neste momento como sugere P. Bourdieu.

¹²⁴ A única referência a outros depoimentos é sobre o ex-deputado Sérgio Magalhães. Sérgio Nunes de Magalhães Júnior nasceu em Recife (PE), no dia 7 de fevereiro de 1916, Deputado pelo PTB em 1954.

¹²⁵ MESQUITA FILHO. Prefácio. In: LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1978. p. 11.

¹²⁶ Jornalistas do *Jornal da Tarde* e da *Folha de São Paulo*.

com a entrevista voltar a cena política nacional, pois havia oito anos que Carlos Lacerda ele tinha sido silenciado pelo AI-5 imposto a nação.

Claudio Lacerda Paiva, sobrinho e também jornalista, depois da morte de Carlos Lacerda foi incumbido de revisar os escritos retirados das gravações feitas em fita, e desenvolver uma Introdução, que seria publicada em seguida ao prefácio de Julio Mesquita Filho. Neste texto, Claudio Lacerda defende que poucas pessoas compreenderam realmente quem foi Carlos Lacerda, faltando às pessoas entenderem as ações de seu tio:

E Carlos Lacerda que em seus 40 anos de vida pública foi o político mais marcante do país, é sempre julgado com muito passionalismo; era um homem diante do qual ninguém poderia ficar sem tomar uma posição. Era o homem amado ou odiado, mas por isso mesmo sempre lembrado. Esse clima que se criou à sua volta – ele o reconhece no depoimento – possibilitou que se fizesse uma série de julgamentos imediatistas. Certamente isso aconteceu porque – e são palavras dele – “quando ninguém falava, ou quem falava, falava baixo, eu precisei gritar para ser ouvido”. E como gritou a vida inteira, suas posições nem sempre foram totalmente compreendidas. Nem mesmo, e talvez até principalmente, pelos que o apoiaram.¹²⁷

Com a vontade de “contar a verdade” sobre Carlos Lacerda, Claudio Lacerda, busca mostrar as incoerências sobre as acusações à figura de Carlos Lacerda. Cita, como exemplo, o suicídio de Getulio Vargas, ou mesmo os ataques à “política fascista de Getulio” durante o período em que o mesmo foi presidente da República e ainda a outra acusação feita a Lacerda de sempre defender os interesses estrangeiros no Brasil. Para essas acusações Claudio Lacerda trabalha com exemplos visando demonstrar que esses ataques a Carlos Lacerda eram injustos e ainda busca demonstrar que o político tinha o maior interesse verdadeiramente na política nacional e nos destinos do Brasil:

Por isso, o leitor mais desinformado, então, poderá levar um susto. Este homem, que era apontado como um “reacionário”, um “vendido”, teve um jornal que não

¹²⁷ MESQUITA FILHO. *Op. cit.*, p. 20.

recebia anúncios de empresas estrangeiras; foi o governador desta cidade que mais enfrentou a Light, empresa que durante muito tempo foi o próprio símbolo do “imperialismo ianque”, embora não fosse americana.

Fascista era outra acusação muito comum. Parece até que todos já esqueceram que o regime fascista no Brasil foi implantado com o Estado Novo, em 10 de novembro de 1937. E esqueceram também que ninguém mais que Carlos Lacerda lutou contra os que fizeram o Estado Novo. (...)

E o mesmo aconteceu com a renúncia de Jânio Quadros, quando mais uma vez Carlos Lacerda, acusado por tanta gente de querer ser um ditador, vem de público pela televisão denunciar um golpe que o Presidente da República estava tramando para instituir a ditadura. (...) Mas Lacerda continua para muitos como um “ditador em potencial” (...).¹²⁸

O prefácio de Julio de Mesquita Filho e a introdução, escrita por Claudio Lacerda, são paratextos que pretendem explicar a forma de leitura da entrevista. O paratexto possui, segundo Gerard Genette, como afirmamos anteriormente, um caráter essencialmente funcional, pois sua função é explicar a melhor forma de conformar aquele texto a determinada leitura, indicando ao leitor a forma em que o texto deve ser entendido ou relatando algo em relação à estruturação ou a criação do texto. Como afirma Genette,

o elemento de paratexto, se pelo menos consiste numa mensagem materializada, tem necessariamente um lugar, que se pode situar em relação àquela do próprio texto: em torno do texto, no espaço do mesmo volume, como o título ou o prefácio, e, às vezes, inserido nos interstícios do texto, como os títulos de capítulos ou certas notas.¹²⁹

¹²⁸ Ibidem, p. 21.

¹²⁹ Mostrando a importância do paratexto para a interpretação do conjunto da obra, pode-se verificar como o autor utilizou o exemplo de Proust que, por ser homossexual e ter uma semiascendência judaica, os paratextos de suas obras eram dedicados a esses temas. GENETTE, Gérard. **Paratextos Editoriais**. São Paulo: Editora Ateliê Editorial, p. 12.

Para este trabalho, é importante salientar que, sendo uma produção intelectual de um ator político, os paratextos têm o objetivo de afirmação da identidade de sua figura pública e, para isso, destacam as qualidades de Lacerda e silenciam sobre seus defeitos.

É interessante, ainda, observar que, além do prefácio, a capa, a editora, o nome do autor e o nome do livro são todos elementos que expõem ao leitor alguma informação relevante sobre aquela obra. Gerard Genette destaca esses elementos ao afirmar que,

a obra literária consiste, exaustiva ou essencialmente, num texto, isto é (definição mínima), numa sequência mais ou menos longa de enunciados verbais mais ou menos cheio de significação. Contudo, esse texto raramente se apresenta em estado nu, sem o reforço e o acompanhamento de certo número de produções, verbais ou não, como um nome de autor, um título, um prefácio, ilustrações, que nunca sabemos se devemos ou não considerar parte dele, mas que em todo caso o cercam e o prolongam, exatamente para apresentá-lo, no sentido habitual do verbo, mas também em seu sentido mais forte: para torná-lo presente, para garantir sua presença no mundo, sua “recepção” e seu consumo, sob a forma, pelo menos hoje, de um livro.¹³⁰

Explicando as razões do livro, Claudio Lacerda, em sua introdução, pretende colocar as palavras de Carlos Lacerda como verdades. Claudio Lacerda considera que o *Depoimento* é a oportunidade de explicação de Carlos Lacerda, pois suas ações são explicadas com o objetivo de esclarecer as pessoas sobre a sua forma de agir e pensar, mostrando a “coerência” de suas atitudes através desta entrevista, não visando julgar suas atitudes apenas mostrar às pessoas, no futuro, sua grande contribuição para com a história política nacional.

¹³⁰ MESQUITA FILHO. *Op. cit.*, p. 9.

No início de seu depoimento¹³¹, Carlos Lacerda explica sua ligação com a política, afirmando ter, desde cedo, em sua casa, participado de debates sobre política ou mesmo ter observado os mesmos, por ser membro de uma família política influente. Conta que seu pai, Maurício de Lacerda¹³² foi um político ligado a Revolução de 1930, tendo exercido diversos cargos públicos e sido um dos porta-vozes de Getúlio Vargas no início de seu governo. Seu avô, Sebastião de Lacerda¹³³, Ministro do Supremo, acompanhava a vida política de Vassouras, cidade onde Lacerda foi registrado apesar de ter nascido no Rio de Janeiro.

Essa “iniciação” pela qual Carlos Lacerda passou, incluindo as faltas a escola para poder ir a Câmara dos Vereadores observar os debates -, onde pôde, segundo ele, aprender muito sobre português e também sobre como era desenvolvido/operacionalizado o “ofício” do político profissional -, aliou-se ao fato de fazer parte de uma “geração muito politizada, movida pela da ideia de lutar contra ditadura que se renunciava”.¹³⁴

Lacerda dá continuidade ao seu depoimento, afirmando que já na Faculdade de Direito, na qual entrou no ano de 1932, participou do Clube da Reforma¹³⁵ e teve contato com as “esquerdas comunizantes da época”¹³⁶, frequentando a casa dos líderes do movimento Edgar Castro Rebelo e Leônidas Rezende, professores da Faculdade, e adeptos do marxismo. Lembra ainda que seus tios, Paulo e Fernando, já eram comunistas, seu pai já lutava pelos direitos do trabalhador e ele mesmo havia sido presenteado com o livro *O ABC do Comunismo de Bukharin*.

¹³¹ Grande parte do que será tratado n’*O Depoimento* já tinha sido escrito por Carlos Lacerda e viriam a ser publicados no livro *Rosas e pedras no meu caminho*. Nesta entrevista, ele retoma aspectos que seriam tratados no livro, tentando explicá-los, e, com isso, construir uma positividade de sua trajetória. É importante, mais uma vez lembrar que embora os textos de *Rosas e pedras no meu caminho* tenham sido escritos e publicados na *Revista Manchete* em 1967, eles só seriam editados, em livro, e publicados, em 2001, pela Editora da Universidade de Brasília.

¹³² Maurício de Lacerda, vereador e deputado federal pela cidade do Rio de Janeiro a partir da década de 1910, tivera destacada atuação na luta pelos direitos dos operários. http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/mauricio_lacerda. Visitado em 26/09/2012. 08:02.

¹³³ Sebastião Lacerda, fora deputado federal, ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas (1896) e ministro do Supremo Tribunal Federal (1912)

¹³⁴ MESQUITA FILHO. *Op. cit.*, p. 27.

¹³⁵ Clube criado pelos estudantes da Faculdade de Direito para debates de ideias.

¹³⁶ MESQUITA FILHO. *Op. cit.*, p. 28.

Desta forma Lacerda já conforma sua iniciação política como algo natural para ele, como um caminho a ser, inexoravelmente seguido, durante o período, no qual agregou informações para sua instrução e para sua posterior entrada para o jornalismo. Como jornalista profissional, Lacerda afirma ter tido oportunidade de continuar sua “militância” política. Segundo ele, sua vida no jornalismo começou em 1930 auxiliando Cecília Meirelles e já em 1946 estava no *Correio da Manhã*.

Esse salto pode ser explicado por não interessar ao depoente, naquele momento, 1976, contar o que havia ocorrido em sua vida durante esses 16 anos que vão de 1930 a 1946. Talvez fosse mais prudente omitir que, em seu passado, havia escrito um artigo contra o Partido Comunista, ter se tornado um proscrito e perdido totalmente o contato com seus antigos amigos. O objetivo do *Depoimento* era claramente lançar sentido sobre sua trajetória e legitimar suas ações, mostrando que desde cedo estava sendo preparado para ocupar seu lugar de destaque na política nacional. De certa forma, Lacerda buscava construir coerências, elaborando uma construção de si como forma de resistência, como sugere P. Artières.

N’O *Depoimento* de Carlos Lacerda, uma parte interessante é o relato da menina Elza Fernandes, esposa do secretário-geral do Partido Comunista entre 1934-1936, o Miranda¹³⁷. Carlos Lacerda conta esse triste caso da morte através da ação do Tribunal Revolucionário comunista, com o objetivo de demonstrar que os comunistas erram. Claramente, essa é uma passagem construída de forma rigorosamente intencional. O fato dele ter sido acusado, pelos comunistas de traidor, de responsável pela morte de inúmeros membros do Partido, pode ser um forte indicio da necessidade deste caso ter sido contado em seu depoimento, para assim justificar a sua “expulsão” do Partido e a sua grande mágoa durante anos para com seus antigos companheiros:

Nessa ocasião a menina Elza Fernandes¹³⁸, parece, não tenho nenhuma certeza, foi submetida a torturas ou, segundo a polícia, a hábeis interrogatórios, o que também não era impossível. Acredito que até por ingenuidade ela tivesse contato tudo. Ela era inclusive analfabeta e a polícia aplicou o clássico golpe; soltaram-na e ela foi procurar as pessoas de quem esperava

¹³⁷ Antônio Maciel Bonfim v. http://revistas.unijorge.edu.br/praxis/2011/pdf/62_oCelebreMiranda.pdf visitado em 11 de setembro, às 21:30.

¹³⁸ Segundo Lacerda ela tinha 15 a 16 anos, segundo o artigo acima ela tinha 18 anos.

socorro e asilo. Aí eles começaram a prender todo mundo. De uma forma ou de outra parece que ela deu o serviço e deu o nome dos que faltavam. Houve então uma coisa bárbara. A Noite publicou tudo. Também saiu em todos os jornais. Nenhum de nós na época acreditou porque ninguém acreditava no que os jornais censurados diziam, mas infelizmente era rigorosamente verdade. Ela foi solta enquanto o Miranda continuou preso e depois foi submetida a julgamento por um tribunal revolucionário. Esse tribunal foi presidido por um rapaz, o Milionário, que depois viveu o resto da vida com remorso: por idealismo tinha entrado naquela história, achou-se obrigado a presidir aquele tribunal revolucionário para julgar Elza por ter traído os companheiros, etc. já um famoso bilhete de Prestes, de próprio punho, que na época reproduziram, dizendo: “Revolução tem que ser implacável. Não há que ter piedade, há que julgá-la para servir de exemplo, etc”¹³⁹.

Depois de relatar este caso que considerava uma barbaridade do PCB brasileiro, Carlos Lacerda passa ao relato sobre como foi afastado do partido, sem nunca ter participado do mesmo. Conta de seu encontro com Baby Face¹⁴⁰ e do fato de o comitê central do Partido saber que ele iria escrever e ter aprovado a escrita do artigo sobre o Partido Comunista Brasileiro antes dele ser entregue para a publicação. Entretanto conta Lacerda que logo após esse encontro havia sido acusado, através de um comunicado, de ter se tornado traidor do Partido Comunista e que seu relato havia provocado à morte de diversos membros comunistas e a prisão e tortura de outros.

Termina por fazer uma análise dos erros de ter acreditado nas ideias comunistas e de outros que também haviam acreditado, como o próprio Miranda, e haviam entendido o quão nociva poderiam ser as ideias comunistas e destaca o flagelo que passa a pessoa que deixa de acreditar nas ideias, afirmando ser até mesmo uma dor física deixar de compactuar com as ideias que há tanto tempo acabavam por defender. Diz ele:

...e é uma das razões pelas quais eu compreendo porque muita gente, no fundo, mesmo quando supera essa fase de esquerdismo juvenil, não larga aquilo, primeiro pelo temor intelectual de rever suas convicções; segundo, pelo temor quase físico de ter que enfrentar esse tipo de

¹³⁹ LACERDA, Carlos. **Depoimento**. p 45.

¹⁴⁰ Não há referência de quem essa pessoa seria.

boicote, de se tornar réprobo. Chega um ponto que você próprio se interroga. Do ponto de vista espiritual, é uma experiência terrível. Muitos outros também passaram por isso(...) (...) sei bem o que é a dificuldade de romper com uma coisa dessas, porque é uma máquina totalitária, realmente, que se apossa da personalidade do indivíduo integralmente: não só intelectualmente mas até fisicamente. O rompimento importa numa disposição de sacrifício e renúncia, sei lá, quase de estoicismo.¹⁴¹

Nessa parte, essa explicação sobre as práticas e a sua saída, parece ser uma justificativa de uma vida, soa como uma redenção, um fato que durante vários momentos o atormentou. Conclui afirmando que o fato de não ter nunca participado efetivamente do PCB foi algo positivo para sua experiência de vida, classificando como “esquerdismo juvenil” toda uma forma de pensar e organizar a vida através de ideias socialistas/comunistas. Afirma, desta forma, que a maneira de pensar esquerdista é algo juvenil por ser utópico, mas a forma liberal, que é a adotada por ele, seria a madura de pensamento político que todos deveriam alcançar.

Outros episódios de sua trajetória, abordado por Lacerda n’*O Depoimento* são os acontecimentos de agosto de 1954, do suicídio de Getúlio Vargas. O relato que ele faz da eleição e da volta ao poder de uma das figuras mais marcantes de sua vida e da vida política nacional, a disputa eleitoral entre Getúlio Vargas e o Brigadeiro Eduardo Gomes é significativo. Lacerda destaca, ainda, o que na sua opinião, foi um grande erro político, a candidatura de Eduardo Gomes. Afirma ele:

A segunda candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, talvez tenha sido o maior erro político da UDN. Primeiro porque alguém que já foi derrotado uma vez dificilmente pode ganhar a próxima. A não ser que fossem certas condições e que no caso eram impreençáveis.

Não só eu, mas eu e muitos outros fizemos o impossível para evitar essa candidatura do Eduardo Gomes. Foram tentadas numerosas soluções. Inclusive Milton Campos, Governador de Minas, entendeu-se com Ademar de

¹⁴¹ LACERDA, Carlos. **Op. cit.**, p. 50.

*Barros para lançar a candidatura do Afonso Pena Júnior (...)*¹⁴²

A eleição, no relato de Carlos Lacerda, já estava decidida pela vitória de Getúlio Vargas, mesmo que no início da seleção dos concorrentes não houvesse notícias sobre a possibilidade de Getúlio se candidatar. Segundo Lacerda, ele sabia ser possível e já delineava o futuro do país com a vitória eleitoral de seu maior opositor político e conta no relato ter tentado, de todas as formas, impedir a indicação de Eduardo Gomes. Lacerda se constrói como um antecipador, uma pessoa que consegue ver antes, o que todos não conseguem ver. Lacerda prevê como ficaria a situação política do país após a vitória de Getúlio, no momento em que todos acreditavam ser a vez do candidato da UDN ganhar. Esse sentido de vida que Lacerda empenha-se em desenvolver mostra o seu relato como coerente em suas ações, demonstrando que apesar dele sempre afirmar não ser um político, ele tinha pleno conhecimento do jogo político. No relato mostra-se extremamente lúcido em relação às manobras políticas que iriam ocorrer e interferir nos destinos do país:

*Nessa ocasião não haveria um nome capaz de impedir essa vitória. Foi quando eu comecei a defender a tese, que depois desenvolvi na ocasião do suicídio dele, de que não se substitui uma ditadura por uma democracia em 24 horas. Tese que me valeu a fama de “golpista”, até de “fascista”, etc. a minha tese é a seguinte: a máquina da ditadura foi montada em anos de trabalho. Montada tecnicamente, através da censura, através da propaganda, através do monopólio do rádio, através dos órgãos de comunicação de massa, e através, sobretudo, de uma impossibilidade de a oposição se comunicar porque eram velhos políticos que tinham ainda as mesmas técnicas do tempo em que as oligarquias ganhavam votação: dividiam o país entre si e ganhavam eleições. Um ganhava aqui, outro ganhava acolá, etc.*¹⁴³

¹⁴² Ibidem, p 97.

¹⁴³ Ibidem, p. 101.

A vitória de Getúlio contada, anos depois de efetivada, nesta ótica, parece ter sido prevista por Carlos Lacerda, apesar deste ter participado ativamente da campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes. Lacerda afirma que já sabia que aquela era uma campanha fadada ao fracasso, tendo a figura de Getúlio Vargas um peso muito grande na sociedade brasileira.

Antes ainda de começar a relatar o período de agosto de 1954, Lacerda fala sobre dois episódios relacionados ao suicídio de Getúlio Vargas, ou melhor, insinuando haver em Vargas uma tendência suicida desde a Revolução de 1930:

Agora quanto ao Getúlio – antecipando um pouco uma pergunta que eu sei que vocês evidentemente vão fazer mais tarde –, há dois precedentes em sua vida que devem ser mencionados: são fatos que algumas vezes vi em jornais e em livros, mas ainda não foram bem sublinhados. Um, se não me engano, está na memória do João Neves¹⁴⁴ ou noutro livro deste gênero. Fala da Revolução de 30, contra a qual o Getúlio resistiu até o último minuto, e uma das razões que apresentava para resistir à ideia da revolução é que, se perdesse, se suicidaria. E outro precedente me foi contado por Chateaubriand. (...), quando Chateaubriand me contou ter advertido o Getúlio sobre a grave situação em São Paulo, e que o Getúlio disse: “Deixa a cobra botar a cabeça de fora” (devo dizer que isso o Chateaubriand me contou depois do suicídio do Getúlio), ele disse ao Chateaubriand: “Se São Paulo entrar numa guerra civil, o perigo que corro é que, se eu perder, me mato!”¹⁴⁵

Lacerda busca mostrar que o suicídio de Getúlio não foi culpa dele, já que o mesmo já demonstrava características suicidas. Além disso, põe em questionamento a

¹⁴⁴ João Neves da Fontoura nasceu em 1889, em Cachoeira do Sul (RS), município em que seu pai era chefe político. Advogado, ingressou na Faculdade de Direito de Porto Alegre em 1905. Pertenceu, junto com Getúlio Vargas e outros, ao Bloco Acadêmico Castilhistas, vinculado ao Partido Republicano Riograndense (PRR), agremiação amplamente hegemônica na política do Rio Grande do Sul durante a República Velha. http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/Joao_Neves_da_Fontoura. Acesso: 13 setembro de 2012, às 12:34.

¹⁴⁵ LACERDA, Carlos. **Op. cit.**, p. 116.

habilidade política do mesmo, citando o episódio no qual João Alberto¹⁴⁶, ainda interventor por São Paulo, recusou-se a aceitar sair do posto de Interventor e acabou por forçar a sua continuidade perante o próprio Getúlio. A frase relacionada a essa justificativa pode ser vista em “... o ataque direto intenso deixavam-no completamente perplexo e sem saída. E no final – como nós vamos ver – o que aconteceu em 54.”¹⁴⁷

Como é de amplo conhecimento, a eleição de Getúlio para presidente do país foi em uma disputa eleitoral contra Eduardo Gomes e Cristiano Machado. Com a vitória o novo presidente tentou compor seu governo com forças relacionadas ao Exército e com os trabalhadores. Isso pode ser visto, por exemplo, com a indicação do general Estillac Leal para o posto de ministro da Guerra e a sua política trabalhista que culminaria com a indicação de João Goulart para ministro do Trabalho. Toda essa estratégia foi visando conseguir manter seu poder e continuar a exercer sua função de árbitro dos descontentamentos, como fazia no período ditatorial anterior, ligando-se a forças conservadoras e não esquecendo os trabalhadores urbanos.¹⁴⁸

Esse período da história brasileira foi de intenso ataque, por parte de Carlos Lacerda, à figura de Getúlio Vargas, pois este já não contava com amplo apoio dos políticos, nem do Exército como no período ditatorial, dificultando muito o seu governo. Grupos políticos antigetulistas - tendo Carlos Lacerda como principal expoente de oposição a seu governo - utilizaram a *Tribuna da Imprensa*, jornal de propriedade de Lacerda, para criticar Vargas e seu governo.

Assim, nos primeiros meses de 1954, como se sabe, a instabilidade política se agravou em função da pressão pela retirada de João Goulart do cargo de ministro do Trabalho. Este, antes de sair, aumentou em 100% o salário mínimo, objetivando colher os frutos dessa atuação no futuro, pois sabia que depois deste aumento - medida posteriormente vetada pelo presidente devido às pressões – poderia usufruir do capital político adquirido. Isso inegavelmente aconteceu na eleição para a vice-presidência, na qual conseguiu mais votos que Juscelino para o cargo de presidente.

¹⁴⁶ João Alberto Lins de Barros (Recife, 16 de junho de 1897 — Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1955) foi um militar e político brasileiro. Foi interventor federal no governo de São Paulo de 26 de novembro de 1930 a 25 de julho de 1931. ABREU, A. et alii. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

¹⁴⁷ Ibidem, p. 119.

¹⁴⁸ FAUSTO, Boris. **Op cit.**, p. 229.

Em 5 de agosto de 1954, seguindo a linha oposicionista Lacerda continuava seus ataques à administração de Vargas e a figura do presidente. Sendo o maior opositor de Vargas, Carlos Lacerda passou a andar acompanhado com “seguranças”, como o major da Aeronáutica, Rubem Vaz, medida que julgava ser necessária para proteger sua vida, visto que ele já havia sofrido alguns atentados. Neste dia o atentado viria a vitimar não Lacerda, mas o major Vaz e com isso acabaria por abalar também a administração de Getúlio Vargas.

O atentado da Rua Toneleiros foi idealizado por Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Getúlio Vargas. Gregório acreditava que iria prestar um grande serviço ao patrão ao eliminar da vida pública do país seu maior opositor. O que alcançou, como se sabe, foi envolver o presidente de forma indireta no atentado. Como foi comprovado, posteriormente, pela investigação da própria Aeronáutica, que a ordem partiu do Palácio do Catete, mesmo não tendo partido diretamente do presidente da República. Os envolvidos faziam parte do círculo de amigos de Getúlio. Vargas não teria outra alternativa a não ser a renúncia ou a responder um processo de *impeachment*. O manifesto lançado à nação, por 27 generais, acabou por mostrar o fim do apoio das Forças Armadas a Getúlio e com isso acabou por mostrar que o mesmo seria retirado do cargo como em 1945, por já não conseguir reunir bases de sustentação a seu governo.

Na manhã de 24 de agosto de 1954, Getúlio Vargas não renúncia ao seu cargo ou mesmo é destituído. Porém, com um tiro no coração, suicida-se, como resposta a seus adversários, deixando a “Carta Testamento”. A vitória de seus opositores, como Carlos Lacerda, é ofuscada, de forma inegável, ao perceber que o povo que já não mais apoiava Vargas passa a ir as ruas para atacar os “assassinos” de Vargas, depredando oficinas de jornais, bancas de jornais, rádios e redes de televisão que iam contra a administração do presidente. Segundo Boris Fausto, o gesto de Getúlio Vargas

(...) teve consequências imediatas. A massa urbana saiu às ruas em todas as grandes cidades, atingindo alvos mais expressivos de seu ódio, como jornais da oposição e a representação diplomática dos Estados Unidos no Rio de Janeiro. Nessas manifestações estiveram presentes os comunistas. Depois de passar todo o governo Vargas na oposição, a ponto de se inclinar pela renúncia, deram uma

reviravolta da noite para o dia. Daí para a frente, abandonaram uma linha radical que frequentemente resultava em beneficiar seus maiores inimigos e passaram cada vez mais a apoiar o esquema do nacionalismo populista. A preferência por uma saída legal para a crise na cúpula do Exército e o impacto provocado pelas manifestações populares impediram que se concretizasse um golpe contra as instituições. O vice-presidente Café Filho assumiu o poder. Formou um ministério com a maioria udenista, assegurando ao país que garantiria a realização das eleições presidenciais marcadas para outubro de 1955.¹⁴⁹

Neste momento a “vitória” de Carlos Lacerda sobre seu maior inimigo político foi ofuscada, e até mesmo sua grande teoria de que Getúlio deveria ser deposto e que se deveria implementar no Brasil um governo de exceção para acabar com o getulismo, com a máquina partidária e de fábrica de votos que ele alegava terem sido criadas, também acabou eclipsada. Carlos Lacerda foi responsabilizado pela atitude de Getúlio Vargas de tirar a própria vida o que lhe deu, definitivamente, a alcunha de golpista.

Outra questão tratada por Lacerda é a sua gestão no governo da Guanabara que se inicia em cinco de dezembro de 1960, o primeiro do novo ente federativo. Com a construção de Brasília e a transferência da capital para o cerrado brasileiro, a Guanabara passava a ser um Estado Federado, precisando, primeiramente, de uma Constituição e de bases sólidas para ser governada, uma vez que a transferência ocorreu por uma lei ordinária¹⁵⁰ que não previa a criação de um novo Estado e sim, da mudança da capital para a nova sede, Brasília.

O primeiro governo eleito da Guanabara é liderado por Carlos Lacerda. O maior opositor brasileiro do período acaba por conseguir se eleger governador, ao mesmo tempo em que apoia a candidatura de Jânio Quadros para presidente da República. Com isso, passa a, supostamente, contar com um grande aliado para conseguir desenvolver um excelente governo e galgar seu objetivo final na vida pública, que era a presidência da República. Faz, então, uma visita Jânio para solicitar apoio. De volta ao Rio de

¹⁴⁹ Ibidem, p. 231.

¹⁵⁰ Lei San Tiago Dantas.

Janeiro, reúne-se com governadores e acaba por denunciar, na televisão, o que supunha ser uma tentativa de golpe do presidente. Isso culmina na renúncia de Jânio Quadros do cargo de presidente da República. Posteriormente, como se sabe, o país foi lançado em uma fórmula de parlamentarismo devido ao medo dos políticos e da sociedade acerca das ligações comunistas que João Goulart possuía, aliado ao fato de estar em missão oficial de entendimento com as Repúblicas Populares comunistas, estando naquele momento na China.

No relato de Carlos Lacerda, a eleição para a Guanabara é demonstrada a partir de sua do processo em que esteve envolvido. Ele se refere as campanhas na TV, ao uso do rádio, dos comícios e se auto-representa como o candidato natural da UDN, pois afirma que não havia, mesmo na UDN Rio, alguém que pudesse disputar com ele a indicação para o Governo do novo Estado. É importante citar que, nesta campanha, Lacerda afirmou não ter tido falta de dinheiro, dizendo que muitas pessoas contribuíram por medo dos comunistas.

Interessante notar, ainda, que durante sua explicação sobre como foi a campanha, Lacerda fala sobre o “comitê do primeiro voto”¹⁵¹. Fala ainda sobre os outros candidatos de forma rápida e sucinta, nomeia os adversários não tecendo muitos comentários sobre Mendes de Moraes e Tenório Cavalcanti, mas citando a disputa que realmente teve com Sérgio Magalhães. A radicalização da campanha é entendida por Carlos Lacerda como prejudicial. Segundo ele, era importante durante a campanha falar sobre as dificuldades da Guanabara, pois isso iria mostrar a todas as pessoas que aquele opositorista, além de saber ser adversário político, sabia realmente quais eram os problemas relacionados ao novo Estado, quais eram as dificuldades enfrentadas pelos habitantes do Estado, e como a vida dessas pessoas era afetada pelas dificuldades encontradas no dia-a-dia. Afirma ele:

E eu, sem perder de vista a campanha nacional, sempre fazia uma referência ao Jânio, dizendo: “Quanto ao Brasil, estamos tranquilos, vamos eleger o Jânio Quadros. Então, não vamos pensar no Brasil, vamos pensar no Rio, onde a gente discute problemas mundiais, mas não discute água, não discute esgoto. Há 200 mil crianças em idade

¹⁵¹ Comitê formado para que as pessoas fossem tirar seus títulos eleitorais para votar, tanto velhos como novos.

*escolar sem escola primária: então, vamos fazer um programa escolar...*¹⁵²

Os problemas locais enfrentados pela administração de Carlos Lacerda foram debatidos também durante a campanha, com os discursos relacionados aos transportes, a água, saúde e educação. Lacerda buscou desenvolver na campanha eleitoral um aspecto regional contra as discussões nacionais desenvolvidos pelo candidato Sérgio Magalhães. Segundo Lacerda, isso acabou por decidir a vitória dele nas urnas. Lacerda considera que as pessoas passaram a perceber que havia conhecimento dos problemas do Estado e isso acabava afetando a todos e conseguia angariar votos das pessoas devido ao conhecimento das dificuldades enfrentadas por todos e não debatidas pelos políticos.

*Esses fatos revelados assim davam, digamos, à camada pensante, à camada eleitoral mais consciente, uma noção diferente daquele sujeito que tinha feito oposição durante tanto tempo e que era um pouco considerado por alguns como meio demagogo e opositor sistemático. De repente, eu estava mostrando um conhecimento dos problemas que ia muito além da campanha do Sérgio, que teve um grave defeito: falava sobre imperialismo e nacionalismo, que não tinham nada a ver com os temas de uma Guanabara nascente e que, pela primeira vez, estava tomando consciência de que era um Estado com interesses locais a defender.*¹⁵³

Lacerda refere-se ainda sobre o conceito do que ele denomina lacerdismo. Segundo ele, há duas visões sobre o lacerdismo: aquela que o vê como algo de fato positivo, como um “estado de espírito, digamos reformador e honesto”¹⁵⁴, e também aquele que se refere ao lacerdismo de uma forma pejorativa, das “mal-amadas” que tinham em Lacerda um mito. Lacerda, obviamente, defende que o lacerdismo era o estado de espírito para inspirar as pessoas, visando o melhor delas. Num exercício explícito de autovalorização, afirma que o lacerdismo mostrava que era possível construir um Estado de forma democrática, inspirando as pessoas no sentido carismático

¹⁵² LACERDA, Carlos. **Op. cit.**, p. 215.

¹⁵³ Loc. cit.

¹⁵⁴ LACERDA, Carlos. **Op. cit.**, p. 233.

de seu líder, buscando, com o exemplo da administração, gerar uma onda de confiança, de esperança. E finaliza comparando-se a Rui Barbosa,

*Vocês veem que o tal lacerdismo, no sentido do carisma – se vocês permitirem o exagero da comparação, não digo isso por modéstia, mas por uma questão elementar de senso de proporções -, teve o mesmo carisma da campanha civilista do Rui Barbosa.*¹⁵⁵

A administração de Carlos Lacerda no governo da Guanabara foi marcada por ter promovido inúmeras obras públicas durante seus cinco anos de governo. Obras como a nova adutora do Guandu para levar água aos moradores do Estado e a construção do Túnel Rebouças. Há ainda, episódios como a remoção das favelas empreendida durante seu governo, a construção de escolas para acabar com o grande número de criança sem vaga e a morte dos mendigos.

Durante o seu relato, fica explícita a vontade de explicar as suas ações de forma clara, até didática, de modo a mostrar a necessidade das obras para o Estado. Apesar de ser inegável que água e boas condições de moradia eram necessárias para todas as camadas, a forma de explicar visa mostrar o trabalho empreendido durante sua gestão e, com isso, fazer crer que trabalhou, incessantemente, para conseguir cumprir suas promessas de campanha para o governo da Guanabara. Essa forma de explicar o trabalho efetivo que teve durante o governo em uma entrevista visa a deixar para as futuras gerações a ideia, a certeza de que além de ter sido um opositor implacável, também era um grande administrador, pois o *Depoimento* só sairia dos rolos de fita depois de sua morte.

Segundo Carlos Lacerda, o problema de falta d'água no Rio de Janeiro foi solucionado com as obras do Guandu, durante sua administração. O projeto foi desenvolvido por sua equipe técnica e contou com o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A obra consistiu na abertura das adutoras do Guandu que bombearia a água para a Serra do Rio de Janeiro e depois de passar por um

¹⁵⁵ Ibidem, p. 233.

túnel até o reservatório dos Macacos na Gávea, seria distribuída e redistribuída pela tubulação até chegar às casas da população.

O problema da água foi solucionado por essa grande obra realizada durante seu governo com financiamento externo e dinheiro da própria Guanabara. Interessante, porém, é notar que, durante seu relato, Lacerda afirma que as mais importantes obras de seu governo foram as subterrâneas, pois eram obras que iriam durar e que davam sustentabilidade para o Estado. Logicamente esta é também uma forma de demonstrar o seu sentido de serviço bem feito, de trabalho realizado para a população e de sugerir que, embora subterrâneas e pouco visíveis, ele espera ser reconhecido por essas obras.

Outra questão importante também tratada por Carlos Lacerda n’*O Depoimento* foi o caso dos mendigos. Durante o ano de 1963, mais precisamente no dia 23 de janeiro, saiu no Jornal *Última Hora*, que o governador estava envolvido com um grupo de policiais do Estado para matar os mendigos da região no rio da Guarda. A matéria acusava o governador de ser o principal mandante dessas mortes.

A apuração sobre as mortes começou depois de “silêncio” de Carlos Lacerda. Em seu depoimento, Lacerda afirma que o silêncio foi intencional, pois, segundo ele, “a *Última Hora* era especializada em mentir contra a gente, era fácil ao Borges¹⁵⁶ acreditar na versão policial.”¹⁵⁷ Essa apuração, segundo Lacerda mostrou-se correta, havia realmente pessoas ligadas a polícia do Estado ligados a morte desses mendigos, tendo realmente um grupo de extermínio agindo dentro do Estado para acabar com a vida das pessoas que moravam na rua. Porém, Lacerda afirma que providências foram tomadas e os responsáveis afastados do serviço público, tendo alguns, até mesmo, pedido para retornar por terem prestado serviço durante os dias do Golpe Civil-Militar de 1964, momento em que muitas pessoas reuniram-se em frente ao Palácio Guanabara para combater os ataques do exército contra o poder civil. O caso, contado pelo depoente, diz ter sido feita justiça acerca dos responsáveis, que foram expulsos do serviço público, e para demonstrar que não tinha tido participação naquele crime, cita a liderança de um rapaz que esteve a serviço de Juscelino. Logo, utiliza a ligação desse rapaz com o antigo presidente para constatar que ele não tinha nenhuma relação com os autores da ação.

¹⁵⁶ Coronel Gustavo Borges, Secretário de Segurança da Guanabara.

¹⁵⁷ LACERDA, Carlos. **Op. cit.**, p. 227.

Carlos Lacerda afirma que isso era obra da própria máquina burocrática do serviço público da Guanabara, através do Serviço de Recuperação de Mendigos “dirigido por um rapaz, que tinha sido um modesto membro do gabinete por acaso do Juscelino, que também, não tinha culpa nenhuma nesse caso.”¹⁵⁸ Afirma ainda que esse serviço era exercido também por um ex-mendigo que acabou por formar esse grupo de extermínio:

Primeiro fiz o inquérito e apurou-se que a história era verdadeira. Mandei prender preventivamente os suspeitos e até pratiquei uma ilegalidade total: pelo Código do Funcionalismo não se pode demitir nenhum funcionário público antes que uma comissão de inquérito, constituída também por funcionários, chega a uma conclusão, sobre a qual então você como governador faz o seu julgamento.

*O importante é lembrar que o Tranca-Rua, que era o chefe do bando, e todos os seus cúmplices foram presos e condenados.*¹⁵⁹

A atitude de tratar um tema como esse, um tema que realmente revolta a maioria das pessoas que ficam sabendo do ocorrido devido a crueldade do extermínio é suavizada por Lacerda ao tentar demonstrar que todas as atitudes possíveis para tratar dos funcionários envolvidos foram tomadas. Para tirar de seus ombros qualquer culpa sobre a atitude dos criminosos, cita o rapaz que, supostamente, havia trabalhado com Juscelino Kubitschek que, segundo ele, também não poderia ser responsabilizado por isso. A narrativa de Lacerda é construída no sentido de isentar-se de toda culpa possível no evento.

Outra questão polêmica do governo Lacerda e que ele se refere no depoimento, diz respeito à remoção das favelas no Rio de Janeiro durante sua gestão. Esta ação foi muito criticada pela imprensa, pois a remoção de pessoas que já estavam habituadas e possuíam moradias fixas e trabalho perto dessas moradias parecia ser arbitrária por parte do Estado. Lacerda, em seu relato, tenta mostrar que, na verdade, a remoção foi baseada em razão de melhor habitação para a população e também cita a questão da arrecadação do Estado:

¹⁵⁸ Loc. cit.

¹⁵⁹ LACERDA, Carlos. **Op. cit.**, p. 227-228.

Mas o que eu estava contando é que fomos muito criticados por causa do programa de transferência das favelas. Primeiro, as pessoas esqueceram que, em muitos casos, não transferimos, procuramos melhorar as condições das favelas no próprio local. Agora, havia favelas impossíveis de melhorar.¹⁶⁰

Carlos Lacerda não foi o primeiro a começar com a destruição de favelas ou mesmo cortiços, mas foi emblemática a sua ação contra as favelas por ter interesses econômicos ligados a sua atuação. O fato de justificar a remoção com a frase

Porque você estará diminuindo a receita do Estado em impostos se fizer pseudobairros populares na zona mais valorizada da cidade, estará diminuindo a capacidade que o governo tem de fazer coisas, inclusive em benefício do próprio pobre¹⁶¹,

e a retirada dessas favelas da zona mais valorizada da cidade e a construção de casas populares em bairros afastados para seus moradores foi duramente criticada. Isso acabava por afastar os trabalhadores de seus locais de trabalho e não garantia infraestrutura para locomoverem-se para seus locais de trabalho, deixando a vida ainda mais cara para os mesmos. A Cidade de Deus e a Vila Aliança são criações de Carlos Lacerda para conseguir remover os favelados da área mais valorizada e colocá-los em uma área menos valorizada. Entretanto, os trabalhadores não ficaram alheios a essa mudança e muitos não quiseram ir. Lacerda afirma que a mudança melhorava a vida deles, o que é demonstrado pelo fato de a ida da população para as novas casas ter sido feita principalmente pelas mulheres. Segundo ele, eram elas que acabavam por ficar em casas sem condições de habitação.

Mas a transferência de favelas foi uma coisa muito curiosa, como, por exemplo, a da favela do Morro do Pasmado, onde eu queria fazer o Hotel Hilton e onde hoje o Tamoio está fazendo um mirante. Foi uma coisa indescritível! Surgiu a lenda de que o pessoal não queria mudar. E alguns não queriam realmente, porque eram

¹⁶⁰ Ibidem, p. 232.

¹⁶¹ Loc. cit.

operários da construção civil nos arranha-céus de Copacabana e preferiam morar ali pessimamente, mas perto do trabalho. Agora a mulher e os filhos que ficavam na casa, na lama, na miséria, queriam sair. Os homens queriam a comodidade de morar perto do trabalho.

Então Sandra pegou aquele mulherio todo, meteu num ônibus do Estado e levou-as para ver as casinhas que estavam sendo feitas na Vila Aliança. Quando voltaram para casa, organizaram uma revolta de mulheres: “Temos que mudar para lá.” Foram elas que resolveram mudar. E quando a favela ficou vazia tacamos fogo nos barracos.¹⁶²

Algumas outras favelas são citadas pelo entrevistado, mas em todas as menções que faz, os problemas das favelas se repetem. Demonstra a forma insalubre da habitação, mostrando que não havia condições das pessoas morarem nessas habitações, passando a imagem de que a preocupação com a saúde das pessoas também foi um dos pilares para a remoção dessas habitações, citando o caso das crianças que apareciam sempre com o rosto roído por ratos, ou o fato de as pessoas ficarem na miséria e na lama. Argumenta que a saída, a retirada das pessoas e colocação em casas populares foi uma medida humanitária.

A construção do Túnel Rebouças é mostrada como uma ideia do Marcos Tamoio, secretário de Obras, que viria, posteriormente, a ser prefeito do Rio de Janeiro depois da fusão de 1975. Tamoio propôs um projeto com a ideia de ligar a Zona Sul com a Zona Oeste através da construção deste túnel, diminuindo o trânsito sobre o centro do Rio de Janeiro. Esse projeto ficou anos parado na secretária de obras. Lacerda argumenta que somente um gestor, como ele, com visão de futuro poderia se dedicar a uma obra como essa:

Entre os competentes estava realmente o Tamoio, que fez especialização em túneis. E um dia me chegou com uma ideia. Disse: “quer fazer uma grande obra? Existe um projeto há não se quantos anos, para ligar a Zona Sul com a Zona Norte sem passar pelo Centro, furando um túnel.”

Então procurei o DER (Departamento de Estradas e Rodagem) e quis convencer que o diretor de um

¹⁶² LACERDA, Carlos. **Op. cit.**, p. 233.

Departamento de Estrada e Rodagem numa cidade-Estado tem que fazer obra urbana também. O diretor não se convenceu; tive que demiti-lo e substituí-lo por um outro que se convencesse. Então incumbi o DER, que tinha verba, de começar o túnel. E o Túnel Rebouças, somando os dois lados e somadas as duas seções, que são interrompidas ali no Cosme Velho, é do tamanho do túnel sob o Mont-Blanc, que foi feito pela Itália e pela Suíça juntas. E nós o fizemos apenas com o dinheiro do Estado da Guanabara. E se não fosse o Túnel Rebouças, não sei o que seria o trânsito no Rio de Janeiro, porque até então tudo passava pelo Centro.¹⁶³

O investimento é mencionado por Lacerda para mostrar que a sua administração era organizada e competente o suficiente para construir um túnel. Afirma que na Europa houve a necessidade de dois países para construir, o que somente a Guanabara fez. Com isso, Lacerda pretende demonstrar sua capacidade administrativa e como ele era capaz de colocar em prática diversas obras. Pretendia afirmar que, ao chegar a presidência, que sempre foi seu sonho - ou até como ele entendia seu direito -, poderia fazer muito pelo país.

Fechando a parte da entrevista sobre seu governo Lacerda cita a felicidade que sentiu ao conseguir realizar mudanças importantes na cidade e de conseguir servir ao povo da Guanabara com obras necessárias para o seu dia-a-dia. Finaliza a parte de seu governo usando para isso a construção de uma imagem muito importante para o jogo político, a imagem do homem que não coloca suas ambições pessoais em primeiro lugar e sim, as do povo. Mostra-se, assim, como o primeiro servidor e também aquele capaz de influenciar as pessoas com quem trabalha. Lacerda afirma que, com esse espírito contagiante, formava uma “aura” diferenciada dos outros governos:

(...) volto a dizer que gostaria de concluir essa parte da qual fica ainda muito por dizer (...), afirmando que aquele período foi marcado por uma filosofia, um espírito, uma ideia de governo. Foi sobretudo a ideia de que de certo modo era nova no Brasil. Muito gente falou nisso antes: o Rui Barbosa, meu pai, muitos outros, evidentemente. Mas nenhum deles teve oportunidade de realizar o que

¹⁶³ Ibidem, p. 234.

pregava. Esse governo com que sonhou tanta gente, tive a oportunidade de realizar.

Ouçó falar muito bem de certos governos, inclusive o do Jânio e o do Carvalho Pinto, porque realizaram obras e fizeram coisas. Não foi privilégio do nosso governo na Guanabara fazer obras, mas não foram as obras que marcaram esse governo. Foi a ideia de sacrifício; foi a ideia de poder como doação e não como apropriação; ideia esta de cada um de nós, com algumas exceções evidentemente. Criou-se um espírito de equipe; criou-se uma mentalidade de que cada um de nós tinha uma missão a realizar; missão não no sentido místico, mas no sentido prático: a ideia de ganhar o tempo perdido, a ideia de não desperdiçar o tempo que tínhamos pela frente.¹⁶⁴

3.2. Um tema em destaque na autobiografia: a Frente Ampla

O movimento político conhecido como Frente Ampla foi liderado pelo civil Carlos Lacerda e contou com a adesão de dois de seus maiores inimigos políticos Juscelino e João Goulart. Consideramos muito importante a análise da visão de Carlos Lacerda, em sua autobiografia, sobre o que era o movimento e sobre como ele seria possível, pois essa narrativa é parte destacada de seu processo de autoconstrução.

Este movimento político ficou por vezes incoerente perante as atitudes políticas de Carlos Lacerda, pois ele foi o principal líder civil opositor durante o governo das duas lideranças com as quais se associou para construir a Frente Ampla. Segundo Lacerda, o movimento busca a redemocratização do país, a saída dos militares do poder e a volta do poder aos civis. Com estes objetivos, Lacerda ia contra o governo que havia ajudado a construir, na base dos princípios e ideias, relacionadas à intervenção no governo Federal e a retirada da vida pública de pessoas ligadas ao comunismo. Como o próprio nome diz, uma Frente Ampla visava, segundo Carlos Lacerda, unir, perante a sociedade, todas as correntes de pensamento, para mostrar aos militares que eles já não possuíam apoio da população para continuar no poder no Brasil.

Essa junção de ideias pode ser vista no momento em que Carlos Lacerda forma uma aliança com Juscelino Kubitschek e João Goulart, seus principais rivais e também

¹⁶⁴ Ibidem, p. 235.

busca apoio político de Dom Helder Câmara, para conseguir unir o maior número de pessoas e lideranças e, com isso, pressionar os militares. O documento assinado, primeiramente por Lacerda, e depois pelos outros líderes, “(...) defendia eleições livres e diretas, a reforma partidária e institucional, a retomada do desenvolvimento econômico e a adoção de uma política externa soberana.”¹⁶⁵

Sendo o principal líder com direito político ainda garantido, muitas questões podem ser levantadas em razão deste fato. Lacerda poderia ser o único a ser beneficiado caso o movimento da Frente Ampla fosse realmente forte e pudesse pressionar os militares, pois com seus direitos garantidos e pelo fato de seus adversários de antes já terem tido seus direitos políticos cassados não há como afirmar que ele não seria beneficiado caso houvesse uma eleição civil para a Presidência da República no Brasil.

Por outro lado, defende Claudio Lacerda na introdução d’*O Depoimento*, num claro processo de construção de uma imagem corajosa para o tio, Carlos Lacerda poderia ser também o único prejudicado, pois, não havia mais nada a ser feito com os exilados Juscelino Kubitschek e João Goulart. Eles já estavam fora da vida política brasileira, não tinham seus direitos políticos, não havia previsão para voltarem à cena nacional, pois ainda era início do novo Regime implementado em 1964 e acabavam de ter perdido os direitos políticos e viviam em outros países, logo, o principal alvo de qualquer repressão ao movimento da Frente Ampla só poderia mesmo acabar por, ou cassar Carlos Lacerda ou colocá-lo em uma prisão.

Em sua autobiografia, Carlos Lacerda evidencia importantes aspectos a respeito da Frente Ampla. Inicia demonstrando que as pessoas não compreenderam bem a junção de três líderes que haviam se desentendido seriamente por problemas políticos brasileiros e se juntado contra o Regime Civil-Militar. Afirma que os militares usavam a justificativa de terem tomado o poder em função do grau em que os problemas chegaram no país, até mesmo com a quebra da hierarquia militar, com o excessivo

¹⁶⁵ [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/Exilio/Articulacao da oposicao](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/Exilio/Articulacao_da_oposicao) Sérgio Lamairão. Acessado em 13-10-2012.

número de greves, a legislação rural, as Ligas Camponesas¹⁶⁶, e o embate sobre as Reformas de Base e Reforma Agrária.

Mas o interessante é notar que Lacerda não analisa o movimento, ele analisa o contexto do movimento, ele fala mais sobre como foi gerada a Frente Ampla não sobre as diretrizes defendidas pelos envolvidos:

A reação no meio militar foi perplexidade, mas não foi de hostilidade no começo. Aí é que eu queria chegar. Uns poucos entenderam. Outros queriam entender. Então vários, inclusive, me procuraram e perguntaram: "Escuta, por que você fez isso?" eu disse: porque vocês fizeram aquilo.¹⁶⁷

Bom, voltei para o Rio – claro, que debaixo de pau de todo lado – e a verdade verdadeira é que a maior parte dos amigos políticos e a maior parte da UDN e dos eleitores não entendeu nada. E o Estado de São Paulo só não rompeu comigo por causa da amizade que o Julinho tinha por mim. Então os editoriais que ele escreveu eram cheios de orações intercaladas, como: "é uma coisa inconcebível! Virgula. Embora o Sr. Carlos Lacerda seja um patriota, não sei o quê, virgula, mas é um negócio tal..." Quer dizer: fazendo sempre a ressalva para me poupar, mas pau na Frente Ampla. Quer dizer então eu não tinha apoio de lado nenhum. Não tinha como explicar no rádio e televisão porque não tinha acesso. E O Globo esse jornal eminentemente revolucionário, evidentemente envenenando tudo.¹⁶⁸

Nas palavras de Lacerda, a explicação para o início do movimento cabe à sugestão de Renato Archer¹⁶⁹, de um entendimento com Juscelino Kubistchek. Lacerda responde que já havia tentado o entendimento antes do Golpe Civil-Militar com Juscelino para garantir a eleição, e diz não saber se Juscelino estava mesmo disposto a

¹⁶⁶ As Ligas surgiram no final de 1955 contra a expulsão dos camponeses de suas terras, a elevação do preço dos arrendamentos e a prática do "cambão", pela qual o colono deveria trabalhar um dia por semana de graça para o dono da terra. Com a liderança do Deputado Federal Francisco Julião houve uma política de organização mais centralizada e sedes nas principais capitais ou núcleos urbanos mais importantes.

¹⁶⁷ LACERDA, Carlos. **Op. cit.**, p. 381. Lacerda refere-se ao fato de montar a Frente Ampla e sobre o movimento Civil-Militar 1964 onde as liberdades foram sendo cerceadas desde o primeiro AI-1.

¹⁶⁸ Loc. cit.

¹⁶⁹ Deputado pelo MDB e ex-PSD.

ter esse encontro com ele. Porém afirma que se JK tivesse essa vontade iria ter esse encontro e vai a Lisboa para conversar com o ex-presidente.

Bom, mas eu já tinha proposto ao Juscelino me entender com ele antes para evitar isso tudo. E Perguntei: “Mas como o Juscelino receberia isso?” e ele: “Pois é, exatamente isso que estou lhe falando: ele receberia de braços abertos porque ele está convencido da necessidade disso”.

Aí fomos para Lisboa onde Juscelino estava exilado. Ele tinha um apartamento na Rua Antônio Augusto de Aguiar. Quando entrei, quem me recebeu foi D. Sara, que aliás sempre foi gentilíssima comigo. E ela me recebeu assim como quem recebe um velho amigo. (...)

(...)Bom, aí aparece o Juscelino. Tivemos uma conversa muito séria e de bom gosto. Não houve derramamento nem cenas emocionantes. Conversamos como gente, a partir dos fatos, da realidade.¹⁷⁰

No encontro Lacerda revela que eles tiveram discussões sobre os problemas do Brasil, não ficaram trocando desculpas pelos atos passados ou mesmo tentando entender um ao outro. Passaram a discussão do panorama nacional e da necessidade de união entre eles para combater um fato já consumado – nas palavras de Lacerda, a Revolução -, e que o político Juscelino que sofreu com ela aceitando-a e lutando para dar ao país uma base legal, uma ordem jurídica nova e válida. Incumbido de escrever o manifesto por Juscelino Kubitschek, Lacerda diz ter escrito o esboço do mesmo na noite do encontro com o ex-presidente que, em posterior leitura, acabou por pedir para Carlos Lacerda atenuar dois ou três pontos do manifesto sob o argumento de que não convinha a provocação ao Regime Civil-Militar.

Interessante do relato de Carlos Lacerda é como ele descreve a personalidade de Juscelino durante a autobiografia. Não há críticas à personalidade do antigo rival, há, até mesmo, um estranho reconhecimento de qualidades no outro. Qualidades essas que acabam também por comprovar que mesmo quando não é totalmente amável Juscelino é descrito como alguém que não guarda ódio, não guarda rancores. Lacerda destaca ainda

¹⁷⁰ LACERDA, Carlos. **Op. cit.**, p. 379.

o fato de João Goulart não ter retirado os comunistas de seu governo e, com essa atitude, ter permitido o golpe Civil-Militar. Insinuava também que a Frente Ampla era quase que uma sugestão do próprio Juscelino:

Juscelino foi, sem dúvida, um dos homens mais simpáticos que já encontrei na vida. Fazer oposição ao Juscelino só tinha uma dificuldade, porque motivos não faltavam. Só tinha uma dificuldade: era a simpatia pessoal dele, que era irresistível. E ele era realmente um homem sem ódios. Essa qualidade ele tinha. Eu diria até demais. Era um homem incapaz de rancores. Eu nunca o vi se referir assim... com certo desprezo, sim a alguns. Mas também muito por alto. Ele parecia um sujeito muito feliz com a vida, compreende? Ele achava, por exemplo, que tinha acontecido na vida dele tanta coisa boa que tomava tudo para o lado bom.¹⁷¹

Por fim, ainda relatando a conversa com o ex-presidente, Carlos Lacerda mostra a preocupação de Juscelino acerca do entendimento sobre a movimentação de ambos, sobre a aliança que estavam selando com a assinatura daquele manifesto, pois como eram rivais era previsível o espanto da população, dos correligionários e até mesmo das Forças Armadas brasileiras:

Enfim, foi uma conversa sem grande eloquência, sem retórica, mas pusemos o negócio, realmente, na seguinte base: não sou seu inimigo pessoal, e se já alguma inimizade, é resultante de uma divergência profunda em torno do mesmo país, em torno do mesmo povo. O senhor achava que devia levar o povo de um jeito e eu achava que devia levar o povo de outro jeito. Ora, se a gente briga por causa disso, a gente pode fazer as pazes pela mesma razão. E não é a primeira vez, nem no Brasil nem no mundo, que os inimigos políticos, pela mesma razão que se tornam inimigos, se tornam aliados. E Deus me livre se os brasileiros amanhã não pudessem se entender porque se desentenderam um dia. A história do Brasil, toda, é feita de desentendimentos e de entendimentos.

Mas é claro nessa altura ele estava preparado, embora me dissesse, como disse: “eu tenho do meu lado resistências a esse entendimento. Agora, você vai ter resistências muito

¹⁷¹ Ibidem, p. 380.

maiores. Você está preparado para isso?” Disse: “Claro que estou. Sei o que estou fazendo. Agora não sei se vou conseguir explicar o que estou fazendo, porque não tenho como”.¹⁷²

Depois de acertar a aliança com Juscelino Kubitschek, Carlos Lacerda prepara também a aliança com João Goulart, essa aliança seria necessária, pois, Juscelino tinha o apoio do PSD e seu lado mais conservador. Porém, Lacerda afirma que sua ideia era formar uma aliança ampla com diversos setores da sociedade, e por isso não podia deixar de incluir a figura de João Goulart e tudo aquilo que ele representava, tanto os trabalhadores como o principal herdeiro do getulismo. Mesmo sendo inimigo seu inimigo político, João Goulart era uma personalidade que possuía envergadura nacional e para formar um movimento forte havia a necessidade de que ele participasse nessa empreitada. Os trabalhadores ainda estavam junto com PTB, aquele mesmo que defendia a Reforma de Base, que juntou-se no Comício da Central, que procurava as reformas com manifestações e greves.

Em sua entrevista, Carlos Lacerda diz ter sido um erro, seu principal erro ter encontrado com João Goulart em Montevideu. Segundo Lacerda, João Goulart aceitou participar da Frente Ampla, conversou sobre os problemas nacionais, mas isso gerou uma incompreensão ainda maior do que a aliança com Juscelino. Como João Goulart era a representação de toda a linha de pensamento contra a qual Lacerda havia lutado por anos no Brasil, a aliança com essa figura política, apesar de ser necessária para os objetivos da Frente Ampla, não era, em momento algum, compreendida pela grande maioria do eleitorado de Carlos Lacerda, nem pelos representantes do Movimento de 1964, que tinham tirado Jango da vida pública. Em seu relato fica clara a maior dificuldade de conseguir conversar com Jango, posto que os ataques de parte a parte eram algo, até mesmo pessoal. Carlos Lacerda sempre fora acusado de ser o assassino do ex-presidente Getúlio Vargas e João Goulart era o herdeiro político do mesmo, representava tudo o que Lacerda lutou contra e que achou ter vencido no episódio de 24 de agosto de 1954. Lacerda narra o episódio,

¹⁷² Ibidem, p. 382.

*Ele me recebeu muito cortês. Tivemos uma primeira conversa sobre a viagem, depois contei a conversa que tinha tido com o Juscelino – que achei que devia contar – e disse: “olha, presidente, eu achei, em primeiro lugar, que não seria digno de minha parte eu me aproximar do Juscelino e não me aproximar do senhor, apesar de que, realmente, as coisas que nos afastam sejam maiores, inclusive em termos pessoais. Eu o feri muito, mas o senhor também me feriu. Mas acho que o senhor representa uma corrente no Brasil, e o que me interessa é isto: trazer essa corrente, através do senhor, para um entendimento nacional”.*¹⁷³

O entendimento sobre como deveria ser a Frente Ampla pode ser visto nas páginas seguintes, nas quais Lacerda continua seu relato para os jornalistas comentando sobre alguns ocorridos na época em que era governador da Guanabara e João Goulart presidente da República, como a compra da Companhia Telefônica pelo Governo Federal¹⁷⁴, visando acabar com a expropriação do governo Estadual da Guanabara. Os problemas são debatidos por Carlos Lacerda passando a suposição de que com um diálogo mais aberto entre as diferentes forças políticas nacionais poderia o Brasil não ter caminhado ao Movimento Civil-Militar de 1964. Com isso, deixa claro que a movimentação dos líderes das diversas correntes de opinião unidas poderia de alguma forma gerar a normalização do país:

Nós queremos fazer um movimento de congraçamento nacional que comece, exatamente, pela área mais difícil, pela área das lideranças. Então, na hora em que nós dermos o exemplo de que somos capazes de nos apertar as mãos, de nos entender em torno da volta do país, não à situação anterior, mas a uma situação futura, sair desse buraco em que ele caiu, desse impasse, e partir para um regime realmente democrático, em que nós possamos ter os nossos partidos e divergir, mas divergir civilizadamente, democraticamente, e não naquele clima em que estávamos.

¹⁷³ Ibidem, p. 384.

¹⁷⁴ Durante o Governo de Carlos Lacerda ele lança a CETEL, que era a companhia de telefones da Guanabara e tenta estatizar a Telefônica do Rio de Janeiro.

*Nós poderíamos, realmente, conseguir que o povo entendesse. Agora, devo dizer que vai ser muito difícil, porque estamos sem acesso ao povo.*¹⁷⁵

No manifestado assinado posteriormente, pelas três grandes lideranças brasileiras, o programa é o já relatado anteriormente, a volta a normalidade democrática, a volta de eleições. Carlos Lacerda considera a Frente Ampla, como um movimento incompreendido pelas pessoas, que não conseguiram visualizar a necessidade de unidade em torno da luta contra a ruptura democrática de 1964. Ao relatar o encontro com Juscelino Kubistchek e João Goulart ele ainda faz uma análise sobre a assinatura do documento, falando ser uma vitória política importante, colocar dois ex-presidentes cassados em seus direitos políticos para assinar um manifesto. Destaca que o documento era um manifesto da união nacional, elaborado com o objetivo de pensar no futuro do país, uma forma de conseguir retirar o poder dos militares e de dar continuidade ao jogo democrático.

Entretanto o governo não aceitou muito bem a assinatura desse manifesto e posteriormente com a portaria nº 177 proibiu a Frente Ampla e depois do AI-5, Carlos Lacerda foi finalmente cassado em seus direitos políticos, juntando-se a inúmeros correligionários e também aos dois ex-presidentes que com ele haviam participado da Frente Ampla.

Lacerda deixou poucos registros sobre a sua própria cassação. No entanto, um bilhete dele para Mauro Magalhães – incluído no livro deste último, *Carlos Lacerda, sonhador pragmático* – evidencia sua opinião sobre a cassação de ambos. O bilhete era datado de 30 de abril de 1969, aniversário de Lacerda. Dizia ele:

Meu caro Mauro:

Afinal liberto de compromisso imediato com o povo, você poderá cuidar de sua família e conviver, livre e desembaraçado, com seus amigos. Este é o benefício da sua cassação. Quanto aos efeitos maléficos, são piores para os outros, os cassadores, do que para você. E pior, também, para o Brasil, pois fica assim provado que a

¹⁷⁵ LACERDA, Carlos. **Op. cit.**, p. 386.

honestidade, a fidelidade, a coragem, são crimes punidos pelas autoridades que, mais do que todas, por sua origem militar, deveriam prezar e preservar tais atributos. A injustiça só diminui o injusto, não a vítima. Essa cresce e avulta na planície. Você sai maior do que ao entrar na vida pública. Pode ser que a ela volte. Enquanto isso não ocorrer, fique certo de que deixou um exemplo. Um abraço do Carlos.¹⁷⁶

Com esse breve bilhete, Lacerda mostra a sua opinião sobre a sua própria cassação e a do amigo e ex-líder da Assembleia Legislativa no tempo de governo da Guanabara. Afastado da vida pública não restava outra alternativa que não recolher-se a família e amigos. Carlos Lacerda foi dedicou-se, então, a escrever livros e montar uma editora, a Nova Fronteira.

¹⁷⁶ MAGALHÃES, Mauro. **Carlos Lacerda: o sonhador pragmático**. 3 ed. Editora N/D. pág. 379.

Capítulo 4

O Carlos Lacerda construído por John W. F. Dulles

Este capítulo apresenta a mais importante biografia escrita sobre Carlos Lacerda - *Carlos Lacerda: a vida de um lutador. Vol. 1 e 2* -, de autoria de John W. F. Dulles, publicada, em primeira edição, em 1992, pela Editora Nova Fronteira¹⁷⁷.

John W. F. Dulles é um dos mais importantes brasilianistas, juntamente com Thomas Skidmore e Robert Levine. Dulles não era historiador de ofício, era engenheiro metalúrgico tendo trabalhado em Minas Gerais. Porém, escreveu diversos livros sobre a história política brasileira. Entretanto, somente em 1967, quando escreveu a biografia de Getulio Vargas, foi reconhecido como brasilianista. Posteriormente, tornou-se professor da Universidade do Texas e publicou diversos livros sobre história política brasileira, como *Unrest in Brazil, 1970, Anarquistas e Comunistas, 1973*, e a biografia do Presidente Castelo Branco, *1978-1980*.

Em seu prólogo à biografia de Carlos Lacerda, Dulles expõe sua surpresa ao ter sido solicitado pelo biografado para ser o autor do relato de sua trajetória e traça em poucas folhas o que significou, para ele, o desafio de ter de escrever sobre um dos personagens mais marcantes da história recente do país. Ao iniciar seu prólogo, reconhece existir dois Carlos, o jornalista agressivo atrás da máquina de escrever que não poupava a ninguém com sua capacidade de atacar todos aqueles que julgava errados em algum momento da vida política brasileira, e o conversador agradável e compreensivo¹⁷⁸. Porém em seu texto, Dulles ressalta a opção por um Lacerda íntimo, conhecido por poucos e do qual ele desfrutava da amizade. Nos dizeres do autor:

Foi este último que cheguei a conhecer, afável e interessante. As descrições de situações em que ele se encontrava metido eram temperadas com um senso de humor, regado a sátira, que eu considerava encantador. Se Lacerda, em suas colunas, não mostrava nenhum

¹⁷⁷ As edições com as quais trabalhei nesta dissertação foram: DULLES, John W. F. **Carlos Lacerda: a vida de um lutador**. Tradução Vanda Mena Barreto de Andrade. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1992; DULLES, John W. F. **Carlos Lacerda: a vida de um lutador, 2: 1960-1977**. Tradução Daphe F. Roger. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 2000.

¹⁷⁸ DULLES, John W. F. **Op. cit.**, p.1.

comedimento ao apontar as falhas de figuras políticas, no decorrer de nossas conversas eu passava a conhecer idiosincrasias pitorescas, apresentadas às vezes com certo carinho, sobre essas figuras. Em termos de deixar passar as deficiências dos outros, Carlos chegou ao máximo ao me surpreender pedindo-me que escrevesse sua biografia.¹⁷⁹

Para escrever esta biografia, Dulles contou com a ajuda da Fundação Andrew W. Mellon e do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade do Texas. Utilizou diversos tipos de documentos, tais como: cartas que estavam em poder da família Lacerda, documentos encontrados na Universidade de Brasília (UNB) e na coleção Walter Cunto (arquivo que se encontra hoje no Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro). Com acesso a toda essa documentação e aos familiares de Carlos Lacerda, o autor desenvolveu seu trabalho dando mais atenção a política, uma vez que era a face mais conhecida de Lacerda, mas ao mesmo tempo teve a possibilidade de unir ao relato fases de sua vida íntima, bem como formas de pensar de seus familiares para montar um mosaico, que é a história da vida de todas as pessoas, sabendo sempre ter diversas interpretações para a mesma ação.

Dulles trabalha segundo a ótica da “justaposição cronológica”¹⁸⁰ de fatos, buscando demonstrar que Carlos Lacerda foi preparado desde a juventude para ter um papel de destaque na vida política, como se sua trajetória fosse uma constância de fatos e aprendizados para o triunfo final. É uma biografia escrita sob o signo do fatalismo, como analisado por Bourdieu quando fala sobre a busca da identidade do personagem:

*(...) essa identidade prática somente se entrega à intuição na inesgotável série de suas manifestações sucessivas, de modo que a única maneira de apreendê-la como tal consiste talvez em tentar recuperá-la **na unidade** [grifo meu] de um relato totalizante (como autorizam a fazê-lo*

¹⁷⁹ Loc. cit.

¹⁸⁰ Utilizei esta expressão para definir que o autor trabalha com a cronologia e trata a vida de Carlos Lacerda como uma trajetória linear, na qual o biografado nasce, desenvolve-se e morre e todas as suas atitudes políticas podem ser demonstradas e explicadas pela sua finalidade última. Bourdieu critica esta forma de narrar as histórias de vida no texto: BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: M.M. FERREIRA e J. AMADO (orgs). **Usos e Abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 200.

as diferentes formas, mais ou menos institucionalizadas, do “falar de si”, confidências, etc.)¹⁸¹

Para melhor explicar esta escolha de Dulles, recorro mais uma vez a Bourdieu, quando este critica a escolha metodológica frequentemente realizada pelos biógrafos de criar uma padronização para os relatos de vida ou uma criação artificial do sentido. No artigo *Ilusão Biográfica*, já citado, Pierre Bourdieu alerta que a trajetória cronológica da vida difere da escrita da história, criticando a ideia da linearidade de uma vida relatada a partir de um objetivo prévio numa sequência que siga um caminho, uma estrada, uma carreira, uma passagem unidimensional que acaba por ter um início, um meio e um fim. Nesta forma de contar a história, segundo Bourdieu, o “projeto original”, na expressão de Sartre, acaba por ter uma “intenção” subjetiva e objetiva dentro do relato, posto que a narrativa começa, desde o início, a caracterizar a pessoa com os implícitos “já”, “desde então”, “desde pequeno”, mostrando uma vida organizada com uma sucessão de acontecimentos e com uma história que transcorre de forma lógica e cronológica, mesmo que os fatos não tenham ocorrido desta forma. Assim, os acontecimentos são organizados para dar um aspecto inteligível ao relato, dando *sentido da existência narrada, estabelecendo uma finalidade* para cada ato da narrativa, criando de forma artificial esta estrutura cronológica e lógica. Afirma Bourdieu:

O relato, seja ele biográfico ou autobiográfico, como o do investigado que “se entrega” a um investigador, propõe acontecimentos que, sem terem se desenrolado sempre em sua estrita sucessão cronológica (quem já coligiu histórias de vida sabe que os investigados perdem constantemente o fio da estrita sucessão do calendário), tendem ou pretendem organizar-se em sequências ordenadas segundo relações inteligíveis. O sujeito e o objeto da biografia (o investigador e o investigado) têm de certa forma o mesmo interesse em aceitar o postulado do sentido da existência narrada.¹⁸²

¹⁸¹ Ibidem, p. 186.

¹⁸² Ibidem, p. 184.

Segundo Bourdieu, o próprio romance moderno renuncia a ideia de linearidade em suas narrativas. Faulkner, em *O Som e a Fúria*, e Shakespeare, em *Macbeth*, criaram histórias com idas e vindas, ressaltando as contradições e criando uma *ilusão retórica* como alerta Robbe-Grillet ao declarar,

*o romance moderno existe depois da descoberta em que o real não é contínuo, formado por elementos justapostos sem razão, todos eles únicos e tanto mais difíceis de serem apreendidos porque surgem de modo incessantemente imprevisível, fora de propósito, aleatório*¹⁸³.

A identificação do biografado é uma parte também importante desta ilusão que Bourdieu nos apresenta, pois trabalha a ideia de que a única coisa que acaba por ser única é a capacidade de identificação civil. Dentro de diversos campos, onde as mais diversas interações ocorrem, o que acaba por definir o indivíduo é a sua identidade e o fundamento da unidade de suas ações.

Este autor denomina de *ilusão biográfica*, a tentativa que esse tipo de escrita promove de elaborar uma linearidade romântica que procura dar um sentido a história de vida contada. Buscando construir uma legitimidade para os acontecimentos e uma justificativa para as ações, a narrativa biográfica cria, através de uma narrativa lógica, um “ (...) encaminhamento, isto é, um caminho que deve ser percorrido, um trajeto, uma corrida, um *curso*, uma passagem, uma viagem, um percurso orientado...”¹⁸⁴. Bourdieu demonstra, assim, que é possível, por meio da narrativa, estabelecer um caminho linear para elaborar uma bela história de vida. Porém, o autor denuncia que esse tipo de narrativa e afirma que ela não permite a compreensão de uma trajetória. Segundo ele, a vida tem um sentido mais complexo do que o simples relato linear. Cada ação, ou mesmo seu objetivo, é permeada por inúmeras causas e logicamente pela quebra da linearidade na sucessão dos acontecimentos. Por isso, a narrativa biográfica é feita na busca de dar sentido ao relato, na tentativa de em que o sujeito da investigação e o investigado tentem estabelecer linearidades na existência de vida do narrado, dando a

¹⁸³ ROBBE-GRILLET, Allain. apud Bourdieu, P. **Op. cit.**, p. 185.

¹⁸⁴ BOURDIEU, Pierre. **Op. cit.**, p. 183.

sensação de inteligibilidade necessária para despertar o interesse dos leitores naquele material, o que ele chama de empreendimento biográfico. Assim sendo, estabelece-se um sentido artificialmente criado, devido a necessidade de dar coerência, levando a uma instituição de causas, ligadas aos fins e a intenção global de *acontecimentos significativos*. E conclui Bourdieu:

*Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja confrontar-se com uma ilusão retórica*¹⁸⁵.

Bourdieu denuncia a estrutura do romance para a biografia. Segundo ele é necessário se perceber a descontinuidade no contar a história de vida. O biógrafo deve notar também a dificuldade da apreensão do sentido e a necessidade de trabalhar com o imprevisto, o aleatório, nos relatos de vida. Para suprir essa necessidade de ter sentido o que é feito, o biógrafo, frequentemente, desconhece essa crítica e aceita e se conforma com essa ilusão retórica, para estabelecer a totalidade através de uma parcialidade.

Para o melhor entendimento da parcialidade como totalidade Bourdieu destaca a questão da nomeação do objeto, sobre o nome próprio de cada pessoa, levando em consideração que esta marcação constrói uma especificidade do objeto e permite, através do nome próprio e do sobrenome, elaborar uma individualização do objeto de estudo como a identidade social. Isso permite a totalização do mesmo através desta forma arbitrária de classificação e constrói uma separação entre o biografado e os outros, com outras propriedades biológicas¹⁸⁶. O nome próprio, segundo ele, é o que permite a instituição do ser, do indivíduo, da forma como essa pessoa irá relacionar-se com a totalidade e também o que marca o início da vida, através das certidões e dos papéis necessários a instituição da lei civil. Logo é a marca indelével da vida daquela pessoa e a biografia tenta utilizar essa cronologia de papéis para poder contar a história de forma também cronológica, no sentido de inteligibilidade.

¹⁸⁵ Ibidem, p. 185.

¹⁸⁶ Ibidem, p. 187.

Bourdieu lembra ainda do processo social no momento em que ele fala sobre a necessidade de estudar também outros indivíduos para com isso conseguir montar um conjunto de relações objetivas que insere o objeto de estudo. O biografado deve ser inserido no espaço social de suas ações para que não fique “solto no ar”, precisa ter uma *superfície social*. Isso é necessário para a rigorosa construção da trajetória estudada, devido a necessidade de demonstrar a *personalidade* do biografado em relação à sua atuação em diferentes campos¹⁸⁷.

Assim, para Bourdieu, as pessoas são mais complexas, pois são compostas por uma multiplicidade de características misturada a unidade de um nome próprio. Desta forma, ao desenvolver a narrativa, o nome é a única maneira de unificar, juntar e produzir o sentido de finalidade de suas ações. O acontecimento biográfico acontece com a comparação e contextualização dos deslocamentos e colocações do relatado, mostrando o seu posicionamento dentro de um campo e, desta forma, como ele pode interferir em relação a outros participantes. O conjunto de posições ocupadas por ele durante um período e num contexto evidencia sua ação como agente eficiente nos mesmos campos, advindo disto a sua importância para a narrativa e a justificava de seus atos.

Dulles parece enredar-se no que Bourdieu intitulou como “ilusão biográfica”, narrando a vida de Lacerda de forma linear e coerente. Para garantir a veracidade de seu relato utiliza muitos documentos com o objetivo de contar a história o mais fielmente possível, com riquezas de detalhes. Acredita o autor que os documentos “falam” por eles mesmos, não necessitando do exercício de reflexão por parte do historiador, sendo sua função somente contar o fato e mostrar os dados. Apesar desta forma tradicional de escrita biográfica, esta obra destaca-se como um importante relato da vida de Carlos Lacerda fixando, em grande medida, muito da imagem que se construiu sobre este indivíduo.

Considerando que o relato organizado por Dulles permanece sendo a principal referência nos estudos sobre Lacerda, destacamos de sua narrativa alguns aspectos que julgamos importante e que vem conformando a trajetória do político como ainda se lê.

¹⁸⁷ O campo político seria o local de disputa entre os políticos envolvidos na concorrência, nos programas, nos problemas e análises e essa disputa entre os envolvidos é o que irá determinar aqueles que são dominantes e dominados.

Dulles elabora um texto que “dá a ler” a trajetória de Lacerda e institui uma memória sobre ele.

4.1 Selecionando eventos e conformando uma memória sobre Lacerda

O primeiro evento que gostaríamos de destacar da seleção realizada por Dulles, é a escrita por Lacerda de um artigo sobre o Partido Comunista. Durante o final do ano de 1938, para a comemoração de um ano do Estado Novo, o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) encomendou ao *Observador Econômico e Financeiro*, revista na qual Carlos Lacerda trabalhava, uma matéria em relação à história do Partido Comunista Brasileiro. Olimpio Guilherme ao comentar sobre essa oportunidade com Lacerda acaba por não chamá-lo imediatamente para escrever a matéria, sendo notória neste momento a ligação dele com os comunistas. Entretanto, a possibilidade de alguém anticomunista escrever a matéria, leva Carlos Lacerda a aceitar escrevê-la depois de ter debatido com seus colegas comunistas sobre como deveria ou mesmo se deveria aceitar escrever essa missão. Ao escrever e ter ao mesmo tempo submetido a sua escrita aos líderes do PCB, acaba, no início de 1939, sendo acusado de ter causado a prisão e morte de diversas pessoas ligadas ao movimento comunista devido a seu artigo na revista. Dulles narra este evento da seguinte maneira:

O aviso aos simpatizantes era para ser levado a sério por todos que quisessem ser bem-vistos nos meios pró-comunistas. Amigos que Carlos via diariamente e se encontravam com ele em bares e restaurantes lhe viravam as costas e faziam comentários que desacreditavam a ele e Leticia. Luís Werneck de Casco, irmão de Moacir e advogado de Olga no processo contra Maurício, telefonou para ela na noite anterior a uma audiência marcada no tribunal para dizer-lhe que não estaria presente e que não mais seria seu advogado. “Não falo mais com o Carlos”, justificou ele.¹⁸⁸

Dulles evidencia, na trajetória de Lacerda, a questão da sua expulsão do Partido Comunista. O episódio ganha grande destaque, pois é utilizado sempre como um fato

¹⁸⁸ DULLES, John W. F. *Op. cit.*, p. 65. Carta escrita por Vera a Dulles em 14-07-1984.

que explica o anticomunismo de Lacerda durante toda a sua atuação política. Dessa forma, Dulles faz referência a questão de Lacerda ter tido dúvidas ao escrever o artigo:

Na época em que Carlos comentou esse assunto com seus amigos no apartamento de Wainer, pôde também informá-los que Guilherme tencionava chamar um escritor impetuosamente anticomunista para o trabalho, como Heitor Muniz ou Odete de Carvalho e Sousa. Durante a discussão sobre se o PCB estaria em melhor situação caso Carlos se encarregasse da matéria, Otávio Malta disse que consultaria a diretoria do partido. Alguns dias depois, Carlos foi avisado de que deveria aceitar o trabalho do Observador e utilizá-lo de modo a mostrar que o comunismo não representava perigo algum para o Brasil e que, portanto, as medidas de repressão eram desnecessárias.¹⁸⁹

Posteriormente à distribuição do artigo, Carlos Lacerda acaba expulso do Partido Comunista Brasileiro, expulso apesar de nunca ter pertencido ao mesmo¹⁹⁰, na formulação de Dulles. Entretanto, a forma de expulsão e as alegações para determinada expulsão acabaram por deixar Carlos Lacerda em uma situação muito difícil perante seus antigos amigos e mesmo perante a polícia.

Dulles trabalha com a justificativa da família. Entretanto, se para Dulles, depois de expulso, Carlos Lacerda passou a tentar a vida em outros empregos depois que saiu do *Observador* e assim, passou a ir muito a São Paulo, onde tentava arrumar um emprego para sair do Rio de Janeiro. Neste período suas amizades no Rio de Janeiro eram basicamente pessoas ligadas ao Partido Comunista, ou militantes do PCB, o que tornava inviável a sua permanência neste Estado, pois todos haviam sido proibidos de ter relação de amizade com ele.

Wainer, neste período, até mesmo o apoia, tendo-o contratado para trabalhar no periódico *Diretrizes*. Isso acabou gerando problemas com os escritores da Revista, o que o levou a demitir Carlos Lacerda dois meses depois de o ter convidado para cuidar

¹⁸⁹ Ibidem, p. 61.

¹⁹⁰ Ibidem, p. 63.

da seção literária e escrever críticas – mesmo Carlos Lacerda tenha anteriormente escrito críticas aos trabalhos de esquerdistas notórios¹⁹¹.

Outro tema importante na narrativa elaborada por Dulles é a eleição presidencial de 1960. Durante a eleição presidencial de 1960, Carlos Lacerda foi um dos principais suportes da candidatura de Jânio Quadros, passando mesmo por cima de correligionários ao apoiar o candidato do Partido Trabalhista Nacional. Lacerda nutria a esperança de suceder Jânio Quadros no momento em que pudesse concorrer a presidente já nas eleições de 1965¹⁹². Dulles considera que Lacerda passa a apoiar Jânio, primeiramente por considerar que a força política do candidato era algo incontrolável e também pela vontade de sucedê-lo numa futura disputa a presidência da República. A outra opção - uma aliança entre Juraci Magalhães e Juscelino -, não tinha espaço para tentar chegar a presidência, posto que o primeiro deveria apoiar o segundo para seu intento de voltar a presidência quatro anos depois, o que frustraria o sonho de Carlos Lacerda de chegar a presidência após o término de seu mandato como primeiro governador da Guanabara. Por esse motivo, durante a campanha para o Estado recém-criado, houve uma mudança de atitude de Lacerda, uma vez que, por já possuir a imagem de grande opositor, passou a construir a imagem de administrador, passando a debater sobre os problemas da Guanabara na sua candidatura sem polarizar o debate, posto que já era visto como um candidato conservador e já possuía suas bases de apoio consolidadas. O possível debate ideológico somente iria criar uma cisão que poderia atrapalhar a sua intenção de conquistar os votos das classes mais baixas que não faziam parte de seu eleitorado

Dulles destaca que, durante a campanha, Lacerda pôde contar com a “ajuda” da candidatura de Tenório Cavalcante, um apoio que acabou por tirar votos de seu principal opositor Sérgio Magalhães do PTB. Tenório Cavalcante possuía a mesma faixa de votos que o candidato do PTB e com isso, acabou por beneficiar Carlos Lacerda. O viés ideológico somente poderia prejudicar o candidato da UDN, a polarização gera o medo e também as camadas mais baixas da população não votam em Carlos Lacerda tido como reacionário ou conservador.

¹⁹¹ Loc. cit.

¹⁹² DULLES, John W. F. **Op. cit.**, p. 315.

Durante a campanha, como afirma Dulles, Carlos Lacerda foi um dos principais articuladores, pois a UDN não queria um candidato fora de suas fileiras. Em diversas oportunidades teve de defender a candidatura de Quadros perante as convenções da UDN, como em uma ocasião onde ao chegar à convenção do Palácio Tiradentes:

*Juraci, dirigindo-se aos delegados em seguida a Magalhães Pinto, afirmou que o partido havia alcançado êxito ao “crescer para vencer” e deveria escolher um candidato à Presidência de suas próprias fileiras e não alguém “que não pode sentir paixão pelas nossas cores”.*¹⁹³

Como a intenção de Juraci era candidatar-se para presidente e a cidade do Rio de Janeiro encontrava-se com vários cartazes apoiando sua indicação pela UDN. Lacerda encontrava-se em uma situação difícil por ser aquele que tentava impor aos correligionários uma candidatura de fora do partido. Então, acabou na mesma convenção a defender a candidatura de Jânio, sendo atacado por Aliomar Baleeiro, quando o mesmo afirmou que suas ideias provinham do fato de ele ser da UDN, em uma clara alusão ao fato de Lacerda defender a candidatura de um candidato não identificado completamente com o programa do partido. Candidatura esta que era primeiramente de Leandro Maciel, mas que acaba tendo em Milton Campos, político mineiro, seu destinatário final, uma vez que Maciel renuncia a sua candidatura a vice-presidente e a UDN encontra-se novamente na necessidade de indicar alguém de suas fileiras para concorrer ao cargo e novamente teve divergências, acabando por fim, como dito, a ser indicado Milton Campos. Na versão contada por John Dulles,

*“Jânio”, disse Lacerda, “me parece que você não quer se atrelar a uma só candidatura udenista à Vice-Presidência, não é isso?” “Talvez”, replicou Quadros, “mas não é só isso... Preciso de liberdade de movimentos.” “Não tenho”.*¹⁹⁴

¹⁹³ Ibidem, p. 334.

¹⁹⁴ Loc. cit.

Apesar de todas as confusões ocorridas entre as fileiras do partido, a UDN acabou por apoiar Jânio Quadros em sua vitória para a campanha presidencial. Não obstante inúmeras vezes ter renunciado à candidatura, chegou ao fim da campanha como vencedor de forma firme, com 48% dos votos em relação a 32% de Lott e 20% de Adhemar de Barros. A UDN oficializou seu apoio a Jânio Quadros por uma grande votação na Convenção quando o aprovou com 205 votos contra 83 dados a Juraci Magalhães.¹⁹⁵

A batalha travada por Carlos Lacerda em sua vontade de chegar a poder concorrer à presidência da República acabou por levá-lo a desenvolver sérios problemas com seu próprio partido, apesar de sua tese de vitória em relação à corrida presidencial ter-se mostrada acertada.

Dulles foca sua narrativa principalmente entre os incidentes ocorridos, entre a aceitação do nome de Quadros para a candidatura apoiada pela UDN e sobre todas as disputas internas ocorridas no período. Pauta seu texto no desgaste encontrado por Lacerda tanto com a renúncia de Quadros da candidatura em caráter irrevogável, como com seus correligionários, posto que, como já exposto, foi o principal articulador desta candidatura.

Quando Lacerda levantou-se para responder, a sala ressoou com vivas e vaias. Um deputado gritou: “É um monstro na tribuna!”, quanto outro acrescentou: “Parece a cachoeira de Paulo Afonso jorrando palavras!”. Depois de restaurada a ordem, Lacerda elogiou o slogan “Crescer para Vencer” mas disse que o crescimento deveria ser com o povo e não com Goulart ou Kubtischek. Afirmou que Quadros estava apresentando ao povo, pela primeira vez desde que este “reaprendeu a linguagem democrática”, um candidato de oposição com ficha administrativa magnífica.¹⁹⁶

¹⁹⁵ MENDONÇA, Marina Gusmão. **Op. cit.**, p. 232.

¹⁹⁶ *Ibidem*, p. 334.

Um grande exemplo deste desgaste é a interminável batalha entre Magalhães Pinto e Lacerda. Dulles destaca a interminável inimizade surgida entre os dois durante esse período de escolha presidencial. No trecho destacado abaixo, escrito por Dulles, aparece o grande desgaste entre Lacerda e Magalhães Pinto:

Lacerda não ficou calado antes de viajar. A imprensa chamou tanta atenção para a sua alegação de que a UDN estava infestada pelo espírito de “união nacional” que Magalhães Pinto escreveu para Lacerda em 21 de dezembro negando que a UDN houvesse falhado no seu papel de oposição. Não conseguia, escreveu, encontrar “fundamento para as divergências que, com tanta ênfase, proclama existirem entre nós. Imagine, Carlos, e se eu o acusasse de conspirar com o presidente da República contra o candidato do partido que você presidisse... E você tem dito isso de mim”. Num encontro com Magalhães Pinto, Lacerda disse-lhe “tudo o que sabia, tudo o que suspeitava e tudo o que pensava”, sem se intimidar com a chegada de Afonso Arinos que, sem o conhecimento de Lacerda, havia sido convidado por Magalhães Pinto. Lacerda disse a Magalhães Pinto que não podia mais confiar nele e que estava viajando para o exterior a fim de não criar uma crise na UDN que pudesse prejudicar a campanha de Quadros.¹⁹⁷

Esses episódios ilustram bem a forma de governo que, do ponto de vista de Dulles, estaria por surgir. Numa forma de pressionar os políticos a sua volta, Jânio sempre reclamava com Lacerda sobre as pressões que sofria, dizendo que “não poderia submeter-se a essa gente”¹⁹⁸.

Skidmore chega a caracterizar Jânio como um “corpo estranho” à política nacional, sendo o mesmo um político fora das representações políticas de então, com seu grande carisma, com sua atitude independente dos partidos políticos e sua eficiência administrativa e probidade:

¹⁹⁷ Ibidem, p. 349.

¹⁹⁸ Ibidem, p. 341.

Quadros entrou no cenário político como um corpo estranho, por excelência. Por não estar ele definitivamente identificado como um líder anti-Vargas (embora ninguém o considerasse jamais um getulista) foi visto como um tipo capaz de transcender as linhas estabelecidas do conflito. Isso pareceu, então, muito mais possível devido à sua bandeira eleitoral carismática.¹⁹⁹

A eleição de Jânio para a presidência da República demonstrou realmente que o candidato era um fenômeno eleitoral, pois obteve 48% de votos. No entanto, demonstrou também ser este um período conturbado da história nacional, uma vez que culminou com a renúncia do mesmo apenas sete meses após tomar posse em Brasília.

O governo de Jânio Quadros, como é do conhecimento de todos, foi um governo rápido, poderíamos até supor, inexpressivo, pois sete meses de governo não foram suficientes para implementar nenhuma grande modificação no panorama político nacional. É um governo mais lembrado pela renúncia e pelas peculiaridades do que propriamente por ter realizado algo em favor do Brasil. Até mesmo a política externa independente preconizada na campanha política só foi implementada realmente no governo posterior de João Goulart.

Boris Fausto e Skidmore relatam o período Jânio como um descompasso entre a esperança do novo e a surpresa da renúncia:

Pela primeira vez um presidente tomou posse em Brasília, encarnando as esperanças do futuro. Em menos de sete meses essas esperanças seriam desfeitas, com a renúncia que atiraria o país numa grave crise política. Jânio começou a governar de forma desconcertante. Ocupou-se de assuntos desproporcionais à importância do cargo que ocupava, como a proibição do lança-perfumes, do biquíni e das brigas de galo. No plano das medidas mais sérias, combinou iniciativas simpáticas à esquerda com medidas

¹⁹⁹ SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco. 1930 – 1964.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982 (7ª Ed.), p. 231.

*simpáticas aos conservadores. De algum modo, desagradava assim a ambos.*²⁰⁰

*Quadros possuía uma rara qualidade do carisma. Pela primeira vez desde 1945, um candidato desligado dos meios oficiais vencia uma eleição presidencial. Jânio, o outsider político, líder livre de alianças complicadas estava eleito.*²⁰¹

O desagrado comentado por Boris Fausto está relacionado à política externa independente, que contrariava os conservadores e o principal partido de oposição, que era a UDN, com seu principal porta-voz, Carlos Lacerda. Lacerda ia de encontro com as medidas do governo Jânio, mesmo tendo Afonso Arinos, também da UDN, como ministro do Exterior. Como relatam Fausto e Skidmore,

*Como presidente, provocou a fúria dos conservadores ao condecorar o companheiro de Fidel, Che Guevara, com a Ordem do Cruzeiro do Sul. Não havia nesse gesto qualquer intenção de demonstrar apoio ao comunismo. Ele simbolizava para o grande público a política externa independente que Jânio começara a pôr em prática. Essa política, colocada nas mãos insuspeitas do ministro do Exterior, Afonso Arinos de Melo Franco, consistia na busca de uma terceira via para o Brasil entre os dois grandes blocos, capitalista e comunista, em confronto.*²⁰²

*A ambivalência de Quadros, em relação aos mais ardentes colaboradores de sua campanha, tornou-se mais evidente no campo da política externa. O presidente com a irrestrita cooperação do seu Ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos de Melo Franco, levou o Brasil a uma “política externa independente”. Constituía esta a resposta àquilo que se tinha transformado numa tendência de guerra-fria no “terceiro mundo”.*²⁰³

²⁰⁰ BORIS, Fausto. **Op.cit.**, p. 438-439.

²⁰¹ SKIDMORE, Thomas E. **Op.cit.**, p. 237.

²⁰² FAUSTO, Boris. **Op.cit.**, p. 349.

²⁰³ SKIDMORE, Thomas E. **Op. cit.**, p. 245.

No período de abril até agosto de 1961, Carlos Lacerda passou a criticar a política externa do presidente, gerando uma série de conflitos entre os dois, o que foi amenizado, inicialmente, pelo ministro da Justiça, Pedroso Horta. Posteriormente, essa situação acabou gerando o desentendimento final entre os dois. O episódio é narrado por Dulles nos seguintes termos:

*Com a Invasão da Baía dos Porcos, em Cuba, e a falha nessa invasão patrocinada mesmo pelos EUA (Estados Unidos da América) e pela CIA (Central de Inteligência Americana), já tendo sido pressionado pelo enviado especial Adolf Berle para que o Brasil junto com os EUA promoverem uma ação interamericana contra Cuba na Organização dos Estados Americanos, nesta invasão, Quadros defendeu a autodeterminação dos povos, defendeu a liberdade do povo cubano, enquanto Lacerda defendia a ação dos EUA contra um tirado como Fidel Castro.*²⁰⁴

*Quando se deu a molagrada invasão de Cuba na baía dos Porcos em abril, Quadros citou princípios de autodeterminação e manifestou sua apreensão acerca da ameaça a Castro. Lacerda, por outro lado, saudou a invasão de Cuba “como o começo da libertação de um povo que foi traído pelo revolucionário transformado em tirano”. Fidel Castro, disse ele, ameaçava a paz e a liberdade das nações do continente “ao abrir as portas das Américas à infiltração comunista e à ocupação por elementos de vanguarda do imperialismo russo”.*²⁰⁵

Assim, Lacerda atacava a possibilidade de entrega do Brasil a URSS, pois detinha o pensamento de que Cuba só era comunista com a ajuda de Moscou, e com isso lança mais críticas a política implementada por Jânio Quadros:

Afonso Arinos convocado ao Congresso em maio para expor a política pró-Cuba do Brasil, pronunciou uma defesa que Lacerda declarou ter sido “talvez entendida

²⁰⁴ DULLES, John W. F. *Op. cit.*, vol. 2, p. 39.

²⁰⁵ *Ibidem*, p. 39.

*pelo presidente da República”, mas por nenhum dos amigos e companheiros do ministro do Exterior, “que estão tomados da mais justa inquietação, diante de uma política de evasivas, subterfúgios e sofismas. Não esperamos tantos anos para chegar ao governo e entregar o Brasil à Rússia sob pretexto de não entregá-lo aos Estados Unidos. Rejeito a tese de que a política exterior do Brasil é monopólio de um homem.”*²⁰⁶

Entretanto, ainda não havia ocorrido o rompimento entre o governador e o presidente. Segundo Dulles, esse desentendimento só iria agravar a situação, posto que Lacerda ainda carregava o descontentamento pela dificuldade da Guanabara receber os recursos financeiros do Governo Federal. Quando da mudança de sede ficou estabelecido na lei, redigida por San Tiago Dantas, que o governo iria manter um repasse de verbas para “indenizar” a Guanabara pela transferência, ajudando assim o novo Estado a implementar a sua própria infraestrutura. A junção desses descontentamentos com a reunião de 18 de agosto com Jânio Quadros, mais a conversa com o ministro da Justiça, Pedroso Horta, acabou por selar o rompimento entre essas duas figuras públicas brasileiras que haviam conseguido com a junção de seus esforços e características ganhar duas eleições, a de presidente da República e governador do mais novo estado federado, a Guanabara.

O dia 18 de agosto foi o momento mais dramático da aliança entre Carlos Lacerda e Jânio Quadros. Neste dia, ao chegar a Brasília para conferenciar com o presidente sobre as promessas de campanha, sobre a conduta do chefe da nação, sobre as verbas para a Guanabara, acabou convidado para assistir a um filme com o presidente e posteriormente convidado a ir conversar com o ministro da Justiça. Durante essa conversa, segundo Carlos Lacerda, como explicitado na obra de Dulles, a conversa foi em relação aos artigos escritos na *Tribuna da Imprensa* no período de 1954-1955, nos quais Carlos Lacerda defendia a adoção de um regime de exceção para o Brasil. Depreendendo a vontade de Jânio Quadros executar um golpe ao estilo do Estado Novo varguista, Lacerda recusou-se a entregar os artigos e ao mesmo tempo informou que iria renunciar ao governo da Guanabara. Argumentou sobre a falta de necessidade de

²⁰⁶ Ibidem, p. 43.

implementar medidas excepcionais para chegar a mudanças que poderiam ser feitas de formas democráticas, utilizando para isso meios próprios, afirmando que quem é eleito da forma como Jânio Quadros havia sido não precisava tentar nenhum golpe, até mesmo por ter apoio das Forças Armadas, segundo relato do próprio ministro da Justiça, e que, desta forma, não poderia compactuar com esta ideia.

O diálogo, extraído do livro de Marina Gusmão, ilustra bem a conversa envolvendo Lacerda e Horta:

Pedroso Horta:

Carlos, parece que você não entendeu bem. O Jânio acha que é impossível governar com o Congresso e pretende fazer uma reforma na Constituição que reforce o Poder Executivo de maneira que ele possa fazer umas reformas profundas no país.

Carlos Lacerda:

Não posso dar um cheque em branco a ninguém. Precisaria primeiro saber quais são essas reformas; segundo, não acredito que haja reformas no Brasil que não possam ser feitas pelo Congresso. Principalmente por um sujeito que ganhou as eleições da forma que ele ganhou, e que não só não tem a oposição das Forças Armadas, mas, como você acaba de me dizer, tem a concordância delas.

Pedroso Horta:

É... mas isso vai exigir umas certas providências muito enérgicas!

Lacerda:

Em suma, é uma espécie de Estado Novo que vocês querem fazer.

Pedro Horta:

Não. Digamos que seja aquele estado de exceção a que você se referiu nos seus artigos

Carlos Lacerda:

O presidente, evidentemente, evitou conversar comigo e mandou você. Mas não aceito intermediário para essa conversa. [...] Tenho duas posições a tomar: ou renuncio,

amanhã, ou vou hoje de manhã para o Rio denunciar ao país o que vocês estão fazendo.

No aspecto da motivação sobre a denúncia de Carlos Lacerda, Dulles defende o biografado de forma legalista, afirmando ter o mesmo elaborado uma nota para ser distribuída à imprensa sobre o direito constitucional de Jango assumir a presidência da República, o que seria considerado uma atitude madura do Brasil. Menciona também o telefonema para o governador da Bahia, mas afirma que neste telefonema apoiava a posse de João Goulart para presidência.

Segundo Dulles, Lacerda acabou por não emitir a nota, pois ficou sabendo do veto a posse de Goulart pelos militares.

A primeira reação de Lacerda foi tomar a atitude de que o Brasil deveria demonstrar a sua maturidade, aderindo à Constituição. Telefonou para Juracy Magalhães, dando apoio à posse de Goulart. Depois de obter com Raphael de Almeida Magalhães um exemplar da Constituição nacional, Lacerda preparou para a imprensa uma nota defendendo o direito de Goulart de assumir a Presidência. “Nós poderíamos vigiá-lo e combatê-lo”, se fosse preciso, explicou Lacerda mais tarde.²⁰⁷

Após a renúncia Jânio foi para São Paulo onde esperava a comoção popular, esperava ser reempossado como presidente, visando maiores poderes para implementar as “mudanças” referidas na conversa com o ministro da Justiça e Carlos Lacerda. Entretanto, não houve comoção popular, não houve pedido de reconsideração da renúncia, uma vez que esta não é para ser julgada politicamente por ser um ato unilateral. Quadros acabou por renunciar e sair da vida pública brasileira por um determinado período. Voltou posteriormente como prefeito de São Paulo, mas sem o brilho de antes. Mais uma vez é Boris Fausto que sintetiza o acontecimento:

²⁰⁷ Ibidem, p. 59.

Logo após renunciar Jânio partiu apressadamente de Brasília e desceu em São Paulo, no Aeroporto de Cumbica, que era então uma base militar. Aí recebeu um apelo de governadores dos Estados, entre os quais se encontravam Carvalho Pinto, de São Paulo, e Magalhães Pinto, de Minas Gerais, para que reconsiderasse seu gesto. Afora isso, não houve nenhuma outra ação significativa pelo retorno do presidente.²⁰⁸

A renúncia lançou o Brasil em um período conturbado e obscuro, pois somente com uma Emenda Constitucional foi possível ao vice-presidente eleito assumir o seu cargo. Mas mesmo ao assumir, chegou à presidência com os poderes diminuídos pelas novas regras constitucionais, pois o parlamentarismo estava sendo implementado no Brasil para limitar os poderes legítimos do vice-presidente, agora presidente do Brasil.

Durante esse período conturbado da história nacional, na disputa sobre a posse ou veto sobre a sucessão de Quadros, o apoio mais ostensivo recebido por João Goulart foi, sem dúvida, de seu cunhado Leonel Brizola, neste momento governador do Rio Grande do Sul. Nos dias posteriores ao veto militar, Brizola montou uma rede de rádios para conseguir burlar a censura oficial imposta pelos militares e por Mazzilli, onde através da Rádio Guaíba, Leonel Brizola defendia a manutenção da Constituição e o direito de seu cunhado assumir a presidência da República brasileira. Através de ondas curtas, seus discursos eram retransmitidos pelas rádios alcançando diversos outros Estados, numa ação que ficou conhecida como a “Campanha da Legalidade” ou “Rede da Legalidade”.

Os dias posteriores à renúncia foram de incertezas para todos os lados envolvidos no conflito. Enquanto os setores militares continuavam querendo o impedimento da posse de João Goulart, os políticos passaram a tentar conseguir que o vice-presidente assumisse o cargo deixado vago. Devido ao conflito, a ideia parlamentar de Raul Pilla, deputado pelo PL do Rio Grande do Sul, passou a ser defendida por diversos políticos, entre eles de grande destaque, Afonso Arinos²⁰⁹.

²⁰⁸ FAUSTO, Boris. **Op. cit.**, p. 442.

²⁰⁹ DULLES, John W. F. **Op. cit.**, vol. 2, p. 63. e SIDMORE, Thomas E. **Op. cit.**, p. 260.

Esta emenda surge, então, baseada na diminuição de poderes do presidente e também da aceitação do mesmo. Jango julgava que, posteriormente, seria possível reverter o quadro em que estava imerso, pois estando fora do país e com o veto dos militares e não possuindo apoio ostensivo da população, acabou por contar apenas com a aceitação do parlamentarismo, com a campanha de Leonel Brizola e com a divisão das Forças Armadas, principalmente na figura do gen. Machado Lopes, que apoiou a legalidade contra o veto militar intentado pela Junta Militar que se apossou do país com a anuência de Ranielli Mazzilli.

Carlos Lacerda, desde o início, apesar da já exposta tendência a apoiar a posse de Jango, passou a atuar ligado aos militares, fazendo propaganda e pressionando também pela não aceitação da posse do vice-presidente. Acabou por apoiar esse grupo de forma tão ostensiva que promoveu na Guanabara a censura à imprensa para manifestações de resposta a sua denúncia, aos planos de Jânio Quadros e também de apoio a posse de João Goulart²¹⁰. Como afirma Marina Gusmão,

(...) Lacerda não se limitaria a exasperar os temores a respeito de um pretense “complô” comunista, nem a apelar para os ressentimentos de certos grupos sociais quanto à prática de corrupção. Por meio de ações arbitrárias, que raiavam os limites da truculência, tentaria impedir que as forças favoráveis a uma solução constitucional encontrassem qualquer respaldo popular na Guanabara. Desta maneira, ma de suas primeiras medidas foi a implantação de violenta censura à imprensa, procurando impedir a circulação no Estado dos jornais que denunciavam a tentativa de golpe contra a posse de Jango ou que traziam notícias sobre a resistência organizada, a partir do Rio Grande do Sul, pelo governador Brizola.²¹¹

As atitudes de Carlos Lacerda sobre censurar a imprensa e também ao apoio ao golpe militar contra João Goulart podem ser vistas de forma ambígua, pois um

²¹⁰ Ibidem, p. 65.

²¹¹ MENDONÇA, Marina Gusmão. **Op. cit.**, p. 271.

governador eleito democraticamente apoia uma atitude contra a Constituição e contra a legalidade da atuação da imprensa de informar aos eleitores.

Outro tema importante na biografia escrita por Dulles é o episódio da Frente Ampla. Assim como o próprio Lacerda em seu depoimento, Dulles ressalta a atuação de seu biografado na Frente Ampla. Ao desenvolver o capítulo sobre a Frente Ampla, traça primeiro os antecedentes da mesma, passando a explicar desde o início que a ideia não partiu de Carlos Lacerda e sim, de Joaquim da Silveira, interessado que estava na união entre Juscelino Kubistchek e Carlos Lacerda. Segundo o autor, num primeiro momento Carlos Lacerda não se mostrava muito interessado ou até mesmo resoluto para entrar em um projeto com seu desafeto político, só tendo aceitado o projeto depois de haver conversado com Raphael de Almeida Magalhães e Hélio Fernandes. Na residência de Hélio Fernandes foi firmada a primeira reunião com representantes de Juscelino, Jango e Lacerda e seu filho Sérgio. As reuniões seguintes passaram a ser efetuadas na casa do industrial Alberto Lee, onde aparentemente poderiam ter mais privacidade.

Durante todas essas reuniões, a amplitude da Frente Ampla foi debatida tentando carregar o maior número possível de pessoas para estar de acordo com o novo pacto político. Conta Dulles,

Na reunião de 22-23 de agosto, ficou resolvido que não se faria uma frente única no estilo habitual das que acabavam nas mãos dos comunistas e tinham duração precária. Decidiu-se que o novo movimento acentuaria a necessidade do desenvolvido e da “democratização” do Brasil. Lacerda rejeitando o termo “redemocratização” porque dava a ideia de uma volta ao passado, sustentou que ainda não houvera verdadeira democracia no Brasil. Quase ao final dessa reunião, Lacerda perguntou se seria boa ideia fazer um manifesto para, sem visar pessoas, denunciar os crimes que se praticavam contra a nação e apresentar sugestões para acabar com aquela situação. Aceita a ideia com entusiasmo, a discussão sobre quem assinaria o manifesto foi encerrada sem decisão, porque já era muito tarde.

(...) Os nomes do ex-presidente Dutra e do ex-governador Magalhães Pinto vieram à tona, mas o engajamento de

*ambos na candidatura de Costa e Silva tornava improvável a sua adesão ao movimento. A opinião geral era de que Quadros também recusaria, mas Lacerda insistiu em que ele fosse convidado.*²¹²

Entretanto, o próprio Quadros com sua costumeira complexidade acabou por não comparecer aos encontros.

Em um artigo publicado na revista *Visão*, Lacerda expôs todo o pensamento do grupo debatido nas diversas reuniões realizadas, já que no momento era a única força política capaz ainda de manifestar-se publicamente. Dulles comenta o episódio da seguinte maneira:

*Em Curitiba, perguntado sobre seu artigo em Visão, Lacerda respondeu: “Nunca disse nada que tivesse consequência no dia seguinte. Em geral, começa-se por negar-me a razão e, depois, me dão a razão um pouco tarde. Desta vez, creio que há alteração na rotina. Não encontrei ninguém capaz de afirmar que o que eu disse não seja rigorosamente a verdade.”*²¹³

A Frente Ampla resistiu entre setembro e outubro de 1966, pois as três principais lideranças políticas não conseguiam reunir-se para elaborar um manifesto e, realmente, não acreditavam um no outro, fazendo com que surgissem dúvidas entre seus próprios partidários, e estes acabariam por não apoiar essa união. Nesse período, Carlos Lacerda, sendo o único ainda a possuir direitos políticos, foi avisado por seus amigos Raul Brunini e Padre Antonio Godinho sobre a possibilidade de vir a sofrer a cassação caso continuasse a manifestar-se contra o regime imposto em 1964.

Lacerda foi o único, em princípio, a assinar o manifesto da Frente Ampla, uma vez que Juscelino Kubitschek não queria comprometer-se. De acordo com Dulles, ele desejava saber as consequências dessas ações, além de encontrar-se ameaçado também

²¹² DULLES, John W. F. **Op. cit.**, vol. 2, p. 445.

²¹³ *Ibidem*, p. 447.

por pessoas ligadas ao governo. Depois de traçar os principais pontos da movimentação por uma mudança democrática na sociedade, Lacerda leu o manifesto sozinho, sem a assinatura de nenhum outro político, o que levou a ser criticado devido à agressividade e ao buscar apoio de seus inimigos políticos de outrora.

Em 19 de novembro de 1966 a “Declaração de Lisboa” era lida e assinada por Lacerda e Juscelino:

A “Declaração de Lisboa” afirmava que era necessária uma política de paz e liberdade para retomar e acelerar o desenvolvimento, “sem a qual a nação é condenada a viver entre a submissão e o desespero”. Considerava indispensáveis as diretrizes do manifesto da Frente Ampla e recomendava a adoção de urgentes providências para formar no Brasil um partido popular. Convocava todos, especialmente a juventude, para se mobilizarem para que os brasileiros pudessem “trabalhar sem tutelas, sem medo e sem desânimo”²¹⁴.

Porém, novamente a incompreensão foi grande em relação à atitude de Carlos Lacerda, e essa aliança com Juscelino Kubitschek gerou polêmica, o *Jornal do Brasil*, e *Última Hora* o acusaram de somente ater-se a sua ambição política de chegar à presidência. O *Estado de São Paulo* o criticava pela aliança com Juscelino e Jango. O Globo chegou a defender abertamente a cassação de seus direitos políticos, pois acreditavam que sob a bandeira da democracia e sem poderes institucionais de cassar os direitos dos parlamentares, Lacerda poderia transformar o governo de Costa e Silva em um verdadeiro inferno.

A formação e a adesão à Frente Ampla passaram por diversos momentos, nunca tendo a possibilidade de realmente perpetuar-se. Existiam diversos políticos que rejeitavam a criação da Frente e não queriam Lacerda como principal figura pública do movimento. Goulart era contra a agremiação e Dulles, por vezes, faz a ressalva sobre a

²¹⁴ Ibidem, p. 470.

“frieza contida nas atitudes de Goulart e a falta de pretensão de avistar-se com Carlos Lacerda²¹⁵”.

Depois de inúmeros empreendimentos e conseguindo unir políticos para o sonho de criar realmente a Frente Ampla, os comícios começam. Neste momento, o povo passa a participar também, pois segundo Lacerda, começa a entender a ideia e os princípios da Frente Ampla. Entretanto, neste mesmo momento o governo passa das palavras para a ação, proibindo qualquer manifestação sobre a Frente Ampla pela portaria n. 117:

Partidários da Frente Ampla divulgavam a realização de um “comício-monstro” em Santos no dia primeiro de maio, mais uma vez com o tema da política salarial do governo. Antes disso, a 30 de março, realizou-se “o segundo comício em praça pública” da Frente Ampla, que reuniu na cidade de Maringá, norte do Paraná, uns poucos milhares de pessoas. Este destacou-se pelos grandes aplausos que se levantavam toda vez que Lacerda, ao se referir às alianças feitas entre antigos adversários, mencionava Vargas e Goulart, A Frente, declarou Lacerda, não tinha mais necessidade de explicar suas alianças, pois o êxito alcançado pelos “testes” dos comícios em São Caetano e Maringá dera prova de que o povo compreendera o entendimento entre os principais líderes. Lacerda asseverou que a Frente se propunha a reatar com a juventude e o povo em geral o diálogo que fora interrompido pelo regime pós-Goulart, responsável pelo assassinato de Edson Luís de Lima Souto.²¹⁶

Importante ressaltar que Dulles mantém sempre a sua já citada vontade de reconstruir de forma objetiva a vida de Carlos Lacerda. Ele busca elaborar um relato impessoal, como se não expressasse sua opinião, não utilizasse de sua palavra, buscando manter a aura de neutralidade entre sua pesquisa e a forma como retrata seu objeto de estudo. Tanto é assim, que sua preocupação é relatar os diversos fatos relacionados à gestão, construção, consolidação e fim da Frente Ampla, sem julgar se o político

²¹⁵ Ibidem, p. 484.

²¹⁶ Ibidem, p. 528.

Carlos Lacerda seria o principal beneficiado ou a principal vítima, se os interesses dele eram realmente voltar à normalidade democrática ou se era realmente aproveitar-se do fato de que as outras lideranças civis estavam proscritas para conseguir chegar a presidência da República.

A biografia escrita sobre Carlos Lacerda por Dulles, é um exemplo da ideia de Lacerda sobre a escrita da história do Brasil realizada por brasilianistas. Lacerda acreditava que os brasilianistas possuíam um trabalho de maior qualidade que os historiadores brasileiros. Por esse motivo houve o convite para que Dulles escrevesse sua história de vida. Lacerda valorizava a forma como Dulles constrói o personagem do biografado. Dulles tenta isenta-se de emitir opinião, e constrói uma narrativa impessoal, comprovada por fatos e documentos, como uma pessoa que escreve uma história de vida de forma linear com sentido e coerência.

O fato de não usar a opinião pessoal e basear-se em pesquisa extensa de documentos é uma forma de entender o porquê da escolha sobre quem deveria ser o biógrafo. É importante considerar também que Dulles utiliza muito os artigos escritos por Lacerda para a revista *Manchete* que acabaram por se transformar no livro *Rosas e pedras em meu caminho*, já analisado nesta dissertação, o que evidencia o fato de que o próprio Lacerda conforma a narrativa adotada por Dulles na biografia.

Apesar de a escrita e a biografia de Dulles não ser um escrito passional, não ter a emoção sobre o biografado – nem defendendo, nem atacando -, é uma biografia construída em bases de documentação aparentemente sólida e, por isso, induzindo a ideia de uma grande credibilidade.

Até hoje esta é a principal obra biográfica sobre Carlos Lacerda, e é utilizada por todos os estudiosos que, em algum momento, falam sobre ele, ou sobre suas realizações. É um estudo que não pode ser deixado de lado quando há o interesse em retratar a vida deste político polêmico da história brasileira.

É seguro supor que as características do texto construído – aparentemente impessoal e neutro – foram o motivo que justificou o convite de Lacerda para a missão de Dulles construir sua história de vida. E inegavelmente a elaboração dessa história de vida ganha em suas palavras um sentido, muito bem construído, de vitória das atitudes

de Carlos Lacerda. Com essa biografia o conhecimento sobre suas atitudes, suas opiniões e motivações, em versão positivada, ficam explícitas, uma vez que não existe a crítica sobre as ações e sim o relato de suas atitudes, de suas “batalhas” durante sua vida como político e jornalista.

Possuir uma biografia escrita com aparente imparcialidade e baseada em documentos, com o propósito de não julgar as atitudes do biografado é uma forma de enaltecer a figura dessa pessoa. Este indivíduo, não passa por uma análise, mas tem sua vida relatada somente. Ao levar para a posteridade esse relato, apoiado em base de documentos e depoimentos, a imortalidade da identidade da figura pública de Carlos Lacerda torna-se definitivamente atrelada à escrita biográfica de Dulles.

4.2 Narrativas biográficas: monumentalizando trajetórias, imortalizando vidas

No entanto, os acadêmicos, representados por Coelho Neto, consideravam de suma importância que o culto à figura do grande romancista não fosse algo circunscrito apenas a seus pares, e sim abrangesse a cumplicidade de todo o país. Apesar de ser esta uma proposta ousada e pretensiosa, a iniciativa de erguer bustos e monumentos a literatos, seja por subscrição nacional, por financiamento do governo ou por conta da própria Academia, sempre esteve presente na história da instituição²¹⁷.

Essas palavras resumem, em larga medida, o objetivo de afirmar, que a biografia de Carlos Lacerda serviu para manter presente sua história para todos os leitores interessados em biografias. A imagem consolidada pelas palavras do biógrafo foi sempre lembrada, principalmente, pela grande quantidade de trabalhos que o cita. O livro é o busto erguido para que Carlos Lacerda possa ser lembrado e mantenha uma imortalidade pelas páginas do mesmo, sendo neste momento, por exemplo, analisado nesta dissertação, 11 anos depois de publicado no Brasil e 36 anos depois da morte do biografado.

A necessidade de manter uma imagem, de construir a imagem e mantê-la para a posteridade foi sentida por Lacerda por ter grandes objetivos em relação a forma como

²¹⁷ EL FAR, Alessandra. A presença dos ausentes: a tarefa acadêmica de criar e perpetuar vultos literários. **Revista Estudos Históricos**, vol. 14, n. 25.

as pessoas o enxergavam. Chegar a presidência da República sempre foi o sonho do biografado e a possibilidade de ter uma boa imagem eternizada era o objetivo quando pediu para que um brasilianista escrevesse suas memórias e as trabalhasse, o máximo possível, de forma a parecer imparcial, e com documentos, dando uma grande credibilidade para o que foi escrito, perpetuando para sempre sua identidade.

Conclusão

Trabalhar sobre o relato de vida de uma pessoa e com a trajetória de um indivíduo é um desafio acadêmico muito complexo e constante. Observar a construção e a reconstrução da identidade de uma pessoa através de diversas vozes e relatos, através de amigos, inimigos, ou muitas vezes na voz do próprio indivíduo é conseguir, com isso, lidar com a intenção da construção do passado dessas diversas vozes. Os inimigos sempre dispostos a acusar o indivíduo de algum desvio de sua personalidade, de atitude, ou alguma falta de caráter. As vozes utilizadas para observar um fato, para lembrar um fato podem usar a pré-disposição de quem está observando ou vivendo o fato, incorporando isso ao relato. Os amigos sempre dispostos a enaltecer as características daquele indivíduo, colocá-lo como alguém realmente iluminado, realmente tendo características únicas para a liderança e capaz, mais que os outros homens, de conseguir alcançar o que nenhum outro poderia. Pela voz do indivíduo estudado é ainda mais complicado, pois toda a reconstrução da memória deste indivíduo ainda mais quando um ator político atuante em seu país, está relacionado à sua intenção de sempre construir sua imagem como alguém capaz, alguém diferenciado dos outros e por isso merecedor de sua posição de destaque.

Toda pesquisa histórica é incompleta por definição. Por isso, tento nessas considerações finais sintetizar alguns entendimentos em relação a este trabalho.

No primeiro capítulo, procurei demonstrar como, no primeiro momento pós-Golpe Civil-Militar, Lacerda sai pela Europa para divulgar a “Revolução” para os países europeus, o primeiro país sendo a França. Essa “missão” que passa a ser oficial somente em Portugal demonstra a confiança depositada em Lacerda pelo presidente Castelo Branco e a sua grande participação no primeiro momento do ano de 1964

Depois de efetivado o Golpe Civil-Militar de 1964 algumas modificações foram elaboradas pelos atores políticos que haviam chegado ao poder, com a expulsão da vida pública de atores políticos com concepções políticas divergentes. Mas o poder de expulsão dos atores políticos divergentes foi se desenvolvendo e aumentando mais e mais o poder daqueles que no momento estavam no poder, passando a não tolerar nenhum divergência sobre a forma como enxergavam as necessidades da sociedade.

Por esse motivo cada vez mais o Regime Militar passa a endurecer a sua capacidade de perseguir os inimigos culminando na elaboração do AI-5 e na luta armada. Essa é a maior demonstração sobre o endurecimento deste novo Regime e também foi o instrumento utilizado para cassar Carlos Lacerda. Quando o mesmo não mais era interessante para os militares, quando suas críticas começam a incomodar e quando o mesmo acreditava ainda ser possível chegar à presidência da República medindo forças com a criação da Frente Ampla e forçando politicamente a volta do regime democrático ao país, acabou cassado em seus direitos políticos.

O afastamento do centro político de decisões, retratado no primeiro capítulo, foi causado pelas críticas constantes de Carlos Lacerda à política econômica e a prorrogação do mandato de Castelo Branco, sua cassação foi causada pelas manifestações ostensivas a favor da volta ao direito de voto para a população. No entanto, as atitudes de Lacerda provocaram sua cassação e, em grande medida, significaram o declínio de seu protagonismo político. Lacerda passou, então, a dedicar-se a rever a sua trajetória e deixar para a posteridade a sua versão dos fatos de sua vida.

No segundo capítulo, a análise centrou-se no período em que Carlos Lacerda não mais possuía apoio dos integrantes do Regime Civil-Militar brasileiro. Sentindo-se traído pela prorrogação e efetivação da eleição indireta para presidente da República, Lacerda passa a criticar abertamente o Golpe Civil-Militar. Neste momento também foi analisada a escrita de Carlos Lacerda, pois o mesmo procurou utilizar uma de suas características para conseguir montar a sua versão sobre a sua vida e suas ações.

Primeiramente lançando os artigos na imprensa que iriam posteriormente constituir o livro, *Rosas e Pedras em meu caminho*, criando uma narrativa sobre a sua vida desde o início até o aquele momento, criando uma figura, uma identidade, criando um sentido para chegar a seu objetivo. Ao criar essa figura pública, através de seus escritos, Lacerda esperava criar um ambiente e a certeza na população sobre sua liderança e, principalmente, sobre a sua capacidade, por ter-se preparado durante anos, para exercer o cargo de maior importância política do país, a presidência da República.

Interessante notar, neste capítulo, a explicação sobre suas ações. A escolha dos artigos em seu livro *Palavras e Ação* é muito significativa para a construção de sua imagem. Utilizando passagens de sua vida para a demonstração de coerência em sua

ação, de palavras para explicitar seus princípios e Lacerda reúne estes artigos para demonstrar ser, além de uma pessoa de bem, realmente um líder democrático que, apesar de viver um período conturbado, ainda, assim, seguia a máxima de respeitar a integridade humana.

O terceiro capítulo baseia-se em seu depoimento para um grupo de jornalistas. Este é de vital importância, pois evidencia a visão de Carlos Lacerda sobre ele mesmo e a sua análise dos fatos. Mostra como Lacerda na possibilidade de contar sua história, de contar a sua versão e de consolidar um imaginário a sua versão sobre si, concede a entrevista e conversa com os repórteres em seu sítio em Petrópolis. Esta oportunidade fez com que a entrevista fosse muito voltada para o que Carlos Lacerda queria transmitir. Assim, Claudio Lacerda explica na introdução que algumas perguntas foram suprimidas, mas que a narrativa, e a forma como Lacerda expressou-se durante toda a entrevista foram mantidas para que as pessoas pudessem sentir, ao ler, a emoção de anos de silêncio sendo colocada para fora pelo entrevistado. A entrevista de um dos grandes políticos brasileiro do período, contando sua história da forma como quis contar foi uma oportunidade ímpar para que a memória de Lacerda pudesse ser consolidada frente aos ataques de seus adversários, pois teve oportunidade de explicar de forma homogênea seu comportamento e de criticar o comportamento dos outros atores políticos, colocando o seu como certo e o dos outros como errado.

O quarto capítulo foi baseado na escrita de J. F. Dulles sobre a vida de Carlos Lacerda. Importante notar que esta ainda é a biografia de Carlos Lacerda mais citada. Com uma forma de pesquisar os documentos e apoiar-se na voz de pessoas que o concederam entrevistas, Dulles cria uma trajetória que mostra Lacerda como ele mesmo gostaria de ser mostrado, isto é, como um homem que desde a juventude é preparado para exercer cargos de liderança, cargos políticos importantes. Demonstra a falta de interesse de Lacerda por outros assuntos que não fosse a política e, que, até mesmo, quando se torna jornalista, seu principal interesse é a política. Dulles apoia-se no relato de Lacerda e cria a imagem de um homem que foi preparado desde criança para ser um político profissional.

Considero, a partir das leituras destes textos, que realmente Carlos Lacerda conseguiu criar em torno de sua figura pública uma aura de homem capaz de realizar

grandes feitos. Utilizando a imprensa de uma forma muito eficaz pôde propagar a imagem construída que unia a figura de um opositor feroz com a de um administrador eficaz. Conseguiu após o Golpe Civil-Militar de 1964 ser o principal líder civil brasileiro, pois as grandes lideranças com as quais rivalizava, havia sido cassadas. Apesar de ter sido a única liderança civil ainda assim viu sua possibilidade de chegar a presidência obstruída pela eleição indireta para o cargo ao qual almejava.

Claramente Lacerda procurou de, todas as formas, se mostrar o mais habilitado, o mais capaz entre os homens para desempenhar o que chamava de missão, chegar a presidência da República, fosse por merecimento, como afirmou, fosse pela satisfação de servir ao povo através de seus atos.

Lacerda lutou contra ditaduras no período em que os cidadãos não possuíam liberdade, defendeu golpes contra situações democraticamente aceitas, e falava sobre democracia como algo necessário ao povo e repudiava a ditadura, ao mesmo tempo em que justificava seus pronunciamentos à favor do regime de exceção como uma forma de limpar a sociedade de anos da ditadura varguista.

Essas atitudes demonstram a impossibilidade de compreender o ser humano Carlos Lacerda, complexo, multifacetado, controverso. É inegável que ao analisar suas ações, podemos afirmar que nenhum político tentou de tantas formas criar e recriar significados para ele mesmo como Carlos Lacerda fez. Lacerda buscou, através de sua escrita, através de sua voz e, até mesmo, através da contratação de um biógrafo, deixar marcado por muito tempo seu nome da história do Brasil, pois esteve presente em quase todos os grandes acontecimentos políticos no país em seu período politicamente ativo. Tentou, de todas as formas, criar as bases de sua volta pós-ostracismo imposto pela cassação. Não chegou a alcançar seu maior sonho, ser presidente, mas se hoje é estudado e citado, na grande maioria, se não na totalidade dos trabalhos que focalizam a história do Brasil deste período, foi porque realmente deixou sua marca na história, para a felicidade de uns e desgosto de outros.

Bibliografia consultada

Periódicos:

Diário de Notícias. Rio de Janeiro – 1965 a 1977.

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro – 1965 a 1977.

Última Hora. Rio de Janeiro – 1965 a 1977.

Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro – 1965 a 1977.

Folha de São Paulo – 1965 - 1977

Depoimentos:

Célio Borja. Coordenação de Marly Silva da Motta. Rio de Janeiro. FGV. 1999.

Erasmus Martins Pedro. Coordenação Marly Silva da Motta. Rio de Janeiro. FGV. 1998.

José Talarico. Coordenação de Américo Freire. Rio de Janeiro. FGV. 1998.

Paulo Duque. Coordenação de Carlos Eduardo Sarmiento. Rio de Janeiro. FGV. 1998

Obras Gerais:

ABREU, Alzira Alves de & BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. FGV; CPDOC. 2001

AGUIAR, Mônica Heinzemann Portela de. *Carlos Lacerda: pensamento e ação (1955-1968)*. Rio de Janeiro. PUC-RJ. Dissertação de Mestrado.

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro. EdUERJ. 2011.

BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1977.

BENEVIDES, Maria Victória. *A UDN e o Udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra. 1981.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil. 5ª ed. 2002.

CASTELLO BRANCO, Carlos. *Os Militares no Poder*. Rio de Janeiro. Ed Nova Fronteira. 1979.

_____. *Introdução a Revolução de 1964: agonia do Poder Civil*. Ed Art Nova s.a. 1975.

DEBERT, Guida Grin. *Ideologia e Populismo: Adhemar de Barros, Miguel Arras, Carlos Lacerda, Leonel Brizola*. São Paulo: T.A. Queiroz.

DOSSE, François. *O Desafio Biográfico: escrever uma vida*. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

DULLES, John W. F. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador (1914-1960)*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1992. v.1.

_____. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador (1960-1977)*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 2000. v.2.

FERREIRA, Jorge. *A Democracia no Brasil (1945-1964)*. Atual Editora. Rio de Janeiro. 2006.

_____. A Estratégia do Confronto: a Frente de Mobilização Popular. *Revista Brasileira de História*. Vol 24. No. 47. 2004.

_____ e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Civilização Brasileira, 2 ed. Rio de Janeiro. 2008.

_____ e REIS Filho, Daniel Aarão. *Nacionalismo e Reformismo Radical 1945-1964*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2007

FERREIRA, Marieta de Moraes. *JOÃO GOULART – entre a memória e a história*. FGV. Rio de Janeiro. 2006.

_____ (ORG.). *Rio de Janeiro: uma cidade na história*. Rio de Janeiro. FGV. 2000.

GASPARI, Elio. *A DITADURA ENVERGONHADA - AS ILUSOES ARMADAS*. Companhia das Letras. São Paulo. 2002

GASPARINI, Carlos Alberto. *A ideologia conservadora de Carlos Lacerda: um “corvo” na história política brasileira (1954 - 1968)*. 2003. 170p. Mestrado. PUC-SP.

GOMES, Ana Claudia Masagão de Paula. *A cruzada anti-comunista de Carlos Lacerda: a tribuna da imprensa na crise de 1961-1964*. 1995. 240p. Mestrado. PUC-SP

GOMES, Ângela de Castro, FERREIRA, Jorge. *JANGO – as múltiplas faces*. FGV. Rio de Janeiro. 2007.

LACERDA, Carlos. *O Poder das Ideias*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1963.

_____. *Brasil: entre a verdade e a mentira*. Rio de Janeiro. Bloch Editores S.A. 1965.

_____. *Palavras e Ação*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1967.

_____. *Rosas e Pedras no meu caminho*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1977

_____. *Depoimento*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1978.

_____. *Discursos Parlamentares*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1982.

Lacerda, Cláudio. *Carlos Lacerda – 10 anos depois*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1977.

LEITE FILHO, Francisco das Chagas. *El Caudillo - Leonel Brizola - Um Perfil Biográfico*. Ed Aquariana. 2008.

KUHN, Dione. *BRIZOLA – da legalidade ao exílio*. Ed RBS Publicações. 2004.

MAGALHÃES, Juracy. *Minhas Memórias Provisórias*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1982.

MAGALHÃES, Mauro. *Carlos Lacerda: o sonhador pragmático*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1993.

MARCHI, Edivaldo Batista. *Frente Ampla (1966-1968): aliança, contradições e limites*. 2001. 139p. Mestrado. PUC-SP.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. *O Demolidor de Presidentes – a trajetória política de Carlos Lacerda: 1930-1968*. São Paulo. Códex. 2ª ed. 2002.

MENESES, André Rodrigues de. *Política e Educação: a ação dos empresários do ensino no Rio de Janeiro entre os anos de 1946 e 1961*. 1v. 186p. (Mestrado). Niterói: Universidade Federal Fluminense.

MOTTA, Marly Silva da. *O Rio de Janeiro continua sendo...: de cidade capital a estado da Guanabara*. Niterói. UFF. Tese de Doutorado.

_____. *A estratégia da ameaça: as relações entre o governo federal e a Guanabara durante o governo de Carlos Lacerda (1960-1965)*. CPDOC. 1997.

_____. *Saudades da Guanabara*. Rio de Janeiro. FGV. 2001.

_____. FREIRE, Américo & SARMENTO, Carlos Eduardo. *A Política carioca em quatro tempos*. Rio de Janeiro. FGV. 2004.

NETTO, Eduardo Portella. *A experiência da Guanabara*. Rio de Janeiro. Laudes. 1970.

PICALUGA, Isabel. *Partidos e classes sociais: A UDN e o Udenismo no Estado da Guanabara*. Petrópolis. Vozes. 1980.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas, SP. Autores Associados. 2007.

SILVA, Mauro Osório. *Rio nacional, Rio Local: Origens e especificidades da crise carioca e fluminense*. Rio de Janeiro. UFRJ/IUPERJ. Tese de Doutorado. 2004.

SILVA, Ricardo Luiz Mosna Ferreira da. *Análise da visão de Carlos Lacerda acerca do movimento de 64*. Niterói. Monografia. 2008

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 13ª ed. 2003.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *As bases ideológicas do lacerdismo*. Rio de Janeiro. Revista Civilização Brasileira. Vol. 1 nº 4(Setembro). 1965.

TAVARES, José Nilo. *Conciliação e Radicalização Política no Brasil*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1982.

ULRICH, Maria Alayde de Albite. *Carlos Lacerda e a UDN*. Rio Grande Do Sul. PUC-RS. Dissertação de Mestrado. 1984.